

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**

Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território

Bruno Ferraz Pêgo

**ENTRE TOMADAS E RETOMADAS: UM BALANÇO DAS EXPROPRIAÇÕES DE
TERRAS CAMPONESAS NO SEMIÁRIDO MINEIRO (1970/2020)**

Montes Claros/MG
2026

Bruno Ferraz Pêgo

**ENTRE TOMADAS E RETOMADAS: UM BALANÇO DAS EXPROPRIAÇÕES DE
TERRAS CAMPONESAS NO SEMIÁRIDO MINEIRO (1970/2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magalhães Ribeiro

Montes Claros/MG
2026

Pêgo, Bruno Ferraz.

P376e
2026

Entre tomadas e retomadas: um balanço das expropriações de terras camponesas no semiárido mineiro (1970/2020) [manuscrito] / Bruno Ferraz Pêgo. Montes Claros, 2026.

156 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Eduardo Magalhães Ribeiro.

Banca examinadora: Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni, Carlos Alberto Dayrell, Claudenir Fávero.

Inclui referências: f. 151-156.

I. Desapropriação - Teses. 2. Posse da terra - Teses. 3. Camponeses - Teses. I. Ribeiro, Eduardo Magalhães. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: XXX

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ASSOCIADO UFMG - UNIMONTES
EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO


Aos 24 dias do mês de março de 2026, às 14:00 horas, sob a presidência do Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, D. Sc. (Orientador - UFMG/ICA), e com a participação dos Professores Flávia Maria Galizoni, D. Sc. (UFMG/ICA), Carlos Alberto Dayrell, D. Sc. e Claudenir Fávero, D. Sc. (UFVJM), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de **Bruno Ferraz Pego**, estudante do Curso do Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: “Entre tomadas e retomadas: Um balanço das expropriações de terras camponesas no semiárido mineiro (1970/2020)”. O estudante foi considerado **aprovado** com a seguinte recomendação: aperfeiçoar as partes finais da dissertação.

Obs.1) O estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) O estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 24 de março de 2026.


Documento assinado digitalmente
 **AUREO EDUARDO MAGALHAES RIBEIRO**
Data: 31/03/2026 11:28:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Orientador




Carlos Alberto Dayrell
Membro

Assinado digitalmente na ZapSign por
Carlos Alberto Dayrell
Data: 25/03/2026 07:21:50.608 (UTC-0300)

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIA MARIA GALIZONI**
Data: 31/03/2026 08:48:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Flávia Maria Galizoni
Membro

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDENIR FAVERO**
Data: 25/03/2026 16:31:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Claudenir Fávero
Membro

*No campo, na mata, no cerrado e na caatinga,
Nos lagos e nos rios,
Violados pelo arame farpado do latifúndio,
Pelos agrotóxicos assassinos,
Pelo maquinário das madeireiras e mineradoras
E pelos projetos faraônicos
Das monoculturas, das barragens,
Das hidrovias, das hidrelétricas,
Sejamos “o novo”:
O antigo jeito novo de zelar da Terra
Como de uma esposa-mãe.
Salvemos dos transgênicos
E de toda manipulação suicida à biodiversidade.
Agasalhemos a vida e o cosmo
Como se agasalham, nos ninhos, as asas do futuro.*

Dom Pedro Casaldáliga

AGRADECIMENTOS

“O correr da vida embrulha tudo”, dizia Rosa. E embrulhou mesmo. Entre a lida da pesquisa, a assessoria jurídica popular, as urgências do tempo e os cuidados da vida pessoal, esses anos foram como uma estrada de chão esburacada: difíceis, longos, e ao mesmo tempo curtos e apressados. Noites mal dormidas, agendas desencontradas e raros momentos de descanso. Foram inúmeras viagens e quilômetros percorridos sob o sol e a poeira do sertão nortemineiro e jequitinhonhense, com o pó da estrada grudado no rosto e o peito apertado pela distância. Mas foi nessas estradas também que me senti vivo. Nelas vivenciei experiências profundas: escutei histórias antigas, aprendi com a sabedoria dos mais experientes, fiz amizades calorosas, passei por paisagens marcantes e vi pores do sol belíssimos. Ao final, valeu a pena. Foi nesse redemoinho de emoções que essa dissertação ganhou corpo e sentido.

Por isso e por tanto mais, agradeço a Deus, especialmente pela proteção nesses anos.

À minha família, a base de tudo que sou. Meus pais, Rildo e Marisa, minhas irmãs, meus avós, primos, tios e padrinhos, obrigado pela preocupação, pelo apoio e carinho de sempre. Agradeço sobretudo pela compreensão nos momentos de ausência, quando queria estar junto, mas não podia. Em especial à vó Lilha, que descansou nesse período, mas deixou um legado enorme em nossos corações.

À Lana, meu amor, minha amiga e minha família. Foi a pessoa que mais acompanhou de perto todo esse processo, inclusive as angústias, impaciências e irritações. Agradeço o companheirismo, cuidado e paciência, mesmo nos períodos mais difíceis. E à sua família, que se tornou a minha, obrigado por todo o carinho e afeto.

Aos meus amigos e companheiros de advocacia militante, Alexandre, Fernando, Gabriel e Lana, muito grato pela compreensão, pelo apoio, pelas trocas e pela cobertura nos momentos de ausência.

Ao meu orientador Eduardo e à professora Flávia, que na sala de aula e nas estradas me ensinaram tanto sobre o Semiárido, o *gerais*, a mata, as grotas e as chapadas. Agradeço imensamente pelo respeito que sempre tiveram comigo e pelos ensinamentos que levarei para a vida toda.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers - NPPJ, pelo companheirismo, pelas dicas e contribuições para a pesquisa, em especial ao Rodolfo, que me incentivou a ingressar nessa caminhada e me deu tantos conselhos antes, durante e, assim espero, depois do mestrado.

Agradeço de coração aos amigos Marcos, Gley, Nan e Isabela. A execução dessa pesquisa tem a mão de vocês, cada um à sua maneira. Obrigado pela amizade sincera e por todo suporte que me deram nesses anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de mestrado que possibilitou que eu pudesse me dedicar a essa pesquisa da forma como ela exigia. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, por financiar os gastos de execução do trabalho.

Por fim, agradeço a todos os camponeses, agricultores e agricultoras tradicionais das comunidades da Chapada das Veredas, da Sambaíba e de Vila São João, que tanto me ensinaram e contribuíram para a pesquisa. Essa dissertação nasce também da generosidade com que abriram suas casas e suas histórias para mim, sou muito grato a isso. Não só aos entrevistados, mas a todos aqueles que lutam por terra, território e justiça social, que resistem às cercas, às violências e aos silenciamentos, mantendo a esperança e construindo um mundo mais justo.

Dedico esse trabalho a todos vocês.

RESUMO

Este trabalho é um esforço de síntese sobre os processos de tomadas de terras comuns e seus desdobramentos sobre regimes agrários tradicionais no Semiárido mineiro, sobretudo a partir dos anos 1970, quando terras amplamente dominadas por sociedades camponesas diversas foram usurpadas por firmas agropecuárias, com suporte financeiro, político e jurídico do Estado, processo que ficou conhecido como “modernização” agrícola. Combinando revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, buscou-se examinar as estratégias do latifúndio expropriador, das populações rurais expropriadas e as relações que foram estabelecidas entre eles, identificando suas especificidades e diferenças, a partir da análise de três casos inseridos no recorte do Semiárido mineiro: o Alto Jequitinhonha, Médio São Francisco e Alto Rio Pardo. Verificou-se que, embora existam semelhanças em termos de estratégias empresariais, estratégias camponesas e efeitos (sociais, ambientais, fundiários, culturais), as expropriações tomaram rumos peculiares em cada território. Entre tomadas e retomadas, as comunidades vêm respondendo de maneira diferenciada às tomadas de terras, de acordo com as condições históricas e materiais específicas de cada lugar - como o ambiente, o grau de expropriação, as formas de organização interna - mobilizando diferentes estratégias de resistência, negociação e adaptação.

Palavras-chave: Terras comuns; regimes agrários; campesinato; Semiárido mineiro; modernização; expropriações; resistência.

ABSTRACT

This study offers a synthetic analysis of the processes of common land dispossession and their impacts on traditional agrarian regimes in the semi-arid region of Minas Gerais, particularly from the 1970s onward, when lands historically occupied and managed by diverse peasant societies were appropriated by agribusiness firms with financial, political, and legal support from the State, within the framework of what became known as agricultural “modernization.” Combining bibliographic review, documentary analysis, and field research, the study examines the strategies employed by the expropriating landed interests, the responses of dispossessed rural populations, and the relationships established between them, identifying both specificities and differences through the analysis of three case studies within the Semiárido of Minas Gerais: Alto Jequitinhonha, Médio São Francisco, and Alto Rio Pardo. The findings indicate that, although there are similarities in terms of corporate strategies, peasant responses, and social, environmental, land-related, and cultural effects, the processes of dispossession unfolded in distinct ways in each territory. Between dispossessions and reoccupations, local communities have responded differently according to the specific historical and material conditions of each place—such as environmental characteristics, the degree of land consolidation by companies, and internal forms of organization—mobilizing diverse strategies of resistance, negotiation, and adaptation.

Keywords: Common lands; agrarian regimes; peasantry; semi-arid region of Minas Gerais; modernization; dispossession; resistance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Financiamentos obtidos por empreendimentos agropecuários em 1970.....	63
Tabela 2 - Conflitos por terra registrados pela CPT nos últimos 10 anos (2014-2024) em Minas Gerais e no Semiárido mineiro.....	73
Tabela 3 - Conflitos por água registrados pela CPT nos últimos 10 anos (2014-2024) em Minas Gerais e no Semiárido mineiro.	73
Tabela 4 - Área de floresta plantada na RGI de Capelinha, em hectares.....	85
Tabela 5 - Distribuição fundiária no Alto Jequitinhonha (RGI de Capelinha) nos anos de 1970, 1995 e 2017.....	86
Tabela 6 - Processos judiciais envolvendo a Aperam nas comarcas da RGI de Capelinha.....	98
Tabela 7 - Classificação dos processos envolvendo a Aperam nas comarcas da RGI de Capelinha por período/ano de distribuição.....	99
Tabela 8 - Distribuição fundiária no Médio São Francisco (RGI de Januária) nos anos de 1970, 1995 e 2017.....	108

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Grupo focal na comunidade de Vila São João, em Berizal/MG.....	26
Imagem 2 - Placa de entrada para eucaliptal da Aperam, nas margens da BR-367, à altura do município de Carbonita, no Alto Jequitinhonha.....	82
Imagem 3 - Fotografia de um pelador em uma unidade familiar, no município de Veredinha/MG.....	87
Imagem 4 - Represa em vereda totalmente seca, na Chapada das Veredas, município de Turmalina/MG.....	90
Imagem 5 - Patrocínio da Aperam no estádio municipal de Turmalina/MG.....	93
Imagem 6 - Publicidade da Aperam na placa de indicação da comunidade Campo Buriti, Turmalina/MG.....	94
Imagem 7- Publicidade da Aperam na placa do salão de festa da comunidade Campo Alegre, Turmalina/MG, construído com apoio da Fundação Aperam Acesita.....	94
Imagem 8 - Publicidade da Aperam na sacola de embalagem do tradicional artesanato da comunidade Campo Buriti, Turmalina/MG.....	95
Imagem 9 - Stand da Aperam reservado para cachorros, no evento Minas de Negócios, em Turmalina/MG.....	95
Imagem 10 - Eucaliptal da Aperam incendiado, em Turmalina/MG.....	100
Imagem 11 - Placa de proibição de caça na Fazenda Pandeiros, denominada socialmente como “gerais da firma”, às margens da rodovia LMG-604.....	110
Imagem 12 - Corredor de acesso à “solta da firma”, em frente à morada da família de seu Pedro, na Sambaíba.....	114
Imagem 13 - Trecho de antiga cerca de pedras do “tempo dos escravos”, como relataram os moradores locais, em Berizal/MG.....	120
Imagem 14 - Antigo cemitério de agregado em uma fazenda de gado, em Berizal/MG.....	122
Imagem 15 - Sede da associação da comunidade Vila São João, em Berizal/MG.....	127

Imagem 16 - Antiga casa sede retomada pelas famílias quilombolas.....	130
Imagem 17 - A “rua principal” da área de retomada.....	131
Imagem 18 - Casa de adobe e enchimento na área da retomada.....	134
Imagem 19 - Lavoura na baixa, próximo ao rio Pardo.....	135
Imagem 20 - Lavoura na baixa, próximo ao rio Pardo. Ao centro, seu Volmar, agricultor quilombola.....	135
Imagem 21 - Cafezal plantado pelo seu Volmar na “baixa”.....	136
Imagem 22 - Alimentos preparados para ser comercializados na feira de Berizal/MG.....	137
Imagem 23 - Feira de Berizal/MG.....	138
Imagem 24 - Placa da comunidade na área da retomada.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização dos casos de análise.....	24
Quadro 2 - Síntese comparativa das estratégias de expropriação, dos efeitos das tomadas de terras e das estratégias camponesas nos casos analisados.....	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Complexo grota-chapada do Alto Jequitinhonha.....	51
Figura 2 - Complexo gerais-mata-vazante do Médio São Francisco.....	52
Figura 3 - Complexo gerais-tabuleiro-vazantes do Alto Rio Pardo.....	56
Figura 4 - Localização da Chapada das Veredas.....	78
Figura 5 - Uso e ocupação do solo na Chapada das Veredas, comparativo entre 1973 e 2018....	89

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Territórios selecionados para estudo, inseridos no Semiárido mineiro (2022).....	22
Mapa 2 - Delimitação do Semiárido brasileiro (2022).....	43
Mapa 3 - Bacias hidrográficas dos territórios selecionados.....	46
Mapa 4 - Os “gerais da firma”.....	115
Mapa 5 - Área da retomada nos limites da “Fazenda Vista Bela”.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANA	Agência Nacional das Águas
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
ASSUSBAC	Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos
CAA	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais
CAMPO VALE	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAV	Centro de Agricultura Vicente Nica
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indigenista e Missionário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONDEL	Conselho Deliberativo da Sudene
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DF	Distritos Florestais
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FSC	Forest Stewardship Council
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPPJ	Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROVÁRZEAS	Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis
RGI	Região Geográfica Imediata
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	18
3. REGIMES AGRÁRIOS E BENS COMUNS.....	28
3.1 <i>A historiografia agrária e o paradigma do latifúndio.....</i>	<i>28</i>
3.2 <i>Regimes agrários e normas costumeiras.....</i>	<i>35</i>
3.3 <i>Os comuns.....</i>	<i>37</i>
4. SEMIÁRIDO.....	42
4.1 <i>Semiárido mineiro, seus agroambientes e suas gentes.....</i>	<i>46</i>
4.2 <i>As grotas e as chapadas do Alto Jequitinhonha.....</i>	<i>48</i>
4.3 <i>O gerais, as matas e as vazantes sanfranciscanas.....</i>	<i>51</i>
4.4 <i>O gerais, os tabuleiros, os carrascos e as baixas do Alto Rio Pardo.....</i>	<i>55</i>
5. O AVANÇAR DO CAPITAL.....	58
5.1 <i>A “modernização” do Cerrado.....</i>	<i>58</i>
5.2 <i>O roubo sistematicamente executado das terras comunais.....</i>	<i>65</i>
5.3 <i>Cercas, conflitos e resistência camponesa.....</i>	<i>68</i>
6. TRAJETÓRIAS COMPARADAS: TOMADAS E RETOMADAS DE TERRAS NO SEMIÁRIDO MINEIRO.....	75
6.1 <i>A Chapada das Veredas, no Alto Jequitinhonha.....</i>	<i>75</i>
6.2 <i>A Sambaíba, no Médio São Francisco.....</i>	<i>102</i>
6.3 <i>A Vila São João, no Alto Rio Pardo.....</i>	<i>119</i>
6.4 <i>Padrões e peculiaridades: um balanço comparativo.....</i>	<i>141</i>
7. NOTAS FINAIS.....	149
8. REFERÊNCIAS.....	151

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os campos do Semiárido mineiro eram manejados e ocupados por sociedades camponesas bastante diversas, fundadas em direitos costumeiros específicos e baseadas em sistemas produtivos que combinavam saberes tradicionais com recursos diferentes de agroambientes diferentes. Eram populações que, de acordo com a necessidade ou a estação do ano, praticavam concomitantemente a agricultura, pesca, caça, o extrativismo e a pecuária nas *soltas* dos *gerais* e das chapadas de domínio comum, adaptando suas atividades produtivas às condições climáticas do semiárido, ao Cerrado e à Caatinga.

A década de 1970 marcou o início de uma ruptura violenta desses usos, valores culturais e das suas técnicas materiais. Foi quando o capital agroindustrial e especulativo adentrou pelo Cerrado afora, levantando cercas nas áreas comuns e tomando terras dos agricultores. Era a chegada de especuladores e das grandes firmas agropecuárias e monocultoras de eucalipto, impondo uma nova realidade ao campesinato.

Esse fenômeno se insere na “modernização conservadora” da agricultura, ou “revolução verde”, capitaneada pelo Estado durante a ditadura militar. Esse projeto político foi responsável por reorganizar as relações de classe no campo, articulando créditos subsidiados, isenções fiscais, assistência técnica, extensão rural, alienação de terras e uma combinação de programas públicos voltados para a transformação de um campo considerado “vazio”, “atrasado” e “improdutivo”, em agroexportador, altamente produtivo, gerador de empregos, renda e tributos. Pelo menos era esse o discurso daqueles que se favoreceram com isso.

É nesse sentido que as categorias “camponês” e “latifundiário”, acionadas nesse trabalho, devem ser compreendidas não somente como uma mera denominação descritiva, mas como categorias políticas e analíticas “que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe”. São conceitos enraizados na concepção histórica das lutas políticas e dos conflitos agrários, de forma que “a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade” (Martins, 1981, p. 22-23).

Cinco décadas passadas desde o início do processo “modernizador”, indaga-se: quais os resultados colhidos das tomadas de terras comunais pelo latifúndio sobre os regimes agrários tradicionais e os recursos naturais nos campos do Semiárido mineiro? Quais foram, no último meio século, as peculiaridades dessas tomadas de terra em termos de região, exploração de

recursos naturais, solidez da apropriação e relacionamento com a população expropriada? Como as populações camponesas desses territórios conviveram, responderam e/ou têm respondido às consequências desses processos?

Motivado por essas indagações, o trabalho se propõe a analisar as tomadas de terras comunais por empresas agropecuárias, notadamente monocultoras de eucalipto e especuladores, em diferentes recortes espaciais e culturais do Semiárido mineiro, a partir da análise de casos situados no Alto Jequitinhonha, no Médio São Francisco e no Alto Rio Pardo, selecionados por meio de critérios que tiveram como pano de fundo a diversidade espacial e de regimes agrários, das formas de expropriação e de estratégias camponesas. Mais especificamente, o trabalho pretende (i) investigar os efeitos das tomadas de terras comuns sobre diferentes regimes agrários tradicionais, e (ii) analisar as estratégias do latifúndio expropriador, das populações rurais expropriadas e as relações que foram estabelecidas entre esse par de oposição, identificando suas especificidades e diferenças.

Evidentemente, ao longo desse período ocorreram muitas transformações substanciais na ordem política e econômica do país e do planeta que viriam a impactar nas relações entre Estado, capital e agricultura. Contudo, o foco deste trabalho não é reconstruir o período cinquentenário, mas analisar o acontecimento histórico da “modernização”¹ e o estado atual desses povos, terras e interesses. É um esforço de síntese sobre o “quem, como, onde, o que e por que” dos empreendimentos capitalistas, das tomadas de terras e quais os seus efeitos no Semiárido mineiro após cinquenta anos. É nisso que o estudo pretende avançar e é essa a sua razão de ser.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Desde os cercamentos de terras camponesas e comuns na Europa – denominados como *enclosures* – até os tempos atuais, a privatização e a mercantilização das terras, dos recursos naturais e a superexploração da natureza têm sido condições estruturantes para a expansão do capitalismo. Esse processo vem gerando uma série de conflitos com a população expropriada e reconfigurando formas tradicionais historicamente consolidadas de acesso à terra. Apesar de se tratar de um fenômeno global, assumiu diferentes roupagens a nível nacional, regional e local,

¹ Ao longo do texto, o termo “modernização” será utilizado sempre entre aspas, por se tratar de uma categoria usada num período específico do século XX, depois abandonada, que sugere avanço e progresso, em detrimento das expropriações, devastações e dos conflitos socioambientais ocasionados.

de maneira que cada lugar apresenta suas peculiaridades em termos de caráter da expropriação, da população expropriada, consequências deixadas, mediações estatais – ou sua ausência - e estratégias de resistência camponesa.

Por isso, para estudar o tema, partiu-se da compreensão da amplitude histórica das tomadas de terras e a maneira como a literatura, em diferentes momentos e contextos, analisou esse fenômeno. Assim, foi realizado levantamento bibliográfico e revisão de literatura focalizados em temas mais gerais como história agrária, semiárido, campesinato, regimes agrários, costumes, comuns e “modernização” agrícola. Esse diálogo permitiu reconhecer os elementos estruturais que atravessam os diferentes casos e as variações que podem assumir conforme os contextos locais, evitando leituras isoladas sobre o assunto.

A literatura sobre campesinato, regimes agrários e expropriações tem como referência clássica a análise de Marx da “assim chamada acumulação primitiva”, ou acumulação originária de capital, sobretudo em sua obra *O Capital*. Na ocasião, Marx (1983) explicou como a privatização das terras comuns e a expropriação dos camponeses do acesso à terra a partir do século XVI “liberou” terras e uma massa de proletários para o capital, que nada tinham a oferecer se não sua própria força de trabalho, situando esse fenômeno na gênese da acumulação capitalista. Aprofundando no assunto, Polanyi (1980) destacou a centralidade dos cercamentos e a transformação da terra e do trabalho em mercadoria como fatores de desarticulação social em todo o planeta. Thompson (1998) também contribuiu sobremaneira para a discussão, através da sua abordagem histórica a respeito dos costumes, das normas consuetudinárias e das resistências populares às violências e imposições da propriedade privada.

No Brasil, o processo e as políticas de “modernização” da agricultura foram estudados por Guilherme Delgado (1985), George Martine (1987 e 1991), Paulo Roberto Beskow (1987) e Wenceslau Gonçalves Neto (1997), em diferentes perspectivas históricas, sociológicas e econômicas. Os efeitos do avanço do capital no campo foram também analisados por autores como José de Souza Martins (1981), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) e Alfredo Wagner de Almeida (2004), que apontaram como resultados mais notórios as expropriações de terras a concentração fundiária, a dissolução de regimes agrários tradicionais, a persistência e o agravamento dos conflitos no campo, evidenciando o caráter excludente e desigual desse modelo de desenvolvimento rural.

A partir do esboço do fundamento teórico-histórico, os esforços foram direcionados para a seleção dos territórios de pesquisa. Como o trabalho se propõe a estudar as tomadas de terras

comunais no Semiárido mineiro, optou-se por escolher regiões e situações distintas inseridas nesse recorte, a fim de identificar em que os processos expropriatórios se assemelham e em que se diferenciam, além de conhecer as formas encontradas pelas comunidades para resistirem ou se adaptarem à nova realidade em cada região. Depois de muitas considerações, foram selecionados os territórios do Alto Jequitinhonha, Médio São Francisco e Alto Rio Pardo.

A escolha desses casos obedeceu a uma reflexão baseada num conjunto de critérios. Sendo importante comparar os casos, seria necessário que as informações pudessem ser reunidas no curto intervalo de tempo que se dispunha para a pesquisa. Assim, o primeiro critério ponderado foi o aspecto prático de execução/viabilidade da pesquisa. No Alto Jequitinhonha, a parceria de longa data do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers – NPPJ, vinculado a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com o Centro de Agricultura Vicente Nica – CAV, organização não-governamental sediada em Turmalina/MG, foi um facilitador do contato com as famílias de agricultores e da seleção dos entrevistados. Da mesma forma no Médio São Francisco, onde há muitos anos o NPPJ consolidou relações de confiança mútua e trabalho com os agricultores, em parceria com a Cáritas Diocesana de Januária/MG e com a Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos – Assusbac. Em ambas as regiões, o pesquisador teve a oportunidade prévia de conhecer agricultores e instituições e acompanhar atividades de campo, realizando entrevistas vinculadas a outras pesquisas do NPPJ. No caso do Alto Rio Pardo, o trabalho de assessoria jurídica popular realizado pelo pesquisador com a comunidade selecionada em anos anteriores lhe permitiu ter contato com a área, com agricultores e lideranças comunitárias, o que também foi um facilitador do diálogo para execução da pesquisa.

Em seguida, foi realizado trabalho de revisão de literatura direcionada para essas áreas específicas, a fim de verificar o estado da arte e refletir sobre os conceitos e as teorias utilizadas na pesquisa.

Existe uma literatura há anos consolidada sobre os territórios selecionados. No Alto Rio Pardo, Dayrell (1998), Chévez Pozo (2002), Nogueira (2009) e Brito (2013). No *gerais* do Médio São Francisco, Cardoso (2000), Galizoni (2005), Oliveira (2005), Ribeiro e Galizoni (2007, 2011), Correia (2008), Ribeiro (2010), Silva (2020) e Cruz (2021). No Alto Jequitinhonha, Graziano e Graziano Neto (1983), Silva (1999), Ribeiro *et al.* (2005), Galizoni (2007), Calixto *et al.* (2009), Silva (2019) e Simão (2021). Esses trabalhos foram importantes

para munir o pesquisador de informações antes da ida a campo, possibilitando identificar o que já se tem e o que pode ser agregado à discussão.

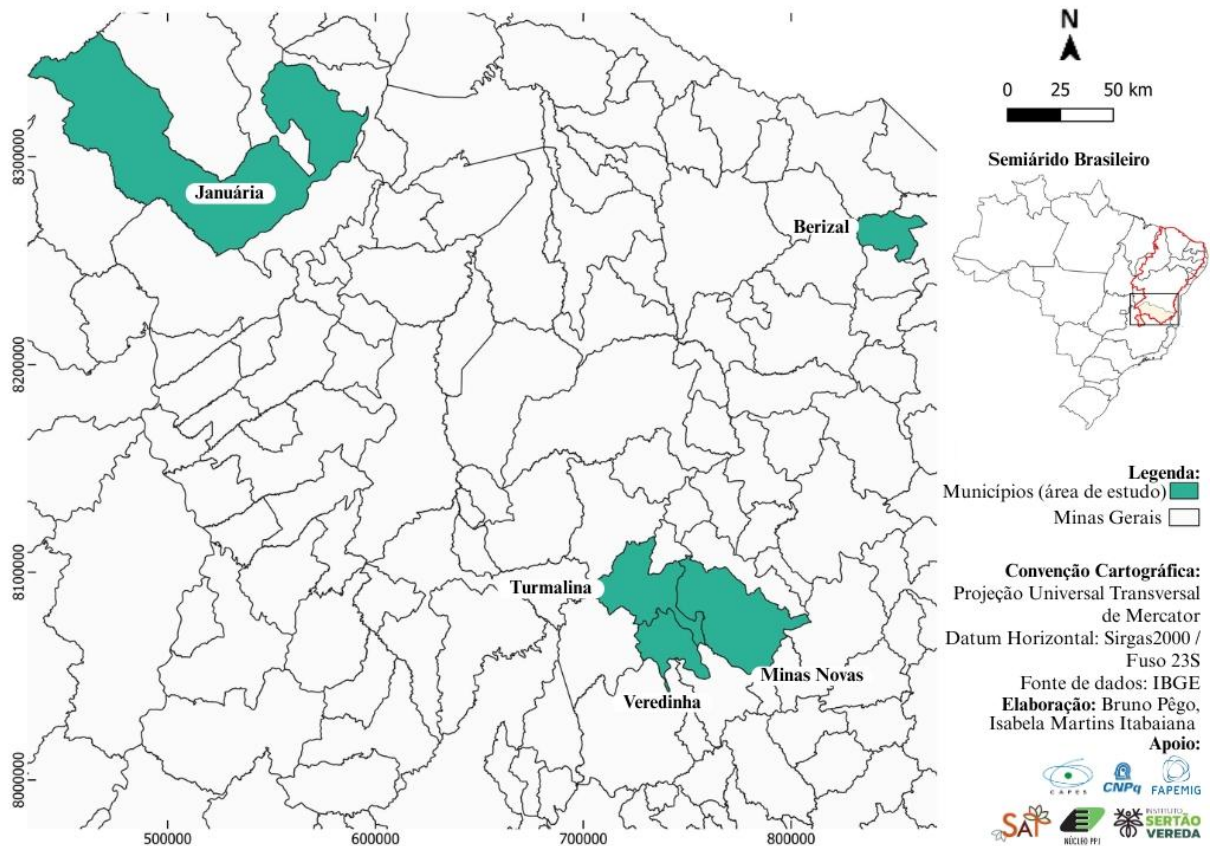
No Alto Jequitinhonha, foi estudado o caso da Chapada das Veredas, situada entre os municípios de Turmalina, Veredinha e Minas Novas, tomada por eucaliptais na década de 1970 e assim permanecendo até a segunda década do século XXI. A empresa responsável pela maioria da área expropriada é a Aperam, antiga Acesita, cujo eucaliptal se destina à produção de carvão integrada à siderurgia, voltado para o abastecimento da sua própria planta industrial. A terra tomada é objeto de reivindicação ativa de agricultores organizados, que se mobilizam e manifestam sua indignação de diferentes formas.

No *gerais* do Médio São Francisco foi pesquisado o caso da comunidade de Sambaíba, situada em Januária. Nesta área, originalmente tomada pela HPicchioni Agropastoril - dedicada ao monocultivo de eucalipto e à produção de carvão vegetal - mas posteriormente negociada e sucedida por várias empresas -, há uma espécie de “arranjo precário” entre os expropriadores e as comunidades, que usam periodicamente as áreas tomadas sem, no entanto, estabelecer domínio.

Na região do Alto Rio Pardo foi analisado o caso da comunidade quilombola de Vila São João, no município de Berizal, que retomou parte do seu território expropriado pela Planta 7, hoje Coagro, cuja atividade principal era o cultivo de eucalipto. A comunidade conta com associação própria e com o apoio político da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, cuja articulação possibilitou a retomada parcial das terras.

Os territórios selecionados podem ser mais bem visualizados no espaço por meio do Mapa 1.

Mapa 1: Territórios selecionados para estudo.



Certamente, esses três territórios selecionados não representam toda a realidade do Semiárido mineiro, mas são recortes empíricos que revelaram características próprias e peculiares que contribuem para explicar as diferentes trajetórias relacionadas ao caráter da expropriação, às peculiaridades dos ambientes, das redes de apoio e solidariedade e das estratégias. As principais singularidades territoriais estão expostas abaixo.

1. Diferentes níveis de consolidação da expropriação:

- No caso da Aperam, no Vale do Jequitinhonha, a empresa se manteve ativa ao longo dos anos, desde a expropriação, consolidando sua atividade de forma continuada;
- Nos casos da Sambaíba e de Vila São João, as empresas abandonaram gradativamente a atividade que exerciam na terra expropriada, mas mantiveram o título jurídico da propriedade;

2. A diversidade de ambientes, regimes agrários e sistemas produtivos:

- Existe uma diversidade de regimes agrários e sistemas produtivos adaptados a cada ambiente. Em cada uma das localidades, os agricultores apresentam formas diversas de

apropriação e uso da terra, práticas agrícolas, costumes e concepções de posse e domínio:

- O complexo grotas-chapadas, no Alto Jequitinhonha;
- O complexo gerais, mata e veredas do Médio São Francisco;
- O complexo chapadas/gerais, tabuleiros e baixas/vazantes no Alto Rio Pardo.

3. A existência de diferentes redes articuladas entre as comunidades e instituições parceiras:

- A “Rede de Parcerias”, no Alto Jequitinhonha, composta pelas comunidades Campo Buriti, José Silva, Gentio, Campo Alegre, Poço d’Água e Cabeceira do Tanque, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e as universidades (UFMG, IFNMG e UFVJM);
- Em Januária, as comunidades contam com o apoio da Cáritas Diocesana, agência vinculada à Igreja Católica, das universidades (UFMG e IFNMG) e da organização comunitária Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos (Assusbac);
- No Alto Rio Pardo, a comunidade de Vila São João é apoiada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A comunidade também conta com o apoio de pesquisadores da Unimontes e da UFMG.

4. As estratégias adotadas pelos expropriadores:

- Em todos os territórios a expropriação se fundamentou no discurso do desenvolvimento e da geração de emprego. As regiões foram taxadas como “pobres”, ou *vazios* econômicos e de gente (Dayrell, 1998). As empresas argumentam que os investimentos realizados seriam a “salvação”, gerariam renda, emprego, movimentariam a economia e trariam novos investimentos para a região;
- Contudo, em cada um dos territórios as empresas utilizaram táticas peculiares de expropriação, seja por meio da compra de terras a baixo custo diretamente com os agricultores, seja por meio da *grilagem*, envolvendo diferentes agentes sociais e outras estratégias.

5. A gravidade e diversidade dos efeitos:

- São vários os efeitos sociais, ambientais e econômicos sofridos pelas comunidades. A depender de cada território, alguns são mais sentidos que outros.

6. A diversidade da situação do conflito:

- No caso da Chapada das Veredas, existe uma situação constante e intensa de conflito entre os camponeses e a empresa expropriadora, que lança mão de uma série de artimanhas para dar continuidade às espoliações;
- Na Sambaíba, em Januária, a relação é diferente. Existe uma espécie de “arranjo precário” entre a expropriadora e os agricultores, que passaram a acessar a área para extrativismo e solta do gado, sem maiores complicações, mas sem estabelecer efetivamente o domínio;
- Já no caso da comunidade de Vila São João, no Alto Rio Pardo, a comunidade partiu para o enfrentamento direto e retomou parte do território sobreposto pela fazenda, estabelecendo o domínio pleno sobre a área.

Essas singularidades mostravam especificidades locais que mereciam ser aprofundadas. A diversidade dos casos pode ser mais bem tipificada na Quadro 1.

Quadro 1: Sistematização dos casos de análise.

Território	Expropriador	Casos analisados	Situação atual	Apoio institucional
Alto Rio Pardo	Planta 7	Vila São João	Retomada	CPT/MST/Universidades
Médio São Francisco	HPicchioni	Sambaíba	Arranjo precário	CÁRITAS/ASSUSBAC/ Universidades
Alto Jequitinhonha	Acesita/Aperam	Comunidades da Chapada das Veredas	Intensificação do conflito	Rede de parcerias/CAV

Fonte: Elaborado por Bruno Pêgo (2025).

Vencida a etapa de revisão de literatura, selecionadas as áreas de estudo e levantadas informações prévias sobre os territórios e os agentes envolvidos na pesquisa, deu-se início aos trabalhos de campo. Primeiramente, foi realizada pré-pesquisa de campo nos três territórios, entre os meses de dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, buscando um primeiro contato com os entrevistados, para aperfeiçoar alguns elementos da pesquisa e testar o roteiro-teste. Isso possibilitou identificar alguns elementos em que a pesquisa poderia avançar e perceber erros e adaptações a serem feitas no roteiro de entrevista.

Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas em profundidade (Queiroz, 1991), semi-estruturadas com especialistas locais², detentores de saberes sobre a história, os usos e os costumes tradicionais das comunidades (Brandão, 1986). Nas entrevistas, foram explorados alguns temas como: terras comuns, normas costumeiras, tomadas de terras, estratégias de expropriação, conflitos, estratégias de resistência e adaptação.

No início da pesquisa, um episódio inesperado marcou o trabalho de campo: a perda do caderno onde estavam registradas as anotações e entrevistas preliminares, num momento de desatenção do pesquisador. O prejuízo foi reduzido graças à digitalização prévia de boa parte das anotações contidas no caderno. O ocorrido, apesar de frustrante, revelou-se didático: a partir daí, passou-se a utilizar o gravador sonoro na maioria das entrevistas – com autorização expressa dos entrevistados – com o único intuito de evitar que as informações se perdessem. Com o tempo, o uso do gravador se mostrou útil não somente na preservação das informações, mas também na captação da riqueza dos sentimentos, das expressões e subjetividades dos relatos, como aprendido com Queiroz (1991).

Contudo, a utilização desse instrumento foi ponderada em cada caso. Em algumas entrevistas com agricultores do Alto Jequitinhonha optou-se por não fazer uso do gravador. Isso porque o conflito com a empresa tem se acirrado significativamente nos últimos tempos, especialmente no ano de execução desta pesquisa. Nesse contexto, o uso do gravador poderia causar certo desconforto a alguns entrevistados, sobretudo àqueles que sofrem maior criminalização e perseguição pela empresa e pelos agentes de segurança pública e privada, podendo prejudicar tanto o entrevistado quanto o próprio conteúdo das entrevistas. Por esse

² Termo usado por Brandão (1986) para designar sujeitos de vasto conhecimento sobre determinado assunto, situados e enraizados nos territórios, como lideranças comunitárias e anciões.

mesmo motivo, optou-se por não citar no texto os nomes dos agricultores dessa região, a fim de resguardá-los.

Em todo caso, após a realização das entrevistas, gravadas ou não, foram feitas as transcrições e o “tratamento” das informações coletadas, convertidas em arquivo digital. Os relatos transcritos foram categorizados em grandes blocos, dialogando com os objetivos da pesquisa: tempos idos (antes da chegada das firmas); expropriações (como se deu a chegada das firmas e as estratégias empresariais); efeitos e estratégias de resistência. Nesse trabalho, também foram feitas comparações com outras notas obtidas nas pesquisas de campo, a fim de observar as semelhanças e peculiaridades dos relatos e identificar possíveis pontos a serem aprofundados nas entrevistas seguintes.

No caso da comunidade de Vila São João, foi utilizada a técnica do grupo focal (Poupart *et al.*, 2008) com 5 agricultores que participaram diretamente da retomada do território. Optou-se por essa técnica nesse caso específico para compreender as diferentes visões dos agricultores sobre a retomada, as dificuldades por eles enfrentadas e as estratégias de organização interna para assegurar a posse sobre área. Na Imagem 1 estão dona Áurea, dona Edinalva, seu Hélio, seu Antônio e seu Volmar, participantes do grupo focal.

Imagem 1: Grupo focal na comunidade de Vila São João, em Berizal/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Mas para além das entrevistas, a pesquisa combinou uma série de estratégias metodológicas e fontes documentais, bibliográficas e processuais.

Foi realizado o levantamento de dados dos Censos Agropecuários de Minas Gerais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dos anos de 1970, 1985 e 2017, recortes que retratam o cenário fundiário anterior à chegada das firmas, o momento imediato subsequente à implementação dos empreendimentos e a situação atual, fruto das políticas “modernizantes”. Os censos mais antigos foram manejados manualmente, na biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em Belo Horizonte, já os dados do censo de 2017 foram sistematizados com auxílio do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, banco de dados disponibilizado virtualmente.

Anualmente, desde 1985, a Comissão Pastoral da Terra – CPT publica os Cadernos de Conflitos no Campo no Brasil, registrando os números relacionados a conflitos por terra, água, trabalho e assassinatos no mundo rural. A partir disso, com auxílio de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers – NPPJ, foi realizada a sistematização dos dados registrados de conflitos no campo nos últimos 10 anos, especialmente por terra e água, no estado de Minas Gerais e no recorte do Semiárido mineiro, o que permitiu visualizar como este é um território em disputa.

Foram também analisados processos judiciais, contratos, matrículas e registros cartoriais de imóveis, que se mostraram bastante elucidativos da dinâmica das expropriações e das estratégias empresariais. Esses documentos permitiram reconstruir mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais posses camponesas foram usurpadas, convertidas em propriedade privada e legitimadas por dispositivos legais, judiciais e cartoriais.

Ainda, em medida dose de observação participante (Becker, 1997), o trabalho de campo incluiu a participação do pesquisador em uma série de eventos, seminários, reuniões, especialmente relacionadas às reivindicações de direitos das comunidades, o que permitiu analisar dinâmicas coletivas, discursos, formas de organização, servindo como elementos complementares às entrevistas e aos registros documentais, sem que a pesquisa configurasse propriamente uma etnografia.

O presente estudo é resultado dessas variações e combinações metodológicas. É a partir desse percurso que o texto avança, nos capítulos seguintes, para a análise histórica dos regimes

agrários tradicionais, das expropriações das terras comuns e seus desdobramentos sociais, ambientais e regionais no Semiárido mineiro.

3. REGIMES AGRÁRIOS E BENS COMUNS

3.1 A historiografia agrária e o paradigma do latifúndio

A historiografia sobre a terra no Brasil consolidou a ideia de que a ocupação e a formação fundiária do país poderiam ser resumidas na imagem do latifúndio escravista, expropriador, monocultor e exportador de produtos agrícolas, originado do regime de sesmarias. Os processos de exploração e exclusão nos séculos passados que ocorreram mais intensamente nas regiões canavieiras do litoral nordestino e nas regiões minerárias foram considerados como matrizes da dinâmica das relações e da estrutura agrária dominante de todo o país. Freyre (1964), Holanda (1971), Facó (1976), Prado Júnior (2008), são alguns dos vários autores que partem dessa concepção.

Os casos emblemáticos dos imensos domínios da Casa da Torre e da Casa da Ponte são frequentemente citados na literatura. Originados das doações de sesmarias pela Coroa portuguesa nos séculos XVI e XVII, vinculados à família Ávila e à família Guedes de Brito, esses domínios ganharam dimensões extraordinárias: as vastas terras da margem esquerda do rio São Francisco fizeram parte do latifúndio pernambucano Casa da Torre, enquanto a margem direita integrava o território baiano da Casa da Ponte. Apesar de se constituírem exceções, esses enormes domínios se tornaram paradigmas para os estudiosos do assunto, especialmente na análise da estrutura fundiária no Semiárido.

Alguns escritores como José de Souza Martins (1981), Ellen Woortmann (1982), Maria Yedda Linhares (1995), Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997), Alfredo Wagner de Almeida (2004), Sueli Pereira Castro (2009) e Aldo Manoel Branquinho Nunes (2021) relativizam isso e apresentam outra perspectiva para entender a complexidade da história agrária do país. Segundo esses autores, os estudos históricos da ocupação da terra no Brasil generalizaram o modelo do latifúndio exportador e da propriedade privada da terra como elementos hegemônicos. Essas análises parecem se fundamentar num padrão de evidências marcado principalmente por dois aspectos. Primeiro, as legislações fundiárias impostas pela Coroa portuguesa e, posteriormente, pelo governo imperial e republicano, notadamente o regime de sesmarias (1530-1822), as ordenaçõesmanuelinas e filipinas, a Lei de Terras de 1850 e o

Estatuto da Terra de 1964. Em seguida, pela concentração dos domínios fundiários nos “ciclos” de exploração econômica, como a cana-de-açúcar, o ouro, a pecuária e o café.

Analisando sob esse prisma, muitos autores tendem a considerar as grandes fazendas constituídas por sesmarias e distribuídas pela Coroa como matrizes de exploração fundiária para pecuária e lavoura de exportação, excluindo por completo o camponês da terra. Essa generalização consolidou uma narrativa homogênea da história agrária brasileira, na qual o latifúndio aparece quase como forma exclusiva da ocupação territorial do país, silenciando múltiplas formas, arranjos e regimes que coexistiram — e, em muitos casos, resistiram — ao grande domínio. A figura dos posseiros, agregados, das terras comunais e tradicionalmente ocupadas (Almeida, 2004) são ignoradas ou reduzidas a elementos meramente residuais, marginais na história agrária.

É nesse sentido a ressalva que faz Nunes (2021, p. 20):

[...] o fato é que, de forma dominante, essas versões sobre a colonização do semiárido e sobre o surgimento das localidades associado à ação de famílias de sesmeiros e conquistadores em torno do estabelecimento de fazendas de gado e, portanto, da pecuária, ajudaram a cristalizar uma visão (imóvel e limitada à dualidade latifundiário/trabalhador, simplificada pelas figuras do sesmeiro/fazendeiro e do vaqueiro) mais ou menos homogênea e desdobrada (plana, sem dobras, nem embaraços teóricos) sobre a constituição de grupos sociais, rígida e linear, sobre a ocupação do semiárido através do latifúndio e da pecuária, onde se obscurecem outras formas de ocupação do solo e uma variabilidade de grupos sociais.

Essa leitura homogeneizante contribuiu para naturalizar a hegemonia cultural, política e econômica do latifúndio, como traço praticamente incontestável da formação nacional. Mas se a história fundiária do Brasil é a história do latifúndio, como se explica a emergência de tantas coletividades tradicionais – como quilombolas, geraizeiros, veredeiros, vazanteiros e fundos de pasto - que reivindicam a terra e o território como locais de antigos vínculos históricos, culturais, ancestrais, transmitidos entre gerações e marcados por práticas costumeiras historicamente consolidadas?

Nesse tipo de análise, a permanência da concentração fundiária aparece mais como uma continuidade natural dos tempos coloniais, e não como resultado de conflitos, disputas e processos reiterados de expropriação. É uma abordagem que acaba por desqualificar a própria questão agrária enquanto problema histórico e social, de forma que as demandas por terra tendem a ser vistas como conflitos episódicos ou reivindicações localizadas, e não como expressão de uma disputa histórica por reconhecimento, acesso e legitimidade territorial, esvaziando sua densidade histórica.

Contrariando essa perspectiva dominante, alguns autores demonstraram que as sesmarias não necessariamente se constituíram inteiramente em áreas de exploração, e, em muitas vezes, designavam somente uma formalidade jurídica de domínio sobre a terra.

Conforme Martins (1981), no período colonial, a interdição da formalização do domínio da terra recaía sobre indígenas e negros escravizados, mas também ao “*branco sem pureza de sangue*”, grupos que viriam a compor o rol dos agregados da fazenda, sujeitos a relações das mais variadas com o fazendeiro. Esse grupo viria a compor o campesinato durante o período colonial, junto com os excluídos e empobrecidos pelo regime do *morgadio*, sistema que garantia ao primogênito da família se tornar o herdeiro legal da terra, em detrimento dos demais herdeiros, que nela se agregavam. O *morgadio*, explica Martins (1981, p. 32), “deu causa tanto do empobrecimento da população quanto de muitos conflitos de famílias que perduraram por longos anos”.

Apesar de serem interditados da herança pelo *morgadio*, nada impedia que os demais herdeiros abrissem e formassem novas posses pela ocupação e uso da terra, principalmente nas áreas desocupadas de fronteira agrícola. Aliás, “era esse o processo de obtenção de sesmarias: o futuro sesmeiro ocupava antes a terra, abria sua fazenda e só assim se credenciava para obter a concessão e a legitimação da sesmaria. O emprego útil da terra era a base da legitimação” (Martins, 1981, p. 33).

Ou seja, o branco deserddado, excluído da herança pelo *morgadio*, ainda podia se assenhorar de terra pelo regime de sesmaria. Os demais grupos camponeses, como os indígenas e ex-escravizados, também poderiam abrir suas posses, “mas, devido aos mecanismos tradicionais de exclusão [...], dificilmente podia tornar-se um sesmeiro” (Martins, 1981, p. 34). Assim, conforme também Ellen Woortmann (1982, p. 167), essas “duas figuras jurídicas - a sesmaria e o *morgadio* - impediram que se constituísse um campesinato parcelar que detivesse a propriedade jurídica da terra, mas não impediram a constituição de um campesinato de posseiros”, ou seja, não o excluía, necessariamente, do acesso à posse da terra.

A fazenda monocultora e o trabalho escravo são elementos constitutivos na história fundiária brasileira, e deixaram seus traços estruturantes principalmente após o fim do período colonial. No entanto, como leciona Maria de Nazareth Wanderley (2015, p. 27), este fato por si só “não impediu que se constituíssem, nos interstícios internos e externos dos latifúndios, espaços que escapavam, de direito ou de fato, da ocupação pelos senhores da terra e que eram, sob formas distintas, usados produtivamente por pequenos agricultores camponeses”.

O acesso à terra pelos camponeses se dava por pelo menos dois modos distintos. O primeiro refere-se ao domínio e à ocupação de terras livres nas áreas de fronteiras agrícolas, terras sem dono e não requeridas por particulares, externas ao domínio fazendeiro. Nessas áreas, o acesso à terra se dava por meio da posse, da livre ocupação e do trabalho familiar, constituindo regimes fundados menos na titulação formal e mais na legitimidade conferida pelo próprio trabalho. O segundo modo corresponde ao regime de agregado, à moradia de favor ou outras formas de dependência estabelecidas no interior ou nas margens das fazendas.

A esse respeito, Martins (1981) explica que era comum o fazendeiro, ao receber a terra por sesmaria, encontrar diversos posseiros nos limites de sua fazenda, dependendo de ele aceitar ou não a permanência desses camponeses como agregados. Caso não lhe fosse conveniente mantê-los no interior da fazenda, poderia indenizá-los pelas benfeitorias realizadas, ou seja, pelo trabalho executado na terra, e não pela terra em si, já que esta não era artigo de comércio. Normalmente, no entanto, convinha mais ao sesmeiro manter o camponês na terra, pois era o agregado quem efetivava a posse em seu nome. A relação entre eles era essencialmente de troca - de serviços, produtos e favores - estabelecida com base num complexo código de honra e de lealdade, mas também de subordinação. O fazendeiro permitia ao agregado constituir sua família na terra, derrubar a mata, capinar, plantar roças e criar seu gado. O camponês, em troca, prestava serviços diversos ao fazendeiro, desde serviços agrícolas até o de proteção dos limites da fazenda. Portanto, a posse que exercia era também a posse do fazendeiro, o que conduzia à legitimação do título de sesmaria em nome deste.

Fazendas, agregados, vaqueiros, sitiantes e posseiros constituíam uma complexa teia de relações sociais travadas entre si e a natureza, variadas segundo as peculiaridades locais e o período histórico:

Na terra da fazenda – que não era livre – havia um leque enorme de usos, acordos e explorações diferentes. Pastagens costumavam não conhecer limites, e lavouras de agregados não recebiam restrições, a não ser rara e localizadamente. Esses estatutos de uso e extração da terra da fazenda nunca foram escritos, mas faziam parte dos costumes e eram variados de lugar para lugar, entre outras razões pelas características da natureza: uma fazenda em chapadas e capões oferecia recursos e exigia técnicas, e portanto, acordos diferentes de uma fazenda de mata ou carrascos. Cada uma permitia seu usufruto peculiar, mas não eram submetidos ao uso e vontade de uma pessoa apenas, e sim a múltiplos personagens e usos que não se chocavam porque os espaços eram tão amplos quanto os recursos disponíveis (Ribeiro, 1997, p. 96-97).

Fato é que essas relações não podem ser analisadas sob uma ótica homogeneizante. A depender da localidade, da época, dos costumes, da abundância ou escassez da terra e dos recursos naturais, as relações entre camponeses e a fazenda se amansavam ou estremeciam. Em

alguns casos, ao agregado era permitido fazer sua roça, sua morada, constituir sua família, criar seus animais e, em contrapartida, deveria prestar trabalhos esporádicos ao fazendeiro. Em outros, poucas permissões lhe eram dadas, as roças e criações eram limitadas e a contraprestação - em serviços ou em produtos - era mais penosa. Mas essas condições variadas eram estabelecidas em comum acordo entre as partes, já que o agregado “era, também, um sujeito” (Ribeiro, 2010, p. 398).

Importa destacar que essas duas formas principais de acesso à terra pelos camponeses – em áreas livres de fronteira agrícola ou no interior das fazendas – não eram estanques, pelo contrário, eram frequentemente intercambiáveis. O camponês em condição de posseiro em uma área de fronteira podia transitar para a condição de agregado, da mesma forma que agregados expulsos ou pressionados podiam deslocar-se para novas áreas desocupadas. Essa dualidade revela que a história agrária brasileira não se estruturou apenas pela oposição entre latifúndio e camponeses expropriados, mas por um complexo campo de arranjos fundiários, no qual diferentes regimes de acesso à terra coexistiram, conflitaram e se transformaram ao longo do tempo.

A diferença entre o *ter* e o *usar* a terra na perspectiva camponesa foi explicada por Klaas Woortmann (1990), ao abordar a separação entre as categorias de *dono* e *proprietário*. Para o autor, “é-se dono não por se ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado”, no caso do camponês; por outro lado, “é-se proprietário pela compra, e não pelo trabalho”, no caso do fazendeiro (Woortmann, 1990, p. 28). O direito do fazendeiro nascia do título formal. O direito do camponês nascia do trabalho.

Osmar Chévez Pozo (2002, p. 13) também destaca que nas sociedades camponesas “os direitos de exploração e apropriação individuais decorrem do trabalho realizado na terra por cada unidade familiar”, e não do título formal. Ou seja, “a relação das famílias com a terra se traduz numa relação de apropriação do produto de seu trabalho na terra ou de produtos da terra que se encontram em disponibilidade coletiva”, como o roçado, o pasto, os frutos, as criações. Assim, o camponês se apropria do produto do seu trabalho na terra, e não da terra propriamente dita.

Nesse sentido, Martins (1981) explica que:

Na verdade, o posseiro não valoriza a terra como terra. Ser proprietário da terra para ele não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser dono do trabalho. [...] Então, a noção de posse é uma noção que privilegia não a terra mas o

trabalho: a terra entra como instrumento do trabalho, como mediador do trabalho (Martins, 1981, p. 131).

Nessa perspectiva, Linhares (1995, p. 87) demonstrou que os grandes domínios sob a denominação de sesmarias eram compostos também “de numerosos *sítios*, ou seja, áreas arrendadas, a cujos arrendantes cabia a posse iminente da terra” e, evidentemente, o seu uso. Assim, no interior das grandes fazendas se encontravam a lavoura e a pecuária camponesa, fundadas em outras formas de domínio, convivendo, simultaneamente, diferentes sujeitos sob diferentes regimes de domínio da terra.

Teixeira da Silva (1997) aprofundou esse aspecto, diferenciando o grande domínio originado da sesmaria (categoria que decorre de uma situação formal e jurídica) da exploração direta (o uso direto dos recursos da terra). O fato de o domínio ter sido formalmente concedido ao sesmeiro pela Coroa não significava que aquela terra era por ele explorada, total ou parcialmente. As relações entre os sesmeiros que detinham o domínio titular e formal da terra e os camponeses eram diversificadas conforme os interesses envolvidos, sendo comum o sesmeiro cobrar do camponês alguma taxa pela exploração da terra ou, ainda mais comum, condicionar seu uso a prestações de serviço. A exemplo dessa relação, o autor constatou que o enorme latifúndio de Antônio Guedes de Brito, a Casa da Ponte, compreendido sobre grande parte do sertão baiano e da porção setentrional de Minas Gerais, tinha em seu interior centenas de *sítios* pagadores de renda e sob exploração direta de camponeses. Assim, o instrumento jurídico da sesmaria excluiu do campesinato o domínio formal da terra, mas não impediu o seu acesso a ela.

Rosa Congost (2003) também chamou a atenção para os problemas das análises históricas sobre a questão fundiária/agrária. Segundo a autora, muitas análises históricas tendem a partir de conceitos estatais sobre propriedade, sacralizados por legisladores em códigos legais, considerados como definições “absolutas”, imutáveis, como se fossem as únicas formas de domínio “corretas”, e as outras práticas estariam no mundo da ilegalidade, devendo se adaptar àquilo disposto pelo Estado. A autora considera as relações de domínio altamente dinâmicas, que variam no tempo, espaço e nos ambientes, sendo, portanto, muito diversas. Essa complexidade/diversidade de regimes de domínio não cabe nos textos da lei, que acaba por generalizar um senso comum, de inspiração liberal, que considera a propriedade fixa na história, plena e absoluta, como forma hegemônica de domínio da terra. Por essa razão, Congost entende que o termo *direitos de propriedade*, no plural, é mais adequado para se referir à ampla variedade de formas de domínio, pois reflete melhor a pluralidade desse fenômeno, uma

possibilidade de se pensar os diferentes *regimes de propriedade* a partir das relações sociais materiais, em constante interação e transformação, e não dos conceitos sacralizados pelo Estado, pelos grupos hegemônicos e por códigos legais.

Confirmando essa perspectiva, Silva (1997) relata a existência de regimes diversificados de manejo e apropriação de terras ao longo do tempo no Semiárido. Frequentemente se encontrava na região áreas indivisas, de posse e uso comum, sem cercas nem limites de domínio, utilizadas para extrativismo e criação de animais à *solta*, reguladas por normas costumeiras locais.

Dessa forma, emergiram em todo o país, e também no Semiárido, regimes de posse e uso da terra multiformes que pouco dialogavam com o regime de sesmarias implantado pela Coroa portuguesa. Linhares (1995), Silva (1997) e Nunes (2021) constataram que, mesmo após a instituição da Lei de Terras em 1850, não houve mudanças significativas nos regimes de apropriação e uso das terras que vigoravam na região, permanecendo os regimes costumeiros de domínio. Na verdade, “os efeitos da legislação parecem ter se limitado à área cafeeira, no eixo Centro-Sul do país, sem qualquer mudança de fundo nos demais regimes” (Silva, 1997, p. 126). Os impactos da respectiva lei seriam sentidos de fato somente com os cercamentos e com a “modernização” agrícola, anos depois.

Na realidade do Semiárido mineiro, por exemplo, Brito (2013, p. 31-32) destaca que:

Apesar das sesmarias terem dado origem às grandes propriedades no período colonial e da lei de terras ter bloqueado o acesso dos mais pobres, no norte de Minas muitas terras permaneceram sem ser apropriadas pela oligarquia e ficaram sob a posse desses diferentes grupos; em diferentes ecossistemas forjaram suas formas de vida tendo como parâmetro os ambientes em que habitavam. A implantação da estrada de ferro trouxe mudanças, mas que não significariam um reordenamento territorial e cultural. Posteriormente a expansão das ferrovias e a abertura de rodovias desencadearam algumas transformações no Norte de Minas, no Século XX, devido à diminuição das distâncias, que resultou em maior movimentação populacional e em novas possibilidades de comércio. Apesar de ter havido expansão de áreas em função do crescimento da pecuária, não houve uma mudança estrutural, mas uma intensificação nas trocas com outras regiões. Contudo, os produtos continuavam os mesmos e havia condições para a reprodução social da pequena propriedade, do camponês, do pescador, das diversas comunidades de agricultores e extrativistas da região. Grandes transformações estavam por vir com a radicalização da modernização.

Essa diversidade de formas de acesso e uso da terra, no entanto, foram historicamente ignoradas pela historiografia agrária brasileira, já que “a maioria dos estudos consideram apenas os regimes de propriedade tipicamente ocidentais, ou seja, transferíveis e exigíveis” (Chévez Pozo, 2002, p. 13), partindo exclusivamente de concepções e conceitos estatais, introduzidos por códigos legais.

A história dos *sítios* camponeses e das relações de posse têm muito mais a dizer sobre a agricultura, as técnicas tradicionais, as relações sociais do campo e os regimes fundiários do Brasil do que as legislações agrárias do período colonial, imperial e republicano. É certo que a história da colonização e ocupação das terras do Brasil e do Semiárido é marcada por violência, exclusões e injustiças, mas reduzir a história agrária brasileira à história do latifúndio, como se este tivesse sido instituído uniformemente em todo o país e dominasse no Semiárido, é silenciar a história do campesinato e desconsiderar outras formas de uso e posse da terra que não estão nos moldes do direito napoleônico imposto ao universo agrário brasileiro (Linhares, 1995; Silva, 1997).

3.2 Regimes agrários e normas costumeiras

Essas diferentes práticas de apropriação e uso da terra, manejo e controle dos recursos naturais, que também envolvem relações familiares e comunitárias que se apresentam nas sociedades rurais, compõem aquilo que Marc Bloch (2001) denominou de “regimes agrários”: um complexo conjunto de técnicas, práticas costumeiras e normas jurídicas que existem num espaço físico e são concebidos como instituições que regulam a vida cotidiana da coletividade rural.

Estudando a agricultura francesa do século XVIII, Bloch (2001) constatou a heterogeneidade de usos, apropriações e direitos, que se constituem em regimes como o de campos *abertos e alongados*, o de campos *abertos e irregulares* e o de campos *cercados*. Os campos *abertos e alongados* se caracterizavam pela ausência de cercas e, em muitos casos, era até proibido erguê-las. Esse regime era minuciosamente regulado por normas costumeiras de espírito comunitário que determinavam a delimitação de cada *parcela*, a rotação da lavoura, o pousio da terra, os direitos e deveres de cada um. Trata-se de “uma maravilhosa engrenagem”, em que “todas as peças estão intimamente ligadas, e ligadas de tal maneira que evidentemente nada foi mais difícil do que romper um elemento isolado. Tudo se amarra” (Bloch, 2001, p. 143). O regime de campos *abertos e irregulares*, também caracterizado por sua coletividade e ausência de cercas, eram regulados por uma teia social mais frágil e menos rígida, o que teria acarretado seu desaparecimento mais cedo. Em contraste com os demais regimes, o de campos *cercados* consagrava a individualidade, onde o possuidor dominava de forma absoluta a terra, cercada por muros ou cercas vivas, podendo fazer o que bem entendesse com ela.

Também na agricultura tradicional francesa, uma mesma área poderia passar por diferentes formas de apropriação: era apropriado individualmente por uma família enquanto

tivesse trabalhado com lavoura, mas uma vez feita a colheita e colocado em pousio (mecanismo utilizado pelos agricultores para *descansar* a terra e recuperar sua fertilidade), a área passava ao usufruto coletivo, especialmente para alimentação dos animais. Como explica Saes (2009, p. 278-279), “os direitos do proprietário sobre o seu bem ficavam suspensos e davam lugar a um direito coletivo dos habitantes das comunidades de alimentarem seus animais nos campos individuais”.

A centralidade do estudo de Bloch (2001) aqui está nessa diversidade de possibilidades de usos e apropriações da terra e do trabalho. Articulando diferentes ambientes e técnicas produtivas, os camponeses desenvolveram regimes agrários bastante específicos, combinando a apropriação individual ou coletiva da terra e de determinados recursos naturais, a depender da necessidade, da época do ano, das relações familiares ou comunitárias.

O fator primordial que diferencia esses regimes e as práticas agrícolas que os constituem é o costume. Os costumes surgem das relações sociais e práticas tradicionais entre os seres e o ambiente em que estão inseridos, são perpetuados pela oralidade e se constituem de caráter legal, impondo limites e sanções, mas também revelando possibilidades de usos. E. P. Thompson (1998, p. 86) explica que “na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume”. Para o autor, o costume agrário nunca foi fato, e sim ambiência:

Talvez seja mais bem compreendido com a ajuda do conceito de *habitus* de Bourdieu – um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança (Thompson, 1998, p. 90).

O costume não existe como uma norma isolada e estática, é uma forma viva de direito, podendo inclusive ser oponível ao império do direito estatal. A exemplo, Thompson (1998) explica que apesar de os precedentes legais decidirem que a respiga³ não mais poderia ser reivindicada como um direito nos tribunais, ainda assim, localmente, essa prática continuou valendo como um direito comum, pelo costume e pelo regulamento da localidade. Aliás, “nenhuma das decisões nos tribunais de direito consuetudinário tinha impacto imediato sobre a prática local do costume” (Thompson, 1998, p. 119).

Não quer dizer que essas normas costumeiras eram formadas por “consensos”. Pelo contrário, os costumes eram territórios de disputa, “em que os interesses sabiam coexistir e brigar” (Thompson, 1998, p. 145). Segundo o autor, “os direitos comuns eram exercidos de

³ Prática tradicional dos camponeses ingleses até o século XVIII, que consiste na coleta dos restos de uma colheita realizada por algum agricultor.

acordo com o costume consagrado pelo tempo, mas as disputas a seu respeito também seguiam formas consagradas pelo tempo” (p. 91), inclusive a forma de conflito de classes, “na interface da prática agrária com o poder político” (p. 95).

As normas costumeiras, ou os *direitos comuns*, são expressões vivas das práticas locais, dos usos, das adaptações, necessidades e do complexo tecido de relações entre pessoas, terra e trabalho em um contexto local e temporal específico, e que, “sendo *lex loci*, deve ser investigado em cada localidade e não pode ser jamais tomado como *típico*” (Thompson, 1998, p. 124). Daí sua heterogeneidade, varia conforme a necessidade, a época e a localidade em que se insere.

Ambos os autores, historiadores clássicos de análise de sociedades rurais, Bloch e Thompson, analisando as sociedades rurais da França e da Inglaterra, respectivamente, constataram a heterogeneidade dos regimes agrários e das normas costumeiras que regulavam as práticas agrícolas e a vida dos grupos camponeses. A introdução desses conceitos se faz necessária para compreender as especificidades das relações produtivas e modos de vida das populações rurais, sua capacidade de estabelecer normas coletivas, impor limites, controlar os recursos naturais e criar responsabilidades e sanções. Um componente destacado por diferentes autores frequentemente encontrado nesses regimes agrários são os bens e recursos comuns.

3.3 Os comuns

Sistemas comunais de uso e apropriação da terra sempre fizeram parte da realidade do mundo rural. Laurent de Saes (2009, p. 283-284) destaca as múltiplas utilidades do comunal na agricultura francesa do século XVIII:

Ele assegurava o suplemento de alimentação para os animais que nem os campos em pousio, nem os prados eram capazes de prover. Além disso, as florestas comunais forneciam a madeira de que todos os habitantes da comunidade precisavam, além de muitos outros produtos silvícolas. As terras comuns também constituíam uma reserva de terra arável que poderia eventualmente servir a uma cultura temporária. Nas épocas antigas, em que a agricultura ainda era pouco individualizada, não havia vida agrária possível sem os bens comunais. Eles eram complementos necessários para os grandes e médios exploradores e a garantia de sobrevivência para os camponeses mais pobres.

No Brasil, Martins (1981) aponta que desde os tempos coloniais, em todo o país, havia estratégias para manutenção da terra sob o uso comum. O morgadio e os casamentos intrafamiliares se constituíam como formas de impedir a fragmentação da terra e mantê-la no domínio da família. No entanto, após a extinção do morgadio, “usou-se largamente, em todas as regiões do país, o recurso de manutenção das terras indivisas, em comum, entre os herdeiros,

baseada no consenso sobre limites e direitos aproximados de cada herdeiro” (p. 33-34). Daí girava a instituição do “respeito”, a qual “um lavrador não entrava na roça do outro” (p. 64).

Diversos autores, em épocas mais recentes, elaboraram mais a análise sobre comuns. Para Dardot e Laval (2015, p. 262), a propriedade não é uma categoria natural, algo que sempre existiu nas sociedades, mas uma instituição social, um “arranjo jurídico de relações sociais que evoluiu com o tempo”. O fundamento da propriedade é a exclusão dos outros. É o direito de gozar e dispor das coisas livremente *contra* o outro, mas nunca *com* o outro. Essa abstração jurídica da propriedade privada que se firmou nas concepções liberais e capitalistas se contrapõe em essência aos comuns, “separa a relação da pessoa com a coisa dos múltiplos laços existentes entre os membros da comunidade, se separa dos usos sociais consuetudinários, das normas morais e dos valores culturais do grupo” (Dardot, Laval, 2015, p. 263).

Comuns também não são uma modalidade de propriedade pública, ou propriedade do Estado. Pelo contrário, frequentemente a propriedade pública entra em conflito com as formas comunais de uso e acesso à terra das populações tradicionais. O Estado proprietário está sujeito à cooptação por interesses privados e corporativos, que reproduz a lógica liberal da propriedade privada e exclui a massa de camponeses do acesso à terra.

No Brasil, terras camponesas foram transformadas em “terras devolutas”, ou “terras do governo”⁴, de “propriedade” da União e, em 1891, essas terras foram passadas para o controle dos Estados e colocadas nas mãos das oligarquias rurais regionais (Martins, 1981). Como controlador, o Estado teria a liberdade de definir o que fazer com sua terra como se fosse particular, e assim o fez quando, na década de 1970, governado por militares representantes de interesses capitalistas e imperialistas, transferiu áreas de terras comuns para grandes empresas e fazendeiros para implantação de empreendimentos agrícolas.

Outro exemplo de “imposição de uma propriedade pública sobre territórios onde se desenvolvia a propriedade comum ou formas tradicionais de acesso à terra e recursos naturais” (Diegues, 2001, p. 12) são as unidades de conservação e as áreas de proteção, muitos implementados sobre territórios tradicionais como condição de funcionamento do agronegócio, expulsando os agricultores ou impondo novas formas estatais/liberais de viver e produzir.

Assim, de nada adianta a nacionalização ou estatização dos meios de produção, como a terra, se não vier acompanhada de uma efetiva transformação social “que permita assegurar a

⁴ Termo utilizado por agricultores do município de Turmalina/MG, em entrevista concedida ao autor.

coerência entre suas finalidades coletivas, suas regras de gestão e os procedimentos definidores das orientações da sua atividade” (Dardot, Laval, 2015, p. 268).

Os autores explicam que

com o comum, não se trata mais de opor simplesmente a propriedade privada e a propriedade pública, mas de questionar prática e teoricamente os fundamentos e os efeitos do direito de propriedade, opondo-lhes o imperativo social do uso comum (Dardot, Laval, 2015, p. 262).

Os comuns estão atrelados a uma destinação social e não se definem pela forma jurídica de “propriedade”. Não se trata, portanto, de opor uma “boa apropriação” a uma “má apropriação”, “mas de opor a qualquer apropriação a preservação de um “comum” subtraído de qualquer lógica de apropriação devido a seu caráter indisponível” (Dardot, Laval, 2015, p. 270).

Para Antônio Carlos Diegues (2023, p. 92-93), “as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria”. Segundo o autor, estas populações desenvolveram formas de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a sua reprodução sociocultural, além de percepções e representações de mundo marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. Os regimes comunais têm papel fundamental nessa lógica.

Diegues (2001) e Alfredo Wagner de Almeida (2009) explicam que esses regimes se caracterizam pela coexistência entre espaços individualmente apropriados, como a habitação e as terras de cultura, e espaços de utilização comum de recursos naturais, como os peixes, frutos, madeiras, campos de solta e coleta, insuscetíveis de apropriação privada. Os comuns se referem a sistemas de uso e apropriação da terra nos quais o controle sobre os recursos naturais não é exercido de forma exclusiva e individual por um grupo determinado, mas por meio de normas costumeiras e laços consolidados de parentesco, hierarquia, solidariedade, vizinhança, compadrio e valores sociais estabelecidos entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social, uma comunidade.

No Brasil, a pluralidade de regimes agrários associados à apropriação comum da terra e dos recursos naturais foi estudada por alguns autores.

Diegues (2001) relata o caso dos *caiçaras*, camponeses tradicionais da região litorânea de Mata Atlântica, que constituíram formas de apropriação comum da terra e dos recursos naturais, praticando agricultura em espaços onde não vigorava o regime de posse ou propriedade individual, como os mangues, os corpos d’água de lagunas e estuários. Em certos

casos, somente o pertencimento à comunidade daria o direito de fazer roça, colocar armadilhas e lançar rede de pesca nos espaços comuns. Em outros, é permitido a pessoas de fora da comunidade ter acesso aos recursos naturais, desde que tenha alguma relação de “compadrio” com os habitantes locais. No litoral nordestino, apesar do espaço marítimo ser um espaço de uso comum por excelência, existe o sistema de pesca da “marcação”, que garante aos pescadores o direito de se apropriarem individualmente de pontos específicos do mar que lhe renda mais frutos e mantê-los em segredo.

No sul do país, também são registradas formas de uso e apropriação comum da terra e dos recursos naturais, especialmente para o pastoreio de animais, denominados faxinais. Na região amazônica, extrativistas do látex, açaí, da castanha-do-pará e de variedades de peixes, crustáceos e moluscos usavam em comum as várzeas e a floresta, mas não sem regramento: cada família tinha suas “colocações”, onde podia extrair os recursos naturais, impondo respeito aos demais (Diegues, 2001).

Almeida (2009) aborda outras formas de uso comum da terra registradas ao longo de todo o país, que raramente encontram amparo nos códigos legais e na concepção estatal de propriedade, constituídas por fundamentos históricos, direitos costumeiros e práticas agrícolas diversas. São as *terras de santo*, que se referem à desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à Igreja, onde passaram a prevalecer formas de uso comum, “mesmo após as autoridades eclesiásticas terem interferido e entregue formalmente essas terras à administração do Estado, em finais do século XIX” (p. 50). As *terras de preto*, também denominadas como “remanescentes de quilombos”, para designar domínios, com ou sem formalização jurídica, de famílias de ex-escravizados, cujos descendentes permaneceram nas terras por várias gerações, sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente. As *terras de herança*, que abrangem domínios titulados, tornados espólios que permanecem indivisos, há várias gerações, sem a realização da partilha pelos herdeiros. São ainda as *terras indígenas*, *terras de parentes*, *terras de ausentes*, dentre outros regimes comunais abordados pelo autor.

No Semiárido esses registros também são frequentes. Ferraro Júnior e Bursztyn (2010) narram a constituição dos fundos de pasto no sertão baiano, vastos campos de *caatinga* indivisos utilizados em comum para criação de gado e bode *à solta*. Silva (1997) relata a existência de áreas de posse e uso comum, utilizadas para extrativismo e criação de animais *à solta*. As “malhadas”, por exemplo, áreas de uso coletivo normalmente utilizadas para pernoite

do gado, ferra ou junta, podiam ser usadas por todos os criadores, sem necessidade de permissão ou cobrança de direitos.

Da mesma forma, na porção mineira do Semiárido, Dayrell (1998), Chévez Pozo (2002), Galizoni (2005 e 2007) e Ribeiro (2010) constataram regimes agrários diversificados e adaptados ao ambiente, que articulam a apropriação privada familiar das terras férteis para cultura e o uso comunal dos recursos naturais e das terras das chapadas e planaltos para solta do gado, caça, coleta de frutos, plantas medicinais, madeira e lenha.

A exemplo, Galizoni (2007), estudando comunidades rurais tradicionais do Vale do Jequitinhonha, traz a existência de um regime agrário local peculiar, designado como “terra no bolo”. Nesse caso, a terra é mantida indivisa no domínio da família, sem a realização da partilha formal, combinando o uso privativo das *grotas* - especialmente para moradia e lavoura - e o usufruto coletivo das *chapadas*, para pastoreio do gado e práticas extrativistas.

Alguns aspectos merecem ser ressaltados a respeito dos comuns. O primeiro deles é que, apesar de ter suas semelhanças, cada área comum detém peculiaridades em termos de qualidade de solo, disponibilidade de recursos e formas de gestão e uso estabelecidas pelas populações rurais específicas ao longo dos anos. Outro ponto é que não se trata de um instituto extinto, primitivo ou “coisa do passado”. Os sistemas comunais de acesso à terra e aos recursos naturais persistem nas sociedades camponesas, ainda que em parte tenham se desestruturado pelo avanço do capital no campo (Diegues, 2001; Almeida, 2009).

Comuns também não são sinônimo de abandono ou desordem. Pelo contrário, são sistemas minuciosamente mediados por um conjunto complexo de regras e valores consuetudinários e relações culturais específicas, que determinam quem, como, quando e o que pode ser usufruído. Essa percepção contradiz a teoria da “tragédia dos comuns” formulada pelo biólogo Garret Hardin (1968), segundo o qual a tendência dos regimes comunais seria a sua degradação. Para o autor, em regimes dessa natureza os comunitários buscariam priorizar seus próprios interesses, aumentando de forma ilimitada a exploração dos recursos, até atingir seu esgotamento. Para evitar essa “tragédia”, o autor aponta que a solução seria recorrer à gestão direta pelo Estado, por meio da imposição de regras de uso, ou passar para a propriedade privada.

Para Thompson (1998, p. 93), o argumento de Hardin “deriva dos propagandistas ingleses dos cercamentos parlamentares” e, “apesar do seu ar de bom senso”, o biólogo

negligencia “que os próprios *commoners* não eram desprovidos de bom senso. Ao longo do tempo e do espaço, os usuários das terras comunais desenvolveram uma rica variedade de instituições e sanções comunitárias que impôs restrições e limites ao uso”.

Regimes comunais também não se confundem com *comunismo* ou igualdade de direitos. Almeida (2009, p. 60) destaca que essas unidades sociais são “atravessadas por um grau de diferenciação interna bastante forte”, marcadas por relações de hierarquia e diferenciações econômicas. Portanto, os sistemas comuns não são homogêneos, não são necessariamente sustentados em princípios gerais de igualdade e não constituem garantia de acesso livre e irrestrito a todos. Algumas famílias podem ter mais direitos que outras, se apropriar de determinados recursos vedados a outros, segundo as normas costumeiras e relações tradicionais estabelecidas.

Conforme Thompson (1998, p. 131), “sempre foi um problema explicar as terras comunais dentro das categorias capitalistas. [...] A sua própria existência despertava perguntas sobre a origem da propriedade e sobre o direito histórico à terra”. Assim, como a apropriação e o uso comum da terra nunca couberam nos moldes da legislação agrária, notadamente da Lei de Terras de 1850 e do Estatuto da Terra de 1964, elas eram raramente registradas, e foram consideradas um obstáculo ao mercado de terras, “pois os laços sociais que as prendem impedem a privatização dessas terras e recursos” (Ribeiro *et al.*, 2005, p. 80). Essas áreas, minuciosamente reguladas por direitos e regras costumeiras, “recebem diferentes denominações regionais: terras devolutas, terras de herdeiros, de ausentes, de pretos, de índios, de santos, terras soltas ou libertas”.

4. SEMIÁRIDO

O Semiárido brasileiro se encontra majoritariamente nos estados do Nordeste e na região setentrional de Minas Gerais. O bioma predominante nessa região é a Caatinga, seguido pelo Cerrado, compreendendo ainda uma porção de Mata Atlântica. O clima é caracterizado por chuvas concentradas em poucos meses do ano e irregularmente distribuídas pelo tempo e espaço. Apesar disso, se comparado com outras regiões semiáridas do planeta, o semiárido brasileiro é o mais chuvoso, contando com uma precipitação pluviométrica média de 200 a 800 milímetros por ano. Volume, entretanto, menor que o índice de evaporação, que é de 3.000 milímetros por ano na região. A síntese desses fatores foi feita por Silva (2008), que caracteriza o semiárido pela aridez do clima, a imprevisibilidade e irregularidade das chuvas, a deficiência hídrica e a presença de solos de menor fertilidade natural.

Essa região ocupa cerca de 15% do território nacional, abrangendo 11 estados e 1.477 municípios, conforme a delimitação realizada no ano de 2022, ratificada pela Resolução 176/2024 pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel). Trata-se da região semiárida mais povoada do mundo, com cerca de 31 milhões de pessoas, equivalente a 15,3% da população do país (ASA, 2025).

Mapa 2: Delimitação do Semiárido brasileiro (2022).



Fonte: IBGE.

A delimitação oficial do semiárido já passou por diversas variações. A adição ou a retirada de municípios varia conforme a metodologia e os critérios utilizados em cada delimitação, além das frequentes mudanças no clima, com aumentos na temperatura, redução da quantidade e irregularidade das chuvas, dentre outros fatores. A escassez das chuvas e a sua alta variabilidade no tempo e no espaço são responsáveis pela ocorrência frequente das secas

nesta região. Outro fator de influência é a pouca profundidade dos solos, que reduz a capacidade de absorção da água da chuva. Estima-se que mais de 90% das precipitações se perdem por evaporação e por escoamento superficial (ASA, 2025).

Euclides da Cunha (1968) foi o grande responsável – embora muitas vezes involuntariamente - pela disseminação de estereótipos sobre o Semiárido, a partir da publicação da obra “Os Sertões”, em 1902. Foi ele quem introduziu no cenário cultural brasileiro a figura do “sertanejo” como um sujeito que é “antes de tudo, um forte” (Cunha, 1968, p. 86), cuja batalha diária é pela sobrevivência em um ambiente considerado “penoso”, “árido” e “inóspito” para a atividade humana. A obra de Euclides foi pioneira ao conferir centralidade à experiência dos camponeses vencidos, organizados em Canudos, expondo a maneira violenta como o Estado tratou aquela população. Contudo, a complexidade histórica da sua obra foi reduzida a um retrato de Semiárido associado a termos como seca, fome, miséria, migração e mandonismo, habitado por uma população supostamente atrasada cultural e economicamente, que recorre a práticas extrativistas e à migração como estratégias de sobrevivência em um ambiente adverso e hostil.

Aliás, secas - estiagens prolongadas para além do costume - sempre foram uma recorrência no Semiárido, e as populações dessa região desenvolveram formas eficazes de convivência e adaptação a esse cenário. No dizer do memorialista Neves (1919, p. 7), “desde que o mundo é mundo, servindo-me de uma bela expressão popular, as secas existem em toda a imensidão incomparável dessas caatingas aspérrimas”. Em um esforço de documentar secas históricas na região desde o século XVIII, o memorialista elaborou um método de sistematização do ciclo das “vacas gordas e das vacas magras”, ou seja, dos anos “bons” e dos anos “ruins” de chuva; a boa regra para viver no Semiárido seria armazenar nos anos bons, prever e consumir nos anos ruins. Segundo o autor, os anos terminados em “9” tendem a ser marcados pela seca mais severa, havendo também secas menores nos anos terminados em “3”, sucedendo-se a fartura dos anos terminados em “1”.

Souza *et al.* (2025) confirma o sistema proposto por Neves (1919) sobre o ciclo das secas, analisando as relações entre sociedades e águas no semiárido mineiro, nos séculos XIX e XX, a partir dos registros de memorialistas, viajantes e cronistas. Nesse esforço, relacionou diferentes métodos de previsão utilizados por conhecedores tradicionais para o período da estiagem ou das chuvas. A natureza é um excelente indicativo para os agricultores, a partir da observação do comportamento dos animais e das plantas. Um dos exemplos de práticas

tradicionais que o autor traz é a de, nas noites de São João (24 de junho), se escrever em uma folha de papel os meses “das águas” (outubro a março) e colocar pedras de sal grosso em cima de cada mês, de forma que onde o sal derreter mais, será mais chuvoso, onde derreter menos, será menos chuvoso.

Manuel Correia de Andrade (1980) enfatizou a diversidade de clima, cultura, ambiente e sistemas produtivos adaptados no Semiárido. Uma região altamente diversa e cortada por rios perenes, riachos, lagoas e brejos, que possibilitam aos camponeses práticas agrícolas ao longo de todo o ano, complementadas pelo extrativismo, pela caça, a pesca e a pecuária. Seca, portanto, não significa falta de água e não se manifesta da mesma forma por todo o território, o que contraria a ideia que é creditada a Euclides, de homogeneidade, inabitabilidade e improdutividade do Semiárido.

Já para Gustavo Maia Gomes (2001), o Semiárido é um lugar de economia sem produção: muito recurso público investido - especialmente por meio de programas de transferência de renda, formação de pequenos municípios e distribuição de benefícios previdenciários - mas que oferece pouca contrapartida produtiva. Apesar dos investimentos públicos, a região permanece com precários indicadores sociais, razão pela qual, na visão do autor, a solução seria redirecionar os investimentos à “modernização” e tecnificação da agricultura e aos empreendimentos agrícolas de produção irrigada de grãos e frutas para exportação. A perspectiva apresentada pelo autor, de um Semiárido homogêneo, improdutivo e inviável, como se fosse o mesmo em toda sua extensão e a solução para seus problemas também fosse a mesma, ignora, ou mesmo nega, a potencialidade produtiva da agricultura familiar, sua capacidade de adaptação, sua importância para a geração de renda, segurança alimentar, conservação e reprodução da biodiversidade na região.

A ideia de heterogeneidade e de adaptação produtiva é central na obra de Andrade (1980), mas foi explorada também por autores como Dayrell (1998), Galizoni (2005 e 2007), Silva (2008) e Ribeiro (2010), que apontam que agricultores do Semiárido combinam conhecimentos tradicionais e adotam técnicas adaptadas ao clima e ao ambiente, às chuvas escassas, aos solos menos férteis e à evaporação elevada. Essa previsibilidade dos períodos de estiagem e de chuva, aliada aos saberes locais, permite aos agricultores se planejarem para atenuar os efeitos da seca e adotarem estratégias produtivas adaptadas ao ambiente e ao clima semiárido, sabendo o que, como e quando se deve plantar e colher.

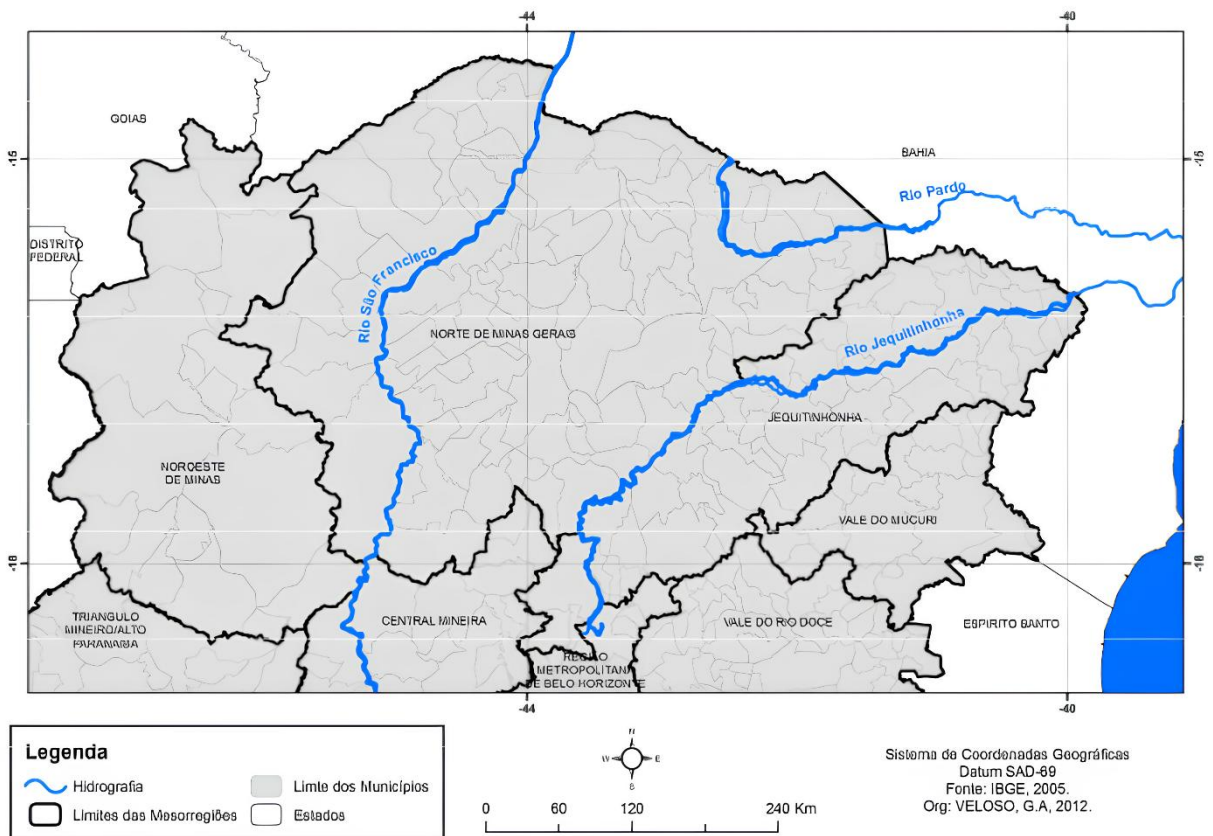
Assim, para autores como Neves (1919), Andrade (1980) e Silva (2008), a seca é um fenômeno natural e previsível, que faz parte da história do Semiárido. A seca, por si só, não é um problema, mas suas consequências são fatalmente agravadas pela estrutura agrária e a política que exclui os camponeses da posse da terra e do acesso à água.

4.1 Semiárido mineiro, seus agroambientes e suas gentes

A porção mineira do Semiárido brasileiro comporta majoritariamente o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Em apenas cinco anos, de 2017 a 2022, a área mineira incluída no semiárido cresceu 138%, passando de 91 para 217 municípios na delimitação feita pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, sendo Minas Gerais o segundo estado do Brasil com mais municípios na região semiárida.

No recorte do Semiárido mineiro, foram selecionados três territórios para análise – Alto Jequitinhonha, Médio São Francisco e Alto Rio Pardo – drenados por três grandes bacias hidrográficas: a do Jequitinhonha, a leste; a do São Francisco, na meridional e, ao norte, a do rio Pardo. Cada uma delas formam paisagens e agroambientes peculiares.

Mapa 3: Bacias hidrográficas dos territórios selecionados.



Fonte: Brito, 2013, p. 25.

Agroambientes são espaços socialmente definidos e classificados a partir dos saberes tradicionais, onde se articulam diferentes condições e recursos locais - solos, climas, vegetações, recursos hídricos - com diferentes práticas e manejos agrícolas. São as *matas*, o *gerais*, as *vazantes*, os *brejos*, as *veredas*, as *baixas*, as *chapadas*, as *grotas*, dentre vários outros. A diversidade de agroambientes que se verifica na região pode ser explicada pelo fato de “estar situada numa área de contato de distintos ecossistemas, que se interpenetram numa ampla faixa de transição, correlacionados com diferentes formas de relevo e com um gradiente decrescente de precipitações anuais” (Dayrell, 1998, p. 66).

Em cada um desses agroambientes, camponeses tradicionais do Semiárido mineiro desenvolveram estratégias produtivas adaptadas,

e entre estas estratégias, a mais evidente é a associação da diversidade de cultivos (milho, feijão, mandioca, cana, amendoim etc.) com a diversidade de variedades (genética) desenvolvidas e adaptadas para uma diversidade de agroambientes, reconhecidos em função da fertilidade, profundidade, textura dos solos, posição no relevo, proximidade do lençol freático etc. (Dayrell, 1998, p. 75).

Tudo isso contribuiu para o fortalecimento e diversificação da identidade cultural de vários grupos sociais na região. Trata-se de populações integradas em relações de parentesco, vizinhança e compadrio, cuja atividade econômica é baseada em uma agricultura constituída por unidades familiares, combinando o uso privado das áreas mais férteis para lavoura e o uso comum das *chapadas* ou do *gerais*⁵ para criação de gado na solta e para extração de frutos, plantas, madeira, lenha e caça de animais (Chévez Pozo, 2002).

Chapadas e gerais são ambientes centrais para a estratégia produtiva camponesa. Além de possibilitarem a criação extensiva do gado e fornecerem alimentos e matérias-primas essenciais, são importantes reservatórios das águas das chuvas. Durante todo o ano e nos períodos críticos de seca, esses imensos reservatórios abastecem “as milhares de nascentes, veredas e cursos d’água que cortam o território norte mineiro, drenam os afluentes dos rios São Francisco e Jequitinhonha e formam a calha que dá origem ao Rio Pardo” (Chévez Pozo, 2002, p. 74).

Apesar de terem suas especificidades, os três territórios selecionados enfrentaram a face expropriadora da “modernização” agrícola, constituída principalmente por empresas agropecuárias, monocultoras de eucalipto e especuladores, com efeitos drásticos nos modos de

⁵ Categorias utilizadas por agricultores do Semiárido mineiro para se referirem aos planaltos, áreas de topografia mais elevada, plana, propícia para solta do gado e extração de produtos vegetais e animais.

vida locais, nos usos da terra e na natureza. Dessa forma, ainda que não represente toda a região, a seleção desses territórios permite a compreensão dos impactos da privatização das terras comunais sobre a organização socioeconômica camponesa e sobre os recursos naturais no Semiárido mineiro.

Mas antes de adentrar propriamente nos efeitos dos cercamentos promovidos pelo grande capital, cabe contextualizar os territórios abordados.

4.2 As grotas e as chapadas do Alto Jequitinhonha

A porção mineira do Vale do Jequitinhonha está situada a nordeste do estado de Minas Gerais e é dividida em Médio-Baixo e Alto Jequitinhonha, “que apesar de serem espaços contínuos se revelam diversos” (Galizoni, 2005, p. 41). O Baixo Jequitinhonha compreende a região mais próxima ao sul da Bahia, área de transição da Mata Atlântica para a Caatinga, marcada pelas grandes fazendas de gado e *sítios* camponeses. O Alto Jequitinhonha, onde o Cerrado predomina, se caracteriza pela ocupação familiar das terras férteis das *grotas* e as vastas extensões altas e planas das chapadas, que se encontram apropriadas por empresas. As peculiaridades de clima, bioma, topografia e povoamento diversificam as práticas agrícolas e os regimes agrários encontrados na região (Ribeiro, Galizoni, 2006; Silva, 2019).

Graziano e Graziano Neto (1983), Silva (1999), Ribeiro *et al.* (2005), Ribeiro e Galizoni (2006), Calixto (2006), Galizoni (2005 e 2007), Ribeiro (2013), Almeida (2018), Silva (2019) e Simão (2021) desenvolveram estudos relevantes para caracterização do Alto Jequitinhonha, em especial sobre a ocupação do território, os domínios agrários costumeiros, as técnicas produtivas tradicionais diversificadas e adaptadas e tomadas de terras comunais.

A história da colonização da região está intimamente ligada à atividade de extração de metais e pedras preciosas, em especial o ouro e o diamante, com uso da mão de obra escravizada, que teve seu ápice no século XVIII. A busca por minérios valiosos foi fator determinante para a criação de diversas vilas ao longo do rio, como Diamantina, Serro, Minas Novas, Turmalina e outros municípios. Nesse período, o abastecimento alimentar e de matéria-prima para a mineração era satisfeito pela importação de outras regiões do país, já que a lavoura era considerada uma atividade secundária, para sustento dos que trabalhavam na extração mineral (Graziano, Graziano Neto, 1983).

Contudo, com o enfraquecimento da atividade minerária no século XIX, emerge na região uma agricultura de base familiar fundada em sistemas produtivos estrategicamente

adaptados ao ambiente que estão inseridos. É o “complexo grotas-chapadas” (Graziano, Graziano Neto, 1983, p. 88). As *grotas*, ou vales, são as declividades, as “descidas” das chapadas, áreas mais úmidas e férteis onde se instalam os agricultores para fazer morada e roça. As chapadas são os terrenos mais elevados, extensos e planos, onde a terra é menos propícia para a lavoura, mas adequada para a criação de animais e prática de extrativismo (Galizoni, 2005, 2007).

Além das condições naturais como solo, vegetação, altitude e umidade que diversificam esses dois ambientes, a forma de apropriação da terra pela população rural também se dá de forma diferente. A apropriação privada familiar se dá nas áreas das *grotas*, onde os camponeses estabelecem suas moradias, plantam hortas e frutíferas em seus quintais e fazem roça nas áreas mais planas do terreno. As chapadas, por outro lado, eram áreas comuns, apropriadas coletivamente, sem cercamento. Eram amplamente utilizadas para *solta* do gado, caça de animais, extração de madeira, lenha, plantas medicinais e frutos do cerrado.

Não quer dizer que, sendo comum, o usufruto da chapada era desregrado. Pelo contrário, era regido por sólidos códigos costumeiros de conduta, valores e relações construídas ao longo dos anos pelas famílias (Graziano, Graziano Neto, 1983; Ribeiro *et al.*, 2005; Galizoni, 2005, 2007; Silva, 2019):

Nas chapadas existem áreas preferenciais para coleta de uma família, mas outras podem usufruir sem pedir consentimento, respeitando preceitos consuetudinários que regulam a coleta dos recursos da natureza. Esses preceitos estão condensados em códigos comunitários de condutas que não estão escritos, mas são vividos e recriados nas práticas das famílias. Esses códigos deliberam sobre recursos, principalmente pelo atributo do recurso ser renovável e o tempo necessário para tanto, por exemplo, madeiras de cerne que demoram para se recompor possuem normas rigorosas de consumo e retirada: “É que às vezes a pessoa pode estar zelando de um pau de árvore para uma coisa determinada”, explica um lavrador; já para o fruto do pequi, com safras anuais, as normas são mais flexíveis, referem-se à técnica de extração: só devem ser colhidos os frutos no chão porque já estão maduros, e a quantidade a ser colhida não deve ser abusiva – “Senão um pega tudo e fruta não dá para guardar, perde” (Galizoni, 2005, p. 53-54).

Apesar de diferentes, esses ambientes se complementavam. A lavoura nas *grotas* fornecia aos camponeses a base alimentar, o extrativismo e a caça na chapada forneciam frutos e carnes que diversificavam sua dieta e geravam renda, plantas usadas para curar doenças, lenha para o fogão e madeira para casas, cercas e móveis. É por isso que, às vezes, algumas

comunidades da região têm acionado a identidade “groteiros-chapadeiros”⁶, pois, para o agricultor do Alto Jequitinhonha, não existe grota sem chapada.

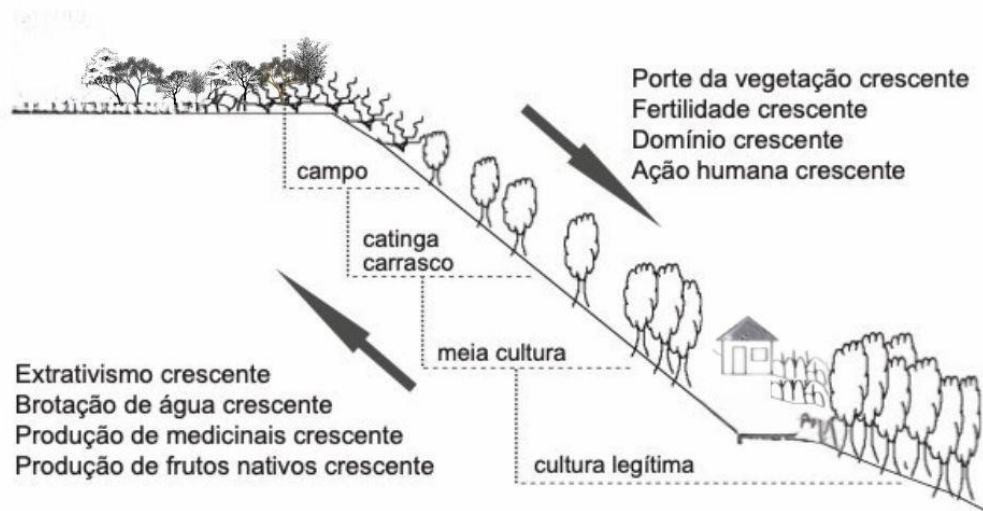
De acordo com Galizoni (2007, p. 58), “a maioria das terras da região é adquirida por herança”. Segundo a autora, o trabalho familiar, a paisagem, topografia, técnicas agrícolas, cultura material, as relações sucessivas de descendência e casamentos formam um regime agrário muito peculiar da região denominado localmente como “terra no bolo”: uma terra de herança, indivisa, que não passou pelo sistema jurídico-legal de inventário e partilha, regulada principalmente por relações de parentesco. Não se trata, necessariamente, de áreas de uso comum. São glebas familiares que comportam formas diferentes de uso e apropriação. Em determinados espaços ou épocas do ano são apropriadas individualmente, em outros, coletivamente, como constatado pela autora.

Ribeiro *et al.* (2005) demonstram que é o trabalho que legitima o direito da família sobre o terreno, e normalmente o trabalho é maior nas áreas próximas à moradia. À medida que se sobe da parte baixa da *grota* para a parte alta do relevo, em direção à chapada, o domínio privado da terra vai se reduzindo, mas ganhando em complementaridade, tornando-se “menos de uma família e mais do conjunto das famílias da comunidade, depois do conjunto das comunidades vizinhas, e por fim, do conjunto das pessoas do mundo” (Ribeiro *et al.*, 2005, p. 85).

A diferenciação desses ambientes, seus usos e formas de apropriação pode ser visualizada na Figura 1.

⁶ Expressão utilizada por uma agricultora em entrevista concedida ao autor.

Figura 1: Complexo grotá-chapada do Alto Jequitinhonha.



Fonte: Ribeiro *et al.*, 2005.

Esses regimes foram duramente impactados com a chegada das primeiras empresas monocultoras de eucalipto na região, na década de 1970, fruto do projeto nacional de “modernização” da agricultura, promovido pelo regime da ditadura militar (1964-1985). As chapadas - até então usufruídas em comum pelas comunidades de agricultores como parte do “complexo grotas-chapadas” – foram privatizadas. As firmas levantaram cercas, expulsaram os agricultores, derrubaram o cerrado, fizeram carvão de suas árvores e plantaram eucalipto em seu lugar, tudo com o apoio político e financeiro do Estado. Após cinco décadas de expropriação, os efeitos sociais e ambientais desse processo ainda são muito sentidos pela população local, apesar das reivindicações e estratégias de adaptação desenvolvidas, como será aprofundado adiante.

4.3 O gerais, as matas e as vazantes *sanfranciscanas*

A colonização do Médio São Francisco mineiro teve início no começo do século XVIII, impulsionada pela navegação no rio, marcada por confrontos intensos entre indígenas *caiapós* e colonos. A região foi uma das primeiras de Minas Gerais a consolidar uma população rural produtora de alimentos e criadora de gado, formada por agricultores livres e unidades familiares de origem variada, inclusive indígena e quilombola (Ribeiro, 2010).

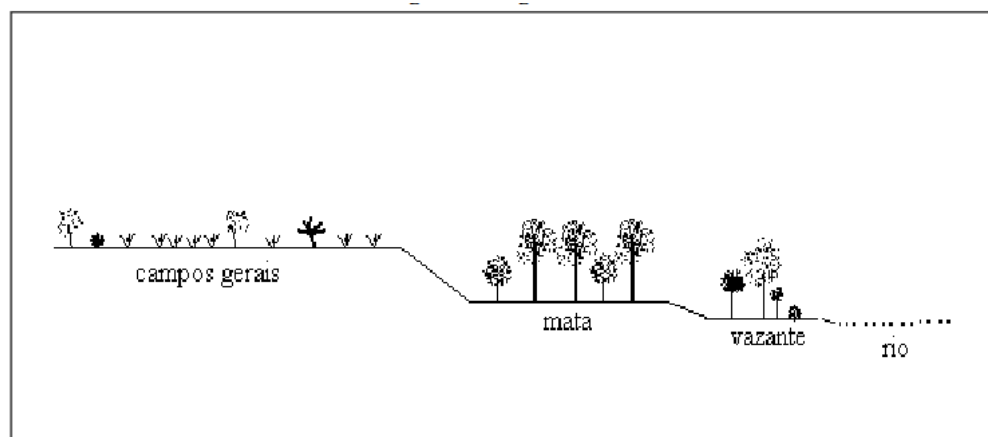
A pecuária extensiva, com a criação do gado na solta comum, foi essencial para a expansão da ocupação da região. Stralen (1980) destaca que as condições geográficas e climáticas da região eram bastante favoráveis a esse modelo de atividade pastoril:

O tipo de vegetação facilitava a pecuária extensiva. O cerrado é uma vegetação, aberta como também a caatinga que aparece ao norte de Montes Claros e recobre as chapadas. O clima, embora semiárido, era igualmente favorável, dificultava a disseminação de doenças e infecções (Stralen, 1980, p. 5).

Os agricultores dessa região diferenciam o ambiente em três principais zonas: vazante, mata e gerais, conforme Figura 2. Estudando a região *sanfranciscana*, Cruz (2018) destaca que a definição de “gerais” varia no espaço e pode se tornar imprecisa se não vier acompanhada da localização, ou seja, de qual “gerais” se está falando: existe “gerais” associado à Serra Geral ou do Espinhaço, aos campos-cerrados do Sul de Minas, “as gerais”, no feminino, em referência aos chapadões do Sudoeste da Bahia, ou “gerais” relacionados aos *campos sem donos*, usados em comum pela população indistintamente em Minas Gerais, Paraná e Rondônia. Aqui, se trata de gerais analisando a peculiar relação solo-vegetação-clima da bacia do rio São Francisco, que além de se referir a uma paisagem específica, “indica um modo de uso, de apropriação comum, geral das terras, indica que elas não são particulares, mas gerais” (Nogueira, 2009, p. 60).

Gerais, junto com mata e vazante, forma um complexo ambiental e produtivo, e a cada uma das categorias de espaço é atribuído um uso social, de acordo com suas especificidades de solo, vegetação e disponibilidade de água (Galizoni, 2005).

Figura 2: Complexo *gerais*-mata-vazante do Médio São Francisco.



Fonte: Galizoni, 2005, p. 126.

As terras da *mata* são férteis, mas carecem de nascentes. No *gerais*, repletos de brejos e veredas, a água é de boa qualidade, mas nem toda a terra é propícia para lavoura tradicional. As *vazantes*, marginais ao rio São Francisco, são naturalmente fertilizadas pela matéria orgânica

depositada pelas cheias do rio, mas seu uso é sazonal, somente “aparecem” no tempo da seca, quando o rio “abaixa” (Galizoni, 2005).

Foi a partir dessa diversidade de agroambientes que os camponeses tradicionais dessa região desenvolveram práticas agrícolas adaptadas, conforme a área, a época do ano e suas necessidades produtivas. Nas chuvas, a *mata* se torna própria para a lavoura. Nas secas, o plantio ocorre nas *vazantes* do rio, nos brejos e nas veredas do *gerais*, possibilitando produção de alimentos durante o ano todo. Dessa forma, “a água, ou a ausência dela, marca o ritmo da natureza, mas também da vida e da produção para as famílias de lavradores” (Galizoni, 2005, p. 127).

Nesse mesmo sentido, Mata-Machado (1991, p. 62) classificou como “nômade” a agricultura dessa região do São Francisco, destacando sua mobilidade como parte do seu sistema produtivo. Ribeiro (2010) explica que o uso combinado de recursos diferentes de agroambientes diferentes – vazante, mata, brejos, veredas, gerais – era aberto, de livre acesso aos agricultores. O domínio exclusivo de uma família se dava somente nas beiras das fontes de água, como rios e veredas, se estendendo na perpendicular até a divisa entre as terras de cultura com o *gerais*. A partir daí, o uso era comum, indiviso. Por essa razão, os terrenos familiares são estreitos na “frente” e compridos no “fundo”, garantindo acesso à água e aos campos do *gerais*. É o que conta seu Lourival, agricultor entrevistado: “*na frente da terra nossa a gente sabia o que era da gente, mas o fundo era largo demais, muita gente dominava*”.

Ribeiro (2010, p. 23) definiu o *gerais* da margem esquerda do Médio rio São Francisco mineiro como “chapadas extensas e pouco elevadas, cobertas por vegetação arbustiva e rasteira, assentadas na maioria dos lugares sobre solos muito pobres e secos, formados por areia quartzosa”. No mesmo sentido, Galizoni (2005, p. 139) caracteriza o *gerais* pelas “terras arenosas com vegetação baixa e retorcida localizadas em chapadões (planaltos)”, área de transição do Cerrado para a Caatinga, considerada fraca para lavoura.

O *gerais sanfranciscanos* eram amplamente utilizados em comum como *solta* do gado e para coleta de frutos do cerrado, como pequi, araticum, mangaba e jatobá, madeira, lenha e plantas medicinais. Eventual domínio de uma família sobre determinada área era definido por direitos de herança e normas costumeiras, mas não havia cercas, o acesso permanecia livre (Galizoni, 2005; Ribeiro, 2010).

Nota-se do uso dessas áreas comuns a presença de uma ética pautada no respeito e solidariedade entre os comunitários. O cuidado do gado era de responsabilidade compartilhada por todos. Nas áreas de solta o gado se misturava, comia do mesmo sal, frequentava a mesma bebida. Quando alguém ia à procura do gado, aproveitava para olhar o gado do outro, se estava com algum problema, se tinha algum perdido, e assim dava a notícia para os vizinhos (Chévez Pozo, 2002).

O gado solto no *gerais* era mais saudável, pois se alimentava de capim natural e uma diversidade de frutos e ervas medicinais, como conta o seu Manoel Gonzaga, em entrevista concedida a Ribeiro (2010, p. 128):

O gado, naquele tempo que era a solta, que isso tudo era aberto, o gado era todo solto, comia o que bem queria. A hora que topa, ele come a betônica, ele come o miroró, ele come o olho de grão-de-galo, ele come a folha da claraíba, da caraíba, ele come o broto de aroeira. Aquele cipó de rama: o gado come tudo isso. A aroeira é um remédio. Então o gado come aquela rama toda. Só o que o gado não come é pau-d'olinho, e cagaita - rama de cagaita ele não come. Mas a aroeira, aqui, brotando, ele come tudo; o grão-de-galo, no tempo, brotou, come. O pequizeiro: o gado pega aquele botão, come tudinho. [...] O alimento do gado da chapada é isso aí. Não precisa roçar, não precisa cercar, não precisa fazer nada: é uma floresta que o gado entra pra comer no tempo que quiser.

O manejo do fogo no *gerais* era bastante comum e muito importante para a saúde do gado. As queimadas - muito bem regradas, diferentemente dos incêndios - eram realizadas normalmente no mês de agosto, antes das primeiras chuvas, a cada dois ou três anos. Era a queimada que possibilitava a rebrota de capim e leguminosas no *gerais*, que servia de alimento natural rico em nutrientes para o gado. Para além da sua utilidade para a saúde do gado, o fogo também era importante para a manutenção da chapada e da sua fertilidade:

Sem a queima não haveria rebrota no gerais - ficaria muito cru, cheio de folhas secas no chão, com muitos arbustos e serrapilheira, e seria pouca a revegetação. Sem o fogo a cada dois anos, com o chão recoberto de folhas, a chapada ficaria sujeita a incêndios que destruíam definitivamente parte da vegetação, atrasariam a frutificação das plantas nativas que, então, forneceriam pouco alimento para o gado no próximo ano. E no lugar que fora queimado no ano anterior o fogo não prosperava, porque não havia ainda *faxina*: não havia muito o que queimar (Ribeiro, 2010, p. 28).

As multiformas de uso e apropriação da terra formaram a base da economia e da sustentação da população rural do Médio São Francisco mineiro. Essa base, no entanto, foi profundamente abalada pela chegada da “modernização” agrícola ao *gerais* na década de 1970. Os interesses do capital agropecuário se instalaram na região na figura dos grandes empreendimentos agrícolas, voltados principalmente para a pecuária extensiva, a agricultura irrigada, o monocultivo de eucalipto e pinus e o carvoejamento da mata nativa. Por meio da grilagem e da violência, as chapadas do *gerais* foram privatizadas, as terras da *mata* foram

transformadas em pastagem, as áreas mais úmidas foram irrigadas e plantadas. As terras comuns do *gerais* foram tomadas pelas firmas e a população *geralista* foi *encantilada* em pequenos espaços, como é o caso dos *veredeiros*, a quem restou somente a vereda (Ribeiro, 2010).

Oliveira (2005), Galizoni (2005), Galizoni *et. al* (2008), Correia (2008), Ribeiro (2010), Cruz (2018) e Silva (2020) se aprofundaram nos estudos sobre os modos de vida e os sistemas produtivos das populações tradicionais do Médio São Francisco, as tomadas de terras comunais pelo latifúndio e as estratégias camponesas de adaptação, como será visto.

4.4 O *gerais*, os tabuleiros, os carrascos e as baixas do Alto Rio Pardo

A diversidade dos *gerais* há muito foi destacada por Antonino da Silva Neves (1908, p. 389), ao percorrer e descrever os ambientes do Alto Rio Pardo, à margem direita do São Francisco:

O território rio-pardense divide-se principalmente nas duas zonas que se denominam: Geraes, região sobremaneira conhecida em Minas (campos geraes ou das congonghas - cãa-mato, nhonha-sumido), e Catingas (cãa-matto, tinga-branco, esbranquiçado). Pode ser separado também nas seguintes 4 faixas principaes: catingas, campos geraes, carrascos e mattos de cipó.

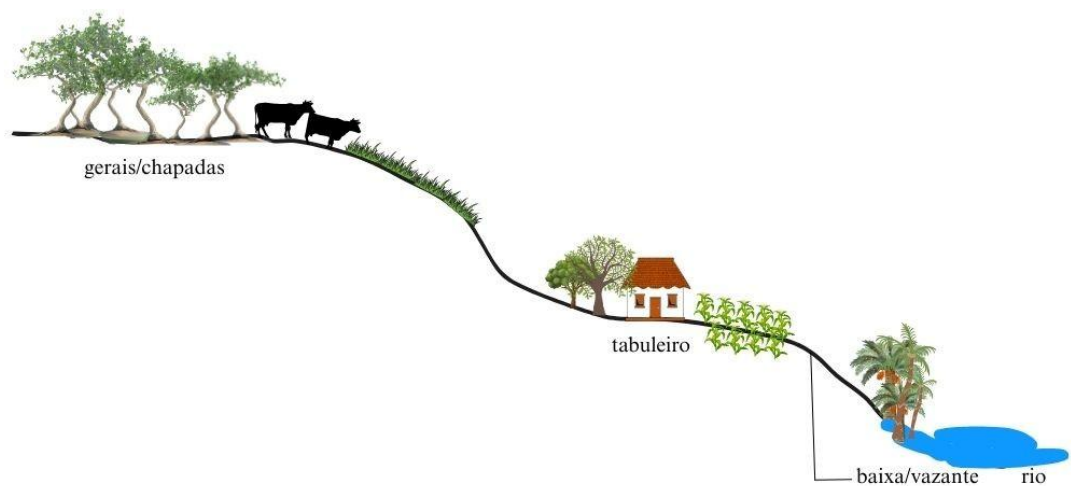
Os geraes subdivide-se em *campos, tabuleiros, carrascos, mattas, veredas, brejos, várzeas, encôstos*, etc., e as catingas em *catingas baixas, catingas altas, catingas mestiças, mattos de cipó, carrascos, veredas, vargens, panascos, furados, catandubas*, etc., subdivisões todas estas trivialmente conhecidas conforme a variedade do aspecto physico do solo e da vegetação que o cobre; por isso é geralmente desigual a face do terreno.

Neves (1908) e Chaves (2012) apontam que o Alto Rio Pardo estava em parte incluído no morgado Casa da Ponte, uma das maiores sesmarias do Brasil, domínio da família Guedes de Brito, posteriormente desagregada em fazendas e sítios camponeses. No interior da grande unidade se estabeleceram vaqueiros, escravizados fugidos, garimpeiros e uma diversidade de camponeses que passaram a viver como sitiantes, posseiros e agregados, à procura das terras mais férteis e úmidas ao longo do rio e da serra do Espinhaço, sendo esta a base do campesinato local (Dayrell, 1998).

Na região, é comumente utilizado o termo *geraizeiro* ou *geralista* para se referir aos grupos camponeses que articulam saberes tradicionais para desenvolverem práticas agrícolas adaptadas ao ambiente em que vivem. São muitos os estudos sobre essa população: Dayrell (1998), Chévez Pozo (2002), Nogueira (2009), Brito (2013) e vários outros.

As populações nestas comunidades costumam discriminar os ambientes a partir da articulação entre microclimas, solos, vegetações e formas de uso e apropriação da terra e dos recursos naturais. A grosso modo, os agroambientes apropriados pelos agricultores do Alto Rio Pardo são por eles classificados em: *gerais* ou chapadas, carrascos, tabuleiros e baixas ou vazantes. A Figura 3 esquematiza a classificação realizada pelos próprios agricultores entrevistados. Contudo, essas categorias podem apresentar variações, até mesmo entre populações da mesma região.

Figura 3: Complexo gerais-tabuleiro-vazantes do Alto Rio Pardo.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Bruno Pêgo e Isabela Itabaiana (2025).

Gerais ou chapadas - categorias que muitas vezes apareceram como sinônimas nas entrevistas com agricultores da região - são áreas planas e elevadas que guarda múltiplos usos. A apropriação dessas áreas também se dava de forma comum, principalmente para a prática de extrativismo e solta do gado. Geralmente são áreas que contam com solos pouco férteis e pouca disponibilidade de água.

Os carrascos, por outro lado, são áreas da chapada que apresentam solos mais férteis e uma grande riqueza de animais para caça e madeira de lei, utilizadas pelos agricultores para construção de casas, móveis e cercas. Aliás, “*o que define o carrasco é a madeira grossa*”, como narrado por um dos entrevistados. Das madeiras mais comuns ali encontradas, segundo contam, estão a candeia, braúna, jurema, faveira, *bico de pomba*, aroeira, jiboinha, pinha brava e pinha mansa. Para uso medicinal, destacam-se a quina de vara, escada de macaco e cipó da trindade. A variedade de animais também era muito grande: jacu, aracuã, zabelê, inhambuagaçu

do pé vermelho e do pé roxo, perdiz, juriti, três potes, veado, suçarana, gato-mamoninha, gato-açu, tamanduá-bandeira, luiz caixeiro, tatu, raposa, teiú, mocó, capivara e vários outros.

Tabuleiro é a faixa de transição entre as terras mais altas das chapadas e as terras mais férteis e úmidas das baixas. É nessa região, entre o tabuleiro e as baixas - locais mais próximos dos cursos d'água - que o agricultor tradicional normalmente estabelece seu *chão de morada* e parte de suas unidades produtivas: pomar, horta, galinheiro, engenho, casa de farinha. A maior parte da lavoura é realizada às margens dos cursos d'água, na vazante dos rios, dos córregos ou nos brejos, onde se planta arroz, mandioca, abóbora, feijão, milho, cana e outros mantimentos. Normalmente, essas áreas são cercadas, privadas das famílias que nelas trabalham (Dayrell, 1998; Chévez Pozo, 2002; Nogueira, 2009).

Para Dayrell (1998, p. 130-131):

A lógica da ocupação dos terrenos pelos geraizeiros segue uma estratégia de multiusos das diferentes unidades da paisagem, explorando suas potencialidades, mas respeitando, também, os seus limites. A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das Vazantes as culturas mais exigentes. Nos Tabuleiros constroem suas moradas, plantam os quintais, cultivam plantas adaptadas: mandioca, amendoim, abacaxi, feijão catador e andu. Das chapadas e dos carrascos provêm o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, óleos, fibras, forragem para o gado, lenha, madeira para diversos fins. De todos eles, a caça; das lagoas e riachos, a pesca. A interação é complexa e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas é fundamental para a sobrevivência do geraizeiro.

Os agricultores contam que a região “*era um farturão de água*”. Tinha muito brejo, córrego e o rio Pardo ficava cheio o ano todo. A chuva era constante de setembro a fevereiro, e de março até junho ainda tinha muita neblina, garoava bastante e fazia frio, só aquecia mesmo em agosto e setembro. Acontecia de um ano chover menos, a seca ser mais severa, “*mas faltar água mesmo, não faltava não*”.

Apesar do tradicional uso comum das chapadas e a relativa autonomia dessas populações camponesas, o acesso à terra na região não era livre, especialmente as terras de cultura, mais próximas dos cursos d'água, onde se estabelece o domínio privado-familiar. Ali, surgiram relações bastante variadas de dependência e subordinação com os donos das fazendas, normalmente detentores de poder econômico e político local⁷. Conforme Chévez Pozo (2002, p. 78), “essa condição, junto com as relações de compadrio que se estabeleceram, lhes permitiu aglutinar em torno de si e sob seu poder moradores e agregados”.

⁷ Os agricultores entrevistados se referem à realidade vivenciada na região dos municípios de Berizal, Taiobeiras e Salinas. As relações de agrego são altamente diversas e localizadas, de forma que as condições aqui relatadas não devem ser tomadas como a realidade de todo o Alto Rio Pardo.

De todo modo, importa dizer que

as fazendas também se articulavam às formas de apropriação da terra e dos recursos naturais estabelecidos local e consuetudinariamente. Ou seja, operavam parte dos mesmos códigos locais quanto às unidades espaciais em jogo, destinando os gerais ao uso comum e concedendo trechos de terra de cultura para posseamento de famílias, fossem de agregados ou posseiros. Assim, fossem de mando leve ou pesado, as fazendas integravam o universo de relações sociais geraizeiras e mesmo o território dessa população, visto que o complexo veredas-tabuleiro-gerais, como descrito acima, podia perfeitamente se realizar no seu interior (Nogueira, 2009, p. 97).

Assim, em que pese as terras estarem sob o poder dos fazendeiros, em relações muitas vezes de subjugação, o acesso a ela pelos camponeses não era de todo excludente, “seja através das terras de propriedade comum, seja pelas relações de parceria, o que representava a possibilidade concreta de sobrevivência” (Chévez Pozo, 2002, p. 82).

A “modernização” do campo e a chegada das grandes firmas agropecuárias na região estremeceu as bases das relações entre agregados e fazendeiros. A partir do momento em que os recursos ficam escassos e a terra ganha preço no mercado, os vínculos antes existentes se rompem, as relações deixam de ser mediadas por códigos costumeiros e passam a ser reguladas por códigos legais/estatais, aumentam as imposições da fazenda e agregados são expulsos, perdendo o acesso à terra. Da mesma forma, o complexo *gerais-tabuleiro-vazante* que era base do modo de vida tradicional regional, sofre transformações pela cultura de cercamentos e pelo desmatamento massivo da vegetação nativa, o que será explorado adiante.

5. O AVANÇAR DO CAPITAL

A partir da segunda metade do século XX, os territórios do Semiárido mineiro historicamente constituídos por regimes agrários tradicionais e normas costumeiras de uso e apropriação do trabalho e da natureza, passaram a ser progressivamente reconfigurados pelas políticas públicas de incentivo ao capital privado, que passou a avançar sobre o Cerrado e as terras tradicionalmente ocupadas.

5.1 A “modernização” do Cerrado

A “modernização” agrícola e a disseminação do pacote tecnológico popularmente chamado de “revolução verde” foi amplamente estudada por autores como Guilherme Delgado (1985), George Martine (1987 e 1991), Paulo Roberto Beskow (1987), Wenceslau Gonçalves Neto (1997) e vários outros. Esse processo encontra suas raízes históricas na ideologia desenvolvimentista e nos projetos de industrialização intensiva da década de 1950. Foi no

regime ditatorial militar (1964-1985), no entanto, que essas políticas ganharam maior efetividade.

A premissa básica do projeto consistia em gerar divisas por meio da produção e exportação de bens de consumo duráveis e, assim, incrementar a indústria em formação. À agricultura foi reservado um papel importante nessa estratégia, “não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial” (Martine e Beskow, 1987, p. 20). Para isso, era essencial uma mudança significativa na base da produção agrícola alimentar, até então assentada em unidades familiares camponesas, consideradas atrasadas e de baixo rendimento, e transformá-la em altamente produtiva e consumidora de produtos industrializados, como fertilizantes, sementes melhoradas, agrotóxicos, rações e maquinários. Assim, à medida que a agricultura incorporava insumos químicos fornecidos pela indústria, esta ganhava mercado e aquela aumentava sua produtividade para abastecer novamente o setor industrial, os centros urbanos em expansão e o mercado externo de matérias-primas e alimentos.

O Estado, dominado por militares e capitalistas, foi o carro-chefe da “modernização” agrícola. Coube a ele dirigir estrategicamente todas as etapas desse processo: planejamento, produção, fiscalização, determinação de preços, comercialização dos produtos e exportações, como aponta Gonçalves Neto (1997). E se o Estado foi o carro-chefe, o crédito rural foi seu motor. Vultosos empréstimos subsidiados foram distribuídos com condições privilegiadas de juros e parcelamento para os empreendimentos agrícolas, especialmente para aquisição de materiais, maquinários e insumos químicos, sendo essa a principal ferramenta que moveu o processo “modernizador”.

Além do crédito rural, foi fornecido ao setor agropecuário toda uma infraestrutura de apoio, estímulo e assistência técnica. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, fundada em 1973, foi criada com o objetivo de produzir pesquisa e inovações para o setor. A política de preços mínimos, o seguro rural, as isenções fiscais, a assistência técnica, a extensão rural e a alienação e arrendamento de terras também fizeram parte dessa política pública criada especificamente para atender à atividade agropecuária “modernizada”.

Esse novo modelo agrícola altamente tecnológico, mecanizado, produtor de *commodities* em larga escala, somente foi possível pelo sucesso da articulação entre a burguesia agrária e industrial, nacional e internacional. Forma-se, assim, “um novo bloco de interesses rurais, em que sobressaem a participação do grande capital industrial do Estado e dos grandes

e médios proprietários rurais” (Delgado, 1985, p. 41). No mesmo sentido, Martine e Beskow (1987, p. 22) destacam que a “modernização” e o crédito rural subsidiado constituíram

um instrumento de articulação e convergência entre os seguintes atores sociais: os proprietários rurais/burguesia agrária, o grande capital com interesses na agricultura (destacando-se os ramos industriais fornecedores e processadores da produção agrícola – a montante e a jusante), os capitais de origem urbana preocupados com a aplicação de capital produtivo na agricultura e com a especulação de terras, os bancos e o Estado.

Os donos de terra se beneficiaram com a facilidade de acesso a recursos públicos para modernizar suas atividades, aumentar seus lucros e adquirir mais terras. Os empresários industriais se beneficiaram com a fonte de matérias-primas e pela abertura do mercado consumidor dos seus produtos. Os banqueiros se beneficiaram pelas transações realizadas e pela exploração das tarifas e juros. As empresas transnacionais se beneficiaram pela aquisição de matéria-prima para suas indústrias e bens de consumo duráveis.

A mesma sorte não recaiu aos camponeses. A agricultura familiar, fundada em práticas agrícolas tradicionais, pouco consumidora de insumos químicos e maquinários modernos, representava um obstáculo ao desenvolvimento econômico capitalista proposto pelo governo militar e foi excluída do acesso às políticas públicas e aos recursos amplamente disponibilizados pelo Estado. Como aponta Gonçalves Neto (1997, p. 153), a distribuição desses benefícios não se deu de forma homogênea, “mas foi centralizada nas mãos dos mais poderosos ou dos que já se encontravam envolvidos no processo de modernização”, contribuindo para a concentração fundiária e renda dentro do próprio setor agropecuário. Assim, para o autor, essa análise “deve incorporar a dimensão do poder, para entender o privilegiamento do setor agropecuário, que dava suporte ao regime, pelas políticas públicas em detrimento de outros grupos” (p. 143).

Como apontam Ribeiro e Galizoni (2007), a “modernização” exigia um novo perfil de agricultor, com capacidade de capitalização e de associar a sua produção com adubo, veneno, máquina e, sobretudo, crédito. Aqueles que conseguiram acessar o mercado de créditos rurais puderam integrar às suas cadeias produtivas todo o pacote de insumos agrícolas, novas tecnologias e aquisição de novas terras, condições fundamentais para ampliação do capital. A grande massa de agricultores tradicionais, que não se adequou ao modelo capitalista e empresarial, foi deixada de lado. Esse processo contribuiu para o incremento da concentração fundiária e de renda em todo o país, “pois, além de ser esta uma tendência lógica do capitalismo, recebeu apoio externo do Estado através da política econômica que procurou acelerá-la” (Diniz, 1978, p. 121).

Por essa razão, muitos autores se referem a esse processo como “modernização conservadora”⁸: intensas transformações nos modos de organizar a produção agrícola e industrial, mas sem distribuição de renda e alteração da estrutura fundiária, conservando-se, assim, os privilégios burgueses:

Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias (Domingues, 2002, p. 460-461).

Alguns autores como Dayrell (1998), Cardoso (2000), Chévez Pozo (2002), Calixto (2006), Ribeiro e Galizoni (2005 e 2007), Nogueira (2009), Ribeiro (2010) e Almeida (2018) analisaram as peculiaridades desse processo no Semiárido mineiro.

A siderurgia ocupou papel central no modelo de desenvolvimento econômico levado a cabo pelo regime ditatorial militar, voltado para a expansão da produção de bens de consumo duráveis que propulsionariam o desenvolvimento industrial nacional. Como explica Calixto (2006), a demanda de aço crescia de forma exponencial, sobretudo para abastecer as indústrias de insumos básicos em formação, o que levou à formulação de vários programas para expansão do setor em Minas Gerais. Da mesma forma, crescia de sobremaneira a demanda por madeira para a indústria de celulose e por carvão vegetal para abastecer os fornos das siderúrgicas, especialmente os pólos da região central do estado e do Vale do Aço.

Assim, para atender a essa crescente procura, foram implantados em Minas Gerais matozinhos de pinus e eucalipto, que contribuíram de maneira significativa para transformações na realidade econômica, social e ambiental de áreas rurais do estado. Esses empreendimentos foram criados por meio de programas federais que visaram impulsionar a silvicultura no país para fins de aproveitamento industrial, como o Programa Nacional de Papel e Celulose, o Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal e o Fundo de Investimentos Setoriais, este último voltado para concessão massiva de incentivos fiscais e financiamentos subsidiados para atividades relacionadas com a silvicultura (Chévez Pozo, 2002).

Para organizar a atividade silvícola no território mineiro, o governo federal dividiu o estado em cinco Distritos Florestais (DF), dentre eles o do Vale do São Francisco e do

⁸ O termo ‘modernização conservadora’ foi criado por B. Moore Junior para analisar, de forma geral, o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, países que passaram por revoluções burguesas no campo agrário e industrial, impulsionadas por um pacto político entre a burguesia e os grandes proprietários de terras (Moore Junior, 1975).

Jequitinhonha. Conforme Chévez Pozo (2002, p. 90), as áreas priorizadas nestas duas regiões “foram as denominadas pelo Estado de terras *improdutivas* ou *inaproveitadas* dos planaltos do São Francisco e topos das serras do Espinhaço, que como antes dito, historicamente foram utilizadas em regime comunal pelas populações locais”. Apesar disso, essas áreas foram consideradas pelo Estado como devolutas e, portanto, de “propriedade” pública, o que justificou a concessão de milhões de hectares de terras para grandes empreendimentos agropecuários.

O autor ainda destaca que, como as áreas pretendidas pelas monocultoras ultrapassavam a extensão de 3.000 hectares - limite permitido pela legislação estadual à época - era necessária a prévia aprovação do Senado Federal para alienação e arrendamento das terras tidas como “públicas” ou “devolutas”, como determinava a Constituição Federal até então vigente⁹. Mas isso não foi um problema: somente em 1976, o Senado aprovou a alienação de 1.071.911 hectares de terras para 16 empresas ligadas à monocultura de eucalipto, somente nas regiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha (Brasil, 1976).

É nesse contexto que o Cerrado é “inventado” como um “espaço por excelência do agronegócio” (Ribeiro e Galizoni, 2007, p. 119), passando a ser alvo de cobiça do grande capital agrícola, em especial firmas monocultoras de eucalipto, voltadas para a produção do carvão vegetal para abastecimento das indústrias siderúrgicas. O discurso central que justificou esse processo na região era de que “os campos eram áreas vazias de população, capital e produção”, “e quando a ocupação costumeira da terra era visível, a ênfase era dirigida já a sua baixa produtividade” (p. 120).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE teve papel fundamental nisso. Criada em 1959, durante o governo de Juscelino Kubitschek, em um contexto de intenso debate sobre a desigualdade regional entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, a SUDENE “pode ser encarada como uma ação deliberada do Estado Nacional, visando a ordenar as suas políticas no Nordeste, de forma promover o seu desenvolvimento” (Cardoso, 2000, p. 210). O fato do Norte de Minas apresentar diversas semelhanças geo-sócio-econômicas com a região nordestina justificou que, desde a criação da SUDENE, a região figurasse em sua área de abrangência. Os municípios do Vale do Jequitinhonha só vieram a ser incluídos na área de atuação da SUDENE posteriormente, no ano de 1998, por meio do Decreto nº 2.885/98.

⁹ Constituição Federal de 1967, editada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969 - art. 171, parágrafo único: salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

O negócio de terras se tornou altamente atrativo para a burguesia, tanto para exploração direta da terra para produção, quanto para simples detenção como reserva de valor, haja vista a facilidade de acesso à crédito subsidiado, a disponibilidade de terras com baixo custo e de contratação de mão-de-obra barata. Mas no caso específico do Norte de Minas, além de todas essas vantagens, “os investidores tinham, especialmente a partir da década de 1960, a possibilidade de desfrutar de incentivos fiscais e creditícios proporcionados pela SUDENE a projetos envolvendo grandes extensões territoriais, ligados à atividade agropecuária e de reflorestamento” (Cardoso, 2000, p. 227).

Os setores prioritários de investimento público e privado foram a pecuária de corte, a silvicultura e a produção agrícola irrigada. A Tabela 1 reflete o volume de financiamentos públicos obtidos por empreendimentos privados no ano de 1970, especialmente nos territórios do semiárido mineiro aqui estudados.

Tabela 1: Financiamentos obtidos por empreendimentos agropecuários em 1970.

Microrregião (1970)¹⁰	Total (em mil cruzeiros)	Origem pública	Origem privada	% Pública
Total em MG	536.014	449.946	86.068	83,95%
Sanfranciscana de Januária	9.001	8.880	121	98,66%
Alto Rio Pardo	6.825	6.536	290	95,76%
Mineradora de Diamantina	2.641	2.078	562	78,68%

Fonte: Censo Agropecuário de 1970 (IBGE). Elaborado por Bruno Pêgo (2025).

Segundo Cardoso (2000), a forma de atuação da SUDENE contribuiu para que a região nortemineira revolucionasse seu quadro econômico, social e político, se utilizando de várias formas para viabilizar a entrada massiva de capital na região, sobretudo por meio da (i) criação de programas e projetos subsidiados, especialmente nos setores agropecuários e industriais; (ii)

¹⁰ Foi mantido o nome das microrregiões utilizadas pelo IBGE à época. A microrregião “Sanfranciscana de Januária” basicamente se refere ao que hoje se denomina Médio São Francisco, enquanto a microrregião “Mineradora de Diamantina” envolve os municípios que aqui se denomina Alto Jequitinhonha.

promoção de incentivos fiscais a empreendimentos privados, como isenção de impostos; *(iii)* criação de infraestrutura básica e uma rede de serviços sociais, como estradas, campos de pouso, obras no setor de saúde e educação, energia elétrica, saneamento básico. Apesar das inúmeras transformações ocorridas, “a região conservou muitas das suas características tradicionais, especialmente aquelas relacionadas ao poder local, que demonstrou ser forte o suficiente para resistir ao processo de transformação em curso” (Cardoso, 2000, p. 235).

Embora a SUDENE tenha desempenhado papel fundamental no estabelecimento de projetos desenvolvimentistas/capitalistas no Semiárido mineiro, “coube ao Estado de Minas Gerais, por meio da Ruralminas, o papel mais importante neste processo” (Chévez Pozo, 2002, p. 88). A Fundação Rural Mineira foi um órgão estadual criado no ano de 1966, incumbida de executar a política fundiária, notadamente de realizar a legitimação e discriminação de terras públicas, além de

exercer a política de utilização de águas para o sistema de irrigação da agricultura; a organização de escolas técnicas rurais; a implantação do Distrito Agro-Industrial de Jaíba em convênio com a CODEVASF; a implantação e coordenação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP); representou a Secretaria da Agricultura na implantação dos projetos Gorutuba e Sapucaí; participou da implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata (PRODEMATA) e do Programa de Aproveitamento de Várzeas (PROVARZEAS); executou o programa estadual de legitimação de terras e incentivou o reflorestamento com eucalipto através de uma série de dispositivos legais e um conjunto de incentivos fiscais” (Chévez Pozo, 2002, p. 88).

A Ruralminas se tornou um braço da burguesia agrária e das classes empresariais, a ponto de ser confundida na memória de agricultores entrevistados com empresas privadas de monocultivo de eucalipto. Nesse sentido, Ribeiro e Galizoni (2007, p. 121) afirmam que “a modernização chegava aos sítios com a face da Ruralminas”, já que era a estatal quem

titulava reflorestadoras, empreitava rodovias, coordenava programas, destocava campos, assentava migrantes do sul do Brasil, e havia nisso uma lógica perversa, pois o mesmo órgão redesenhava os domínios e instituiu a nova técnica; orientava essas instâncias que costumam ser públicas, mas nem sempre estatais – cartório, banco, assistência técnica –, a adotar a mesma linguagem de mudança: era um único sujeito para ações que depois viriam a ser separadas.

Desse modo, conforme Nogueira (2009), os processos de “modernização” do campo e a chegada das monoculturas de eucalipto ocorridos a partir dos anos 1960 no Norte de Minas e no Jequitinhonha encontram similaridades com diversas regiões do país, como a soja no Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, e a cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, Goiás e no Triângulo Mineiro. Em todos os casos, um agente foi primordial para que isso ocorresse: o Estado.

No Semiárido mineiro, a dinâmica concentradora foi praticamente a mesma. As terras camponesas, antes comunalmente apropriadas, foram duramente impactadas pela chegada dos agentes do Estado, dos empresários, das máquinas e, sobretudo, das cercas.

5.2 O roubo sistematicamente executado das terras comunais

Até fins da década de 1960, boa parte das terras do Semiárido mineiro eram dominadas por comunidades camponesas que se constituíam em unidades familiares, com regimes agrários e práticas agrícolas adaptadas ao ambiente. Essas comunidades rurais combinavam a apropriação individual das terras mais férteis de cultura, geralmente mais próximas aos cursos d'água, e a apropriação comunal das chapadas, onde podiam criar o gado à *solta*, caçar, coletar os frutos do cerrado, plantas medicinais, madeira, lenha, e onde se encontravam grande parte das cabeceiras e fontes de água que abasteciam as casas, as lavouras e os animais (Dayrell, 1998; Galizoni, 2005 e 2007; Ribeiro, 2010).

Os territórios tradicionais costumavam ser descontínuos e marcados por vazios aparentes - como as terras em descanso ou em pousio. As terras das chapadas ou do *gerais* eram abertas (não cercadas), utilizadas em comum. Nos diferentes regimes agrários tradicionais existentes, era normal que a terra fosse mantida indivisa entre as famílias. Dificilmente essas terras eram registradas em cartório e a transação da posse sobre determinada área era feita por meio de escrituras particulares, o que era amplamente aceito. Aliás, o que era de fato transacionado não era a terra em si, mas sim o trabalho nela exercido: a lavoura, as árvores plantadas, o curral. Quando isso acontecia, prevaleciam as normas costumeiras e o respeito pelas áreas comuns, onde a apropriação privada era vedada (Chévez Pozo, 2002). Não quer dizer, contudo, que se tratava de um período harmonioso e pacífico. As terras comunais também eram atravessadas por conflitos, tensões e relações desiguais de poder, manifestadas nas relações entre fazendeiros, agregados e posseiros, bem como nas disputas entre camponeses pelo acesso à terra e aos recursos naturais.

A década de 1970 foi um marco na história desse campesinato. Essas diferentes formas de uso e apropriação da terra - bem diversas do modelo de propriedade privada imposto pelo direito napoleônico - e a ausência de divisão formal ou fracionamento representavam um empecilho para o mercado de terras, dificultando seu comércio, cabendo à Ruralminas regularizá-las. Conforme Chévez Pozo (2002), somente foram reconhecidas como áreas de posse passíveis de regularização as áreas agricultáveis, que estavam sendo efetivamente utilizadas para pastagem ou lavoura. Para o Estado, o que validava a posse era o arame. As

terras colocadas em descanso ou as terras comuns das chapadas foram consideradas inutilizadas, tidas como grandes “vazios econômicos e vazios de gente”, e assim, sob a bandeira da “modernização”, geração de emprego, renda e progresso nacional, os campos comuns do Cerrado foram incorporados ao projeto desenvolvimentista dos militares, ganharam preço no mercado e se tornaram alvo de cobiça de corretores e grileiros (Ribeiro e Galizoni, 2007).

As escrituras particulares de compra e venda amplamente utilizadas pelos agricultores na transação de suas posses de nada valeram quando confrontadas com o direito estatal e com o poder político e econômico da burguesia agrária. A privatização das terras comuns abalou significativamente o modo de vida e de produção das populações tradicionais do Semiárido mineiro. Muitas famílias foram expulsas de suas terras por completo. Outra parcela ainda conseguiu se manter no *chão de morada*, local onde o domínio familiar é mais evidente, mas perdeu o acesso às chapadas, ao *gerais*, utilizados em comum. Os cercamentos dificultaram ou impossibilitaram a criação do gado na solta, o extrativismo, a caça e o sistema de pousio, práticas essenciais para o sistema de produção camponês.

Esse fenômeno se assemelha aos *enclosures* ingleses, processo de cercamento e expropriação da base camponesa de suas terras comuns, analisado por Marx (1983). A grande maioria da população da Inglaterra do século XV era composta de camponeses livres, economicamente autônomos, que faziam o uso de terras comunais para pastoreio de animais, coleta de lenha, turfa e outros recursos. Foi no século XVI, no entanto, que isso mudou: as terras apropriadas coletivamente pelos camponeses “foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas” (p. 348), em um processo de articulação da burguesia agrária, industrial e bancária bastante similar com o que aconteceu no Brasil, no século XX, com a “modernização” agrícola:

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabava de sair da casca do ovo e dos grandes fabricantes, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. A burguesia inglesa agiu assim, em defesa de seus interesses [...] (Marx, 1983, p. 348).

A revolução agrícola ocorrida na Inglaterra nos séculos XV e XVI “enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu o povo do campo” (p. 364). Com a privatização das terras comunais, impulsionada pela manufatura e a alta dos preços da lã, uma massa de camponeses “livres como os pássaros” (p. 343) foi convertida em mão de obra para o capital industrial e suas terras incorporadas pela agricultura capitalista.

Para Marx (1983), a expropriação fundiária camponesa e a sua incorporação ao mercado de trabalho constituem a base da formação histórica do modo de produção do capitalismo. Isso porque, conforme o autor,

a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 1983, p. 340).

No Brasil, Ferraro Júnior e Bursztyrn (2010) demonstram que a tomada de terras comunais pelo capital ocorreu em todas as regiões em que elas persistiram, não somente no Semiárido mineiro, mas também nas chapadas do Espinhaço no Piauí, nas terras chamadas “solta larga” no Mato Grosso, no vale do Guaporé, em Rondônia, nos fundos de pasto na Bahia, nos babaçuais e carnaubais de Piauí e Maranhão. Ribeiro e Galizoni (2007), analisando a privatização das terras comuns pela “modernização” agrícola em quatro regiões diferentes de Minas Gerais, destacam a semelhança de seus efeitos: os campos comuns para solta e coleta de frutos praticamente acabaram e, com eles, uma importante fonte de renda e alimento; os animais desapareceram; as águas minguaram ou foram contaminadas; terras de cultura perderam sua fertilidade. Para além disso, regimes agrários tradicionais consolidados por normas consuetudinárias ancestrais foram desmobilizados: mudaram-se as relações com a natureza, a terra, o trabalho, a família e os comunitários.

A “modernização” agrícola não inaugura os tensionamentos e conflitos em torno da posse da terra, que já existiam entre posseiros, agregados, fazendeiros e outros camponeses, mas os reconfigura e aprofunda ao impor novas formas de expropriação e alterar as bases sociais territoriais sobre as quais estruturavam as disputas. Quando os recursos ficam escassos e a terra ganha preço no mercado, as relações costumeiras de compadrio e alianças entram em fenecimento e, a partir daí, inicia-se o processo de expulsão de camponeses das terras onde viviam. As normas costumeiras que regulavam o acesso à terra entraram em conflito com as normas estatais que consagram a propriedade privada. A expropriação da terra ganhou proporções muito maiores do que era verificada antes, já que a nova produção capitalista demanda da agropecuária produtividade em larga escala contínua, e para isso se faz necessária cada vez mais a incorporação de novas terras e a superexploração dos recursos naturais.

O levantamento de cercas nas terras comuns, também em larga escala, é o fator central desses conflitos, pois impacta brutalmente na vida fluida e na mobilidade típica dos regimes agrários camponeses. É nesse sentido que E. P. Thompson (1998, p. 149) afirma que, o direito comum enquanto um direito local era igualmente um poder de proteção frente a estranhos não pertencentes àquela localidade, de forma que ao tirar as terras comunais dos camponeses, “os cercamentos os transformaram em estranhos em sua própria terra”.

Assim, explicam Ribeiro e Galizoni (2007, p. 122), “quando a exploração costumeira e a terra comum se tornaram parte do passado, os programas modernizadores foram sucedidos por programas de apoio ao pequeno produtor”. A partir daí, políticas e programas públicos foram desenvolvidos para esses agricultores familiares, “mas apenas daqueles mitigadores, paliativos ou compensatórios, que instituíram aos poucos o lugar político do excluído e o suporte que este receberia do Estado”.

Aquilo que Marx chama de “furto sistematicamente executado da propriedade comunal” (1983, p. 349) foi, na realidade do campesinato brasileiro, um roubo. A grosso modo, o que diferencia o furto do roubo, conforme a definição jurídica brasileira, é que o roubo é praticado com o emprego de violência ou grave ameaça. A privatização das terras comuns no território nacional, especialmente no Semiárido, se deu de forma extremamente violenta e conflituosa, mas não sem resistência.

5.3 Cercas, conflitos e resistência camponesa

São frequentes os conflitos por terra envolvendo grupos camponeses e latifundiários em todo o Brasil, ao longo de toda a história do campesinato. A terra, concentrada nas mãos de poucos, formou uma elite oligárquica rural local controladora do poder político, econômico e social ainda muito marcante na região: os coronéis.

As raízes dessa figura vêm desde os tempos do Império. José de Souza Martins (1981) e Maria Isaura de Queiroz (1997) explicam que, após a independência do Brasil foi instaurada a Guarda Nacional, responsável por garantir o policiamento e a manutenção da ordem local e regional. Os chefes locais mais prestigiados, normalmente os mais afortunados e concentradores de terra, automaticamente ocupavam os postos mais elevados da Guarda Nacional: os coronéis, seguindo-se de postos de majores, capitães e outros menores, não tão relevantes, ocupados por cidadãos livres, mas sem qualquer poder político e econômico. O

escalonamento da Guarda Nacional refletia, portanto, a estrutura socioeconômica local e regional.

Segundo os autores, após a instituição da República e a extinção da Guarda Nacional, a estrutura fundiária e econômica se manteve, e com ela o poder dos coronéis. Aliás, a Constituição Federal de 1891 fez ampliar o número de eleitores e, conseqüentemente, o poder dessas figuras que exerciam o comando político local e influenciavam a política do cenário regional e nacional. O voto era tido como um instrumento de barganha, em que os coronéis faziam favores pessoais e concediam benefícios públicos em troca da fidelidade do seu eleitorado. A concentração da terra possibilitava aos chefes locais a troca de favores com as pessoas que viviam como agregados no interior das grandes fazendas, exercendo sua influência política.

Martins (1981) destaca ainda que, em 1891, a primeira constituição republicana passou aos Estados, governados pelas oligarquias regionais, o domínio das “terras devolutas” - terras amplamente dominadas por camponeses que não passaram pela formalidade jurídica de registro cartorial. Com isso,

Se abriu em muitas regiões do país a especulação imobiliária, a necessidade de regularizar limites entre fazendas, de definir a situação jurídica da propriedade fundiária, abriu-se, também, um período de convulsão na própria classe dos fazendeiros e negociantes. E mais, terras de antigos agregados, vaqueiros, convertidos em sitiantes, sofreram a ameaça da incorporação ao patrimônio dos fazendeiros mais ricos e poderosos (Martins, 1981, 50-51).

Esse cenário político, econômico e fundiário, que ainda deixa marcas na atualidade, foi palco de uma série de violências, perseguições e expulsões de camponeses por latifundiários e chefes políticos locais. Os coronéis se aproveitavam da posição que ocupavam para capturar políticas e recursos públicos para favorecimento pessoal de seus empreendimentos e dos seus aliados. Assim, Silva (2008, p. 43) aponta que, para evitar abordar o problema da concentração de terras e de renda, “as oligarquias agrárias sertanejas optaram por atribuir à seca toda a culpa pelo atraso econômico regional”, e ainda conseguiram transformá-la em um grande negócio, captando recursos e políticas públicas para ampliar suas riquezas e perpetuar seu poder político.

É nesse contexto, onde o latifúndio “devorador de todas as suas energias, monopolizador de todos os privilégios” (Facó, 1976, p. 35) lhe impunha condições totalmente adversas, que eclodiram as grandes lutas camponesas dos primeiros anos da República, como os movimentos de banditismo e fanatismo no final do século XIX e no início do século XX, destacados por Facó (1976), Martins (1981) e Mello (2013) como movimentos de contestação à ordem do

latifúndio, ao poder dos coronéis e ao monopólio da terra. Para esses autores, pegar em armas e se juntar ao cangaço era o único meio de vida que restava ao camponês do Semiárido “que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado”, e que, em resposta, “se vingara da classe” (Martins, 1981, p. 60).

No ver de Facó (1976, p. 18):

Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma "saída" nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos "fanáticos", em torno dos beatos e conselheiros, sonhando a conquista de uma vida melhor.

As perseguições e os massacres promovidos pelo Estado aos sertanejos organizados em Canudos, em outros movimentos messiânicos e no cangaço, “significavam também uma luta contra o projeto de sociedade que os camponeses preconizavam e implantaram nos seus redutos” (Martins, 1981, p. 62). É dizer, o combate aos movimentos do campo representa uma necessidade das elites em manter a concentração da terra, as relações clientelistas locais e, conseqüentemente, seu poderio político e econômico.

Ao longo do século XX as lutas por terra tomaram novas formas. Martins (1981) narra a eclosão de uma diversidade de movimentos de rebeldia do campesinato que, a partir dos anos 1950, também passou a se organizar politicamente em ligas camponesas e sindicatos.

Alguns casos icônicos de resistências camponesas à ordem do latifúndio aconteceram no Semiárido mineiro. Na região mineira do Vale do São Francisco, destacam-se as histórias de Eloy Ferreira e Antônio Inácio Correia, dois lavradores, sindicalistas, que enfrentaram o poder do latifúndio, dos grileiros e das empresas nos anos 1970 e 1980. Eloy, enquanto delegado sindical de base da Serra das Araras, à época distrito do município de São Francisco/MG, envolveu-se ativamente na liderança de posseiros em conflitos com latifundiários da região. Eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco em 1981, Eloy foi assassinado por fazendeiros em 1984 (Carneiro e Ciocari, 2010). Antes de falecer, conheceu Antônio Inácio, figura histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, atuando ativamente no enfrentamento contra fazendeiros e monocultoras de eucalipto, denunciando-os nas páginas dos jornais e mediando conflitos por meio do STR.

Em publicação à Folha de Januária, em setembro de 1985, Antônio Inácio denuncia mais um caso de injustiça e violência promovida por latifundiários, com apoio do Estado, contra lavradores da região:

Aqui na fazenda Lavarinto, distrito de Bonito, não estão deixando nada de árvores em pé e, segundo denúncias aqui no Sindicato, isto está acontecendo em todo o município de Januária. E digo eu: em todo o norte de Minas. Estão destruindo aquilo que nunca poderão restituir ou substituir. Tudo por causa da ganância. Enquanto isto, o trabalhador não pode plantar sua rocinha que é multado, como acontece todos os dias. Até distorção aconteceu com o posseiro da fazenda Triunfo, o nome dele é Pedro, que cultivava sua posse há 20 anos e o cabo da polícia florestal, segundo nos falou o posseiro, tomou a posse dele e ameaçou prendê-lo, isto para ajudar o latifundiário improdutivo. Casos como este acontecem diariamente e a lei é a do mais forte. É de fato uma *teia de aranha*, mesmo na *Nova República* (Correia, 1988).

A história de Saluzinho, Dulce e sua família, no município de Varzelândia/MG, é frequentemente lembrada pelos camponeses do Norte de Minas Gerais. Perseguido pela elite rural local e pelas autoridades policiais na década de 1960 interessadas em usurpar as terras camponesas, Saluzinho se refugiou em uma gruta e enfrentou um cerco militar de mais de quarenta homens que não poupavam tiros e dinamites. A família do agricultor foi torturada, ele foi taxado como *comunista* e levado preso ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em Belo Horizonte. Esse caso foi mais profundamente estudado por Chaves (2006), e virou uma referência de luta pela terra na região.

Em Verdelândia/MG, nas décadas de 1960 e 1970, centenas de famílias resistiram como puderam, mas foram violentamente despejadas de mais de 6.000 hectares por fazendeiros da região, com auxílio das autoridades policiais e judiciais locais, o que acarretou na morte de dezenas de pessoas, em um episódio que ficou amplamente conhecido como o “massacre de Cachoeirinha”, estudado por Monção (2008).

No Alto Jequitinhonha, o lavrador Vicente Nica, de Turmalina/MG, foi a grande liderança contra o avanço de grileiros e empresas sobre as terras camponesas, entre as décadas de 1970 e 1980, contando com o apoio ativo da Igreja Católica, através da Diocese de Araçuaí e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, da Comissão Pastoral da Terra – CPT, do Conselho Indigenista e Missionário – CIMI, dos advogados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, fundado em 1978. Na mesma região, ainda na década de 1980, foi criado o Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha – CAMPO VALE, com o objetivo de apoiar lutas camponesas na região, inclusive contra o projeto “modernizador” da Usina Hidrelétrica de Irapé, implementada violentamente entre os anos de 1990 e 2000 (Almeida, 2018).

Também no Vale do Jequitinhonha, mas no município de Novo Cruzeiro/MG, foi realizada a primeira ocupação de terras por camponeses organizados no Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no estado de Minas Gerais, em 1988, com apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Cerca de 300 famílias ocuparam a Fazenda Aruega, provenientes de diversos municípios do entorno, enfrentando perseguições, agressões, ameaças, tentativas de despejo forçado e todo tipo de violência promovida por fazendeiros, jagunços e policiais, até a conquista do assentamento, como estudado por Zangelmi (2007).

Esses são somente alguns, mas não os únicos, casos históricos de contestação aberta e direta ao sistema de propriedade privada e de dominação política do latifúndio ocorridos no Semiárido mineiro, que vieram a tomar as páginas da história, das manchetes dos jornais e das pesquisas acadêmicas. Esses conflitos agrários se estendem ao século XXI. Em um esforço de documentá-los de maneira sistemática, anualmente a Comissão Pastoral da Terra – CPT publica os Cadernos de Conflitos no Campo, desde 1985. O último relatório registrou 2.185 conflitos em 2024 no território nacional, ano da última publicação, entre demandas por terra, água e direitos trabalhistas coletivos no meio rural, envolvendo 1.190.441 pessoas e 75.053.684 hectares de terra.

Por conflitos por terra, a entidade entende como ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e “propriedade” da terra e pelo acesso aos recursos naturais, incluindo as ações de ocupação e retomadas de terras, definidas pela entidade como ações coletivas que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam a desapropriação de terras improdutivas ou a demarcação de territórios tradicionais. Por conflitos pela água, a entidade entende como ações, em geral coletivas, voltadas para garantir o uso e a preservação das águas; impedir a privatização dos recursos hídricos; a luta contra a construção de barragens e açudes, incluindo nessa categoria a luta dos atingidos pela construção de barragens de grandes empreendimentos e a luta frente à mineração e seus impactos nos cursos d’água.

Segundo a própria CPT, os registros são feitos por meio de pesquisas primária e secundária, a partir de relatos e informações obtidas com os agentes de base da entidade, documentos oficiais, denúncias dos camponeses, sindicatos e movimentos sociais de apoio, boletins de ocorrência e outros, além de consulta a jornais, revistas, *sites* de notícias, redes sociais. As Tabelas 2 e 3 fazem referência aos conflitos por terra e água registrados pela CPT nos últimos 10 anos.

Tabela 2: Conflitos por terra registrados pela CPT nos últimos 10 anos (2014-2024) em Minas Gerais e no Semiárido mineiro.

Quantidade de conflitos registrados		Quantidade de famílias envolvidas	
Minas Gerais	Semiárido mineiro	Minas Gerais	Semiárido mineiro
550	261	43.502	25.263
100%	47,5%	100%	58%

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Elaborado por Bruno Pêgo e Letícia de Carvalho (2025).

Tabela 3: Conflitos por água registrados pela CPT nos últimos 10 anos (2014-2024) em Minas Gerais e no Semiárido mineiro.

Quantidade de conflitos registrados		Quantidade de famílias envolvidas	
Minas Gerais	Semiárido mineiro	Minas Gerais	Semiárido mineiro
619	126	46.990	23.208
100%	20%	100%	49,5%

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Elaborado por Bruno Pêgo e Letícia de Carvalho (2025).

Evidentemente, é impossível registrar todos os conflitos que ocorrem no Brasil, todos os anos. Esses números não são absolutos, mas ilustram como o Semiárido mineiro é um território em disputa, ocupando uma posição de destaque no que tange aos conflitos por terra e água em Minas Gerais: quase metade dos conflitos fundiários registrados pela entidade no estado ocorrem na região semiárida, envolvendo quase 60% das famílias em conflito; da mesma forma, quase metade das famílias envolvidas em conflitos por água estão concentradas na região.

Muito frequentemente, tratar de conflito por terra no Semiárido é também tratar de conflito por água. A privatização das terras comuns resultou também na privatização do acesso às fontes de água que abasteciam as comunidades camponesas - nascentes, rios, córregos, veredas -, quando não na sua contaminação ou no seu secamento. Há, dessa forma, certa limitação metodológica em se dividir os conflitos em *conflito por terra* e *conflito por água*, já

que, no Semiárido, a questão do acesso à água quase sempre aparece como pauta central nos conflitos que envolvem disputas por terra e território.

Outra ressalva importante a se fazer é que os casos acima registrados são, sobretudo, ações de enfrentamento que tomaram o caráter público, direto e aberto. Entretanto, a maior parte das formas de resistência camponesas são, na verdade, silenciosas, acontecem de forma diária, no cotidiano, e não assumem a forma de uma ação coletiva ou de enfrentamento aberto e, assim, não entram para as estatísticas e nem viram notícia. São atos de sabotagem, quebra de cercas, furto de madeira, incêndios, dentre outros, como aponta James C. Scott:

[...] pareceu mais importante considerar o que podemos chamar formas cotidianas de resistência camponesa – a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas *brechtianas* de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de autoajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses (Scott, 2002, p. 11-12).

É dizer: as ações populares de resistência camponesa são contínuas e cotidianas. O campesinato vive em um estado permanente de conflito de classes e está continuamente em resistência. Tratar os conflitos como *momentos* ou *episódios* de insurgência camponesa é cair numa “visão espasmódica da história popular”, cuja crítica foi feita por E. P. Thompson (1998), como se os camponeses vivessem em um estado geral de passividade e, breve e ocasionalmente, reagissem à estímulos econômicos específicos - como a seca, a fome ou o aumento dos preços e impostos -, mas ainda de forma compulsiva e inconsciente. Para o autor, esse tipo de análise não consegue traduzir em sua amplitude a organização do campesinato na construção de ações coletivas e estratégias em defesa dos seus direitos e contra o estado de dominação a que estão sujeitos:

Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. [...] É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos

pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta (Thompson, 1998, p. 152).

Assim, para o autor, o *povo* não age de forma impulsiva ou irracional, mas em defesa de uma “economia moral”, dos direitos ou costumes tradicionais, historicamente consolidados pela população local. E se os costumes são locais, as experiências de resistência também são.

6. TRAJETÓRIAS COMPARADAS: TOMADAS E RETOMADAS DE TERRAS NO SEMIÁRIDO MINEIRO

O processo de tomadas de terras camponesas aconteceu de maneira acentuada no Semiárido mineiro, notadamente no Jequitinhonha, no *gerais* do São Francisco e na região do rio Pardo. Embora apresente suas semelhanças, cada um desses territórios guarda peculiaridades quanto às formas de expropriação, sua evolução histórica e estratégias de resistência e adaptação por parte dos camponeses.

6.1 A Chapada das Veredas, no Alto Jequitinhonha

O território

Até meados dos anos 70, a agricultura tradicional do Alto Jequitinhonha era baseada no complexo *grotas–chapadas*, combinando o uso privado e familiar das grotas, onde se estabeleciam as moradias e a lavoura, e o uso comum das chapadas, amplamente utilizadas para solta do gado, caça e extrativismo de frutos, madeira, lenha e plantas medicinais (Graziano, Graziano Neto, 1983). Para compreender como se deu o processo de expropriação das terras comunais na região, foram entrevistadas famílias de agricultores nas comunidades de Campo Buriti, Monte Alegre, Gentio, José Silva, Campo Alegre e Poço d'Água, cujos nomes não serão citados por razões de segurança e preservação de suas imagens no contexto de intensificação do conflito local.

Agricultores entrevistados relatam a fartura de alimentos e de água nos tempos idos. A chapada era abundante em frutos como o pequi, panã, a mangaba, cagaita, gabioba e mangabeiju, que eram levados para ser comercializados “*lá na mata*”¹¹ e “*trocados*” por querosene,

¹¹ A “mata” se refere a uma região de bioma Mata Atlântica, de solos férteis, onde não há ocorrência dos frutos típicos do Cerrado. Utilizam essa expressão para se referir principalmente aos municípios de Capelinha e Água Boa, para onde levavam os frutos coletados na chapada para comercializar na feira e adquirir produtos que não produziam, como a querosene, o sal e o café.

café e sal; de madeira como sucupira, pau-terra, caviúna, pau-de-rego, braúna e pindaíba; de plantas medicinais como cipó-suma, arnica, canguçu e unha d'anta; e de animais como o veado, tatu, tamanduá, jacu, perdiz, a cutia e a ema.

A abundância era tanta que, relata um agricultor entrevistado, “*as famílias saíam de casa para a chapada só com o balaio, não precisava nem levar água e nem comida, porque encontrava de tudo lá*”. Outro agricultor destacou que a chapada “*não era só para trabalho, era também um lugar de lazer: levavam a família, as crianças brincavam, catavam sempre-vivas, nadavam nas veredas*”.

Mas a chapada não era homogênea: havia lugares que tinham mais frutos que outros, com mais madeiras e que abrigavam mais animais de caça. Exemplo disso é o *capão*, uma vegetação que se destacava pela densidade da mata, com árvores maiores, rica em animais, madeiras de qualidade, mas que carecia de frutos. Havia também lugares mais ricos em água, especialmente em veredas. Explica uma agricultora que “*a chapada era muito úmida, por conta das veredas, por isso dava muito fruto. A vereda era um rio embutido na terra, que você só via lama mexendo. Acontecia até de o gado atolar na chapada por conta das veredas*”. Segundo contam os entrevistados, mesmo nos períodos de seca as veredas permaneciam repletas de água, e por isso afirmam que “*a chapada era a grande caixa d’água da região*”.

A plantação na chapada era pouca, limitada à mandioca e ao arroz, mais próximo das veredas. Lugar de roça mesmo era nas *grotas*, onde a terra é fértil e onde ficam as moradas. Cerca só era feita na lavoura, para evitar que o gado - criado solto - adentrasse na área. Aliás, caso isso ocorresse, o “culpado” seria não o dono do gado, e sim o dono da lavoura, que não cercou devidamente seu roçado. Na chapada dificilmente havia cerca, era comum. A solta era feita na própria *grotá*, e o gado subia para a chapada à procura de alimentos, onde acabava se juntando com o gado de outros agricultores, diferenciado pelo *carimbo*. Segundo os agricultores, na chapada não havia limite para o gado: “*ele era ‘danado’, sabia procurar o alimento, a água e ainda voltava para casa, já era acostumado a andar pelo lugar certo, e a família já sabia onde buscá-lo*”.

Na região, grande parte dos agricultores possui somente o documento (contrato de compra e venda) da área da *grotá*, em média de 05 a 20 hectares. No entanto, a área de domínio exercida pela família era muito maior, já que os fundos do terreno davam acesso para a chapada, limitado pelas chamadas *águas vertentes* - termo utilizado pelos agricultores para indicar o

ponto de declive da chapada, onde as correntes de água se dividem para dois lados. Um dos agricultores entrevistados explica que:

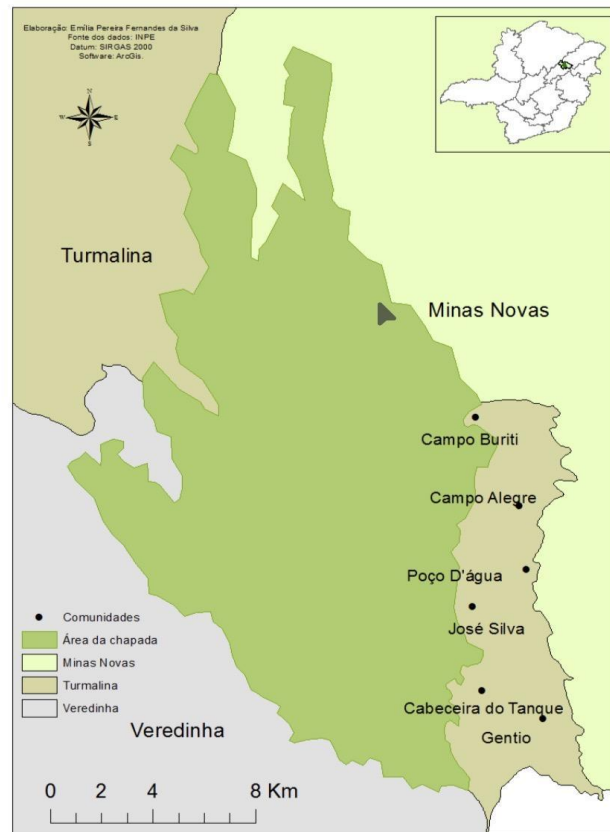
“Na chapada, só virava ‘privado’ mesmo se a pessoa cercasse, mas só tinha direito de cercar os fundos do terreno dela na grotá, até a saída para a chapada, até a altura das águas vertentes, a vereda. Mas ninguém fazia isso, ninguém tinha recurso pra fazer cerca grande desse jeito não. Se todo mundo fizesse isso, o miolo da chapada ficava devoluta”.

Uma família entrevistada da comunidade de Campo Alegre relatou sobre o manejo das terras da chapada:

“Aqui a maioria do povo sempre morou na grotá. Na beira do Fanado. O pessoal todo criava uma vaquinha de leite, um burro de serviço, tudo na solta da chapada. Sobre documento de terra, era assim, a pessoa tirava o documento só da área da grotá, dava uns 15 hectares, mas a terra era muito maior. A terra ia até as águas vertentes, que é o lugar da chapada que a água corre pra lá e pra cá. Naquela época era tudo aberto, não tinha cerca. Algumas pessoas plantavam mandioca e feijão andu na chapada, mas tinha que cercar. Mas não era nem uma obrigação, era mais pras criações não entrarem. A gente soltava o gado aqui na grotá e ele subia para a chapada para procurar comida, deixava só o bezerro preso, que aí a vaca parida voltava todo dia para dar leite. Gado que era solto lá em Turmalina vinha bater aqui, isso era tudo solto. Sobre os frutos, todo mundo da região podia pegar na área da chapada, mesmo dentro da área das águas vertentes de uma família. Se não era cercado, podia entrar. A gente pegava pequi, mangaba, jaca e ia para a “mata” (Capelinha, Malacacheta) vender de burro, trazia sal, feijão, querosene, café, coisa que a gente não conseguia aqui. A lavoura na chapada podia ser feita em qualquer lugar, bastava cercar, o povo respeitava”.

A chapada que as famílias entrevistadas se referem é a Chapada das Veredas, uma porção do território do Alto Jequitinhonha situada entre os municípios de Turmalina, Veredinha e Minas Novas, com área de 23.840,9 hectares.

Figura 4: Localização da Chapada das Veredas.



Fonte: Silva (2019, p. 17).

A Chapada das Veredas é uma importante área de recarga do rio Fanado, tributário da sub-bacia do rio Araçuaí, este um dos principais afluentes do rio Jequitinhonha. O nome é autoexplicativo. A chapada era abastecida por vários cursos d'água, dentre nascentes, riachos e suas oito veredas: do Buriti, da Mumbuca, da Palmeira, da Dona, da Estiva, Formosa, do Tanque e do Cemitério, que ocupavam uma área de cerca de 3.230,5 hectares, como estimado por Silva (2019).

Trata-se de um território emblemático: amplamente dominado por comunidades tradicionais e regulado por sólidas normas costumeiras. Servia como fonte de água, alimento e até para gerar renda em dinheiro para grande parte da população do seu entorno, mas foi duramente impactado pelas transformações promovidas pela “modernização” agrícola.

Expropriações

Foi o braço florestal da Companhia de Aços Especiais Itabira – Acesita Florestal, hoje denominada Aperam, a principal responsável pela consolidação do monocultivo de eucalipto não só na Chapada das Veredas, mas em toda a região do Alto Jequitinhonha. Em síntese histórica do que foi explorado por Almeida (2018) e Silva (2019), a empresa foi fundada em

1944 pelos empresários Amyntas Jacques de Moraes, Athos de Lemos Rache e o estadunidense Percival Farquhar. Em 1951 foi estatizada, passando a ser gerida majoritariamente pelo Banco do Brasil. Durante anos, o governo brasileiro realizou altíssimos investimentos públicos nos diversos setores produtivos da empresa, totalizando cerca de US\$ 397,8 milhões de dólares entre as décadas de 1950 e 1990. Ainda assim seria realizada, em outubro de 1992, a privatização da Acesita e as suas subsidiárias Acesita Energética S/A e Forjas Acesita S/A.

Posteriormente, em 2001, a Acesita passa por uma fusão com as empresas Arbed, de Luxemburgo, e Aeralia, da Espanha, criando-se o grupo Arcelor, segunda maior siderúrgica do planeta. Em 2007 o grupo é adquirido pela companhia número um no setor, a anglo-indiana Mittal Steel Company, por US\$ 23 bilhões de dólares, formando-se assim a gigante ArcelorMittal. Conforme Almeida (2018, p. 83):

Esta é uma característica do processo de expansão das fronteiras territoriais no modo de produção capitalista, ampliando o controle das cadeias produtivas, de processamento e de distribuição. Uma oligopolização mundial dos complexos agroindustriais, com finalidade de garantir controle e maximização do lucro.

Finalmente, em 2011 a antiga Acesita é desmembrada do grupo ArcelorMittal, dando origem ao atual Grupo Aperam. A unidade no Brasil passa a se chamar Aperam South America, produtora de aços planos inoxidáveis, elétricos e de carbono, operando sua usina no município de Timóteo abastecida por carvão vegetal a partir da monocultura de eucalipto nos municípios do Alto Jequitinhonha, cultivados pela sua subsidiária Aperam BioEnergia.

Mas antes da chegada efetiva da empresa, das cercas e dos maquinários, apareceu um grupo de pessoas popularmente conhecidas pelos moradores locais como os “*atravessadores de Turmalina*”. Trata-se de grileiros e aproveitadores advindos do estado de São Paulo e da região de Turmalina que, no ano de 1975, cientes de que aquelas terras seriam repassadas pelo Estado para empresas monocultoras, passaram a abordar as famílias camponesas da região anunciando que “*as terras da chapada eram devolutas, do governo*”, e que “*se elas não vendessem as terras para eles, perderiam de graça, porque o Estado já ia passar a chapada para as empresas*”. Silva (1999, p. 46) coloca que “*esses estranhos eram portadores de uma nova linguagem. Eram dotados de um novo saber representado pelo poder do dinheiro*”. Aos olhos dos camponeses, ao mesmo tempo que essas pessoas representavam uma ameaça, “*eram também a salvação, pois eles ‘comprando’ suas terras, evitariam que estas fossem tomadas pelas grandes companhias e pelo Estado*”.

É o relato de um agricultor da comunidade José Silva, em Turmalina:

“Naquela época primeiro veio um povo de Turmalina comprando terra na mão do povo por mixaria. Uns eles davam mixaria, outros não pagavam nada. O cabeça disso foi o Guinu. Ele vinha falando que viria uma empresa plantar eucalipto, pra dar emprego pro povo, desenvolver a região. Tinha mesmo uma família lá de Capelinha que tinha um mundo de chapada, o Guinu comprou por uma bola de arame. Ofereceram ao pai do Seu João um saco de feijão pela terra da chapada”.

Na região, o costume era de documentar e registrar somente a área das *grotas*, em torno de 05 a 20 hectares, mas a área de domínio exercida pela família era muito maior, indo chapada afora até as chamadas “águas vertentes”: *“era muita terra, mas o documento marcava pouco, a maior parte da terra era da chapada, só que não era cercado e não tava no documento”*¹². A transação dessas áreas se dava por meio de instrumento particular de compra e venda de direitos hereditários ou direitos possessórios. O que era comercializado, no entanto, não era propriamente a terra, mas o trabalho despendido nela, já que, naquela época, a terra por si só não tinha valor, e sim o trabalho (Martins, 1981).

Segundo os relatos, os “*atravessadores*” atuavam como “*olheiros*”: buscavam saber quem tinha documento ou cerca na área da chapada e negociavam a preços baixíssimos ou em permuta com bola de arame e sacos de feijão. Um dos entrevistados conta que “*o atravessador comprava por “x” de um ali, e depois vendia para a empresa por “3x”, ficou foi muito rico fazendo isso aqui*”. De fato: o instrumento particular de compromisso de compra e venda, datado em 14 de novembro de 1975, demonstra que o grupo dos *atravessadores de Turmalina* adquiriu dos camponeses da região cerca de 29.000 hectares de terras e as comercializou com a empresa Cia Agro Florestal Paulista, à época sediada em Suzano, São Paulo, por Cr\$ 3.000.000,00. Nos relatos das famílias entrevistadas não foi possível identificar nenhuma atuação dessa empresa na região.

Apenas cinco meses depois, em 01 de abril de 1976, foi publicada pelo Senado Federal a Resolução nº 1/76, em que restou autorizado ao Governo do Estado de Minas Gerais alienar à empresa Companhia de Aços Especiais Itabira - Acesita, ao preço mínimo de Cr\$ 30,00 o hectare, “uma área de terras devolutas de propriedade do Estado de Minas Gerais”, de até 143.200 hectares, “situada nos municípios de Itamarandiba, Turmalina e Minas Novas, naquele Estado, destinada a implantação de projetos de reflorestamento” (Brasil, 1976).

Munidos dessa autorização - exigida legalmente pelo art. 171 da Constituição Federal de 1967, vigente à época -, o Estado de Minas Gerais, por meio da Ruralminas, celebrou

¹² Conforme Almeida (2018), isso se dava fundamentalmente por duas razões: i) para evitar gastos muito elevados por regularização e com impostos; 2) porque a área da chapada era de uso comum, insuscetível de apropriação particular, conforme as normas costumeiras.

escritura de promessa de compra e venda com a Acesita para alienar à empresa uma área de 89.777 hectares de “terras devolutas”, dentre os municípios de Turmalina, Minas Novas e Capelinha, a Cr\$39,70 o hectare, pelo valor total de Cr\$ 3.564.154,05.

Apesar de ter adquirido essas terras por meio do Estado, ao se apossar das chapadas do Alto Jequitinhonha a Acesita foi obrigada a negociar parte delas com a Cia Agro Florestal Paulista, empresa que havia se adiantado na aquisição de direitos hereditários e possessórios na região. Sendo assim, em 1977, nos autos da ação de reintegração de posse ajuizada pela empresa paulista em face da Acesita, foi realizado acordo de cessão das terras antes adquiridas pela Cia Agro Florestal Paulista, no valor de Cr\$7.391.270,50. Ou seja, em um curto espaço de tempo e somente com essa transação, a Cia Agro Florestal Paulista obteve um lucro de 146,4%, sem sequer ter desenvolvido qualquer atividade econômica na região.

Outra empresa que adquiriu milhares de hectares de terras por “mediação” da Cia Agro Florestal Paulista foi a Companhia Suzano de Papel e Celulose, também paulista. Silva (1999, p. 49) identificou nessas negociações uma estratégia utilizada pelas empresas para grilar/usurpar terras comuns das chapadas: as *retificações de áreas*. Em vários casos citados pela autora, após a compra as terras passavam por um processo de retificação junto aos cartórios locais e, após medição e legitimação pela Ruralminas, eram retificadas em escandalosas 370 e até 760 vezes mais, a exemplo:

Uma gleba de terras em comum com outros herdeiros de José, de 2,42 ha, foi medida e legitimada pela *RuralMinas* com área de 898,50 ha (R-1-3264, L.5), de 4.2.83. O registro anterior é (R-3-185).

Uma gleba com a área de 4,84 ha de terras em comum com outros (R-2-890), legitimada pela *RuralMinas*, em 3.684,80 ha, foi vendida por Cr\$5.808,00, em 30.12.80, pela Cia. Agro Florestal Paulista à Cia. Suzano de Papel e Celulose (R-1-890, L.5).

Nesse sentido, um dos agricultores entrevistados relata que “*as empresas compraram uns 20% da chapada, o resto foi tudo no jeito*”. As terras de trabalho do Alto Jequitinhonha viraram terras de negócio, ganharam preço no mercado e viraram alvo de cobiça de empresas, fazendeiros e grileiros, e assim os camponeses assistiram agoniados à chegada dos “*homens do sapato chiando*”¹³, ao levantamento das cercas e à derrubada massiva do Cerrado, dos pés de

¹³ Expressão utilizada por uma agricultora da comunidade Campo Buriti, município de Turmalina/MG, para se referir aos empresários e funcionários da Acesita, atual Aperam, empresa monocultora de eucalipto que chegou na região na década de 1970. Segundo ela, eles andavam com sapato fino, caro, que fazia barulho ao caminhar.

pequi, cagaita, mangaba, panã e buriti com o uso do correntão¹⁴ e do fogo, dando lugar ao eucalipto.

Imagem 2: Placa de entrada para eucaliptal da Aperam, nas margens da BR-367, à altura do município de Carbonita, no Alto Jequitinhonha.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Pelo menos quatro frentes discursivas foram utilizadas para legitimar a privatização das chapadas do Jequitinhonha pela Acesita, hoje Aperam: *i*) a concepção de terras devolutas; *ii*) a improdutividade das terras; *iii*) a chegada inevitável do progresso e *iv*) o pleno emprego.

Em síntese, a concepção estatal de terra devoluta tem origem no período colonial, durante o regime de sesmarias. Aquelas terras concedidas para particulares que não cumpriam as condições de produção e ocupação previamente estabelecidas deveriam ser devolvidas para a Coroa portuguesa, daí a denominação “devoluta”. Posteriormente, a Lei de Terras de 1850 consolidou legalmente essa categoria, de forma que toda terra que não passasse pela formalidade jurídica de registro cartorial em nome particular passaria a ser considerada “devoluta” e, portanto, de domínio do Estado (Martins, 1981).

¹⁴Técnica altamente devastadora utilizada para desmatamento em larga escala do Cerrado, consistente em uma grande e densa corrente de metal amarrada em dois tratores. À medida que os tratores avançam, a corrente derruba o que tiver em sua frente.

A maior parte das terras comuns, dominadas por sociedades camponesas tradicionais e reguladas por sólidos códigos costumeiros, raramente passavam pelo crivo da regularização exigida pelo direito burguês, carecendo de documento formal de propriedade. Assim, o direito costumeiro entra em conflito com o direito estatal, as terras camponesas são transformadas em “devolutas” e repassadas para o grande capital. Conforme Silva (1999, p. 52) “estes métodos de tomadas das terras dentro da lei e da ordem representam um verdadeiro exemplo de acumulação primitiva sob a égide do Estado e de seus aparatos jurídicos”.

Contam os agricultores entrevistados que antes da chegada dos *atravessadores* e dos representantes da Aperam, “ninguém nunca tinha ouvido falar nesse negócio de terra devoluta, de que era terra do governo”. Esses estranhos, dotados de uma nova linguagem, se utilizaram desse argumento jurídico para deslegitimar a posse tradicional camponesa, especialmente sobre as chapadas, onde raramente havia apropriação privada, como relatam:

“Rapaz, a coisa mais sem trabalho que teve foi a Acesita entrar nessas chapadas daqui. Primeiro vieram avisando, vinha um povo diferente, dava carona para uns e procurava os moradores das grotas para avisar da chegada da empresa. Eles falavam que isso era tudo terra do governo. O povo achava que era obra do governo o fechamento da chapada. E quem vai brigar com governo? Não apresentaram documento, nem nada. Só falavam que era terra do governo e que o governo tinha passado pra eles. Agora se isso era verdade eu sei lá, só sei que nós perdemos tudo”.

Além disso, disseminou-se a ideia de que as terras da chapada eram totalmente desocupadas e inaproveitadas. Os vazios aparentes dos territórios tradicionais - como a ausência de cercas e os períodos em pousio - foram interpretados como vazios de produção e de gente, e, por isso, as terras deveriam ser repassadas para aqueles que tivessem condições de ocupar e produzir em larga escala na região. Frequentemente a Aperam aciona essa linha argumentativa nos processos judiciais possessórios em que demanda e é demandada, por exemplo:

*“É fato público e notório que até a chegada das empresas de reflorestamento à região, as terras de chapadas eram inaproveitadas, como também é fato público e notório até hoje que terras de chapadas não utilizadas por essas empresas ou ocupadas com grandes cafezais permanecem inaproveitadas pelos pequenos produtores. Também é fato público e notório na região que os agricultores com o calibre dos Autores jamais aproveitam as terras de chapadas para a prática de agricultura”.*¹⁵

Esse discurso justificou a venda de milhares de hectares de terras de chapada para o setor privado, silenciando de forma violenta a histórica ocupação construída pelas populações tradicionais ao longo dos anos.

¹⁵ Trecho da contestação apresentada pela Aperam no processo nº 0080980-28.2009.8.13.0697, em trâmite na Vara Única da Comarca de Turmalina.

Outra narrativa amplamente utilizada para legitimar as ações da empresa foi a chegada do progresso, alinhada ao projeto nacional desenvolvimentista capitaneado pelos militares. Os representantes da Aperam falavam em desenvolvimento, prosperidade, superação da pobreza e pleno emprego para todos. O futuro havia chegado ao Vale do Jequitinhonha, o que animou muita gente do local, mas por pouco tempo:

“Antes de começar mesmo veio um povo aí da empresa, mas eles procuraram só quem morava na chapada ou na beira dela. A empresa falava que ia ajudar demais a região, que vinham para desenvolver o Vale, que a região nossa era muito pobre, que iam plantar eucalipto e trazer emprego pra todo mundo. O povo ficou com expectativa. Muitos venderam terra para trabalhar na empresa”.

No início houve, de fato, muito emprego. Isso porque a maior parte do trabalho era manual: limpeza da chapada para plantio, produção de carvão, manejo de mudas de eucalipto com uso intensivo de agrotóxicos, corte e transporte de madeira, mas como contam, *“era igual frigorífico, todo mundo saía doente”*, devido às condições precárias de trabalho. A oportunidade de receber salário e *“trabalhar fichado”* atraiu muita gente da região, principalmente os mais jovens, filhos de agricultores das comunidades do entorno das chapadas. Mas, como destaca uma agricultora entrevistada, *“ninguém aposenta de Aperam”*. O “boom” de emprego foi curto, durou cerca de dez anos. Logo chegaram as máquinas, a empresa se mecanizou, se incrementou tecnologicamente e as vagas de emprego reduziram drasticamente. O trabalho de Calixto (2006) apontou a baixíssima ocupação gerada pela silvicultura na região: a Aperam gera 1 ocupação a cada 125 hectares, enquanto a agricultura familiar gera 1 ocupação a cada 4,5 hectares. Assim, sem terra e sem trabalho, muita gente foi morar nas cidades da região, ou migrou para São Paulo, ou passou por períodos de migração temporária.

Calixto (2006) aponta ainda que, apesar da resistência individualizada de alguns moradores que se recusaram a vender suas terras, muitos acabaram sucumbindo, pois as empresas *“iam cercando o sujeito”*, comprando ou tomando todas as terras ao redor e plantando eucalipto, obrigando-o a sair pelo preço estipulado pela própria empresa. É importante lembrar que o país vivia uma brutal ditadura, governado por militares e representantes dos interesses da burguesia. Como reflexo disso, a expropriação da base fundiária do campesinato do Jequitinhonha se deu com forte emprego de violência: relatos apontam casos em que houve a participação ativa de policiais e agentes da segurança pública local agindo como verdadeiros grileiros e representantes das empresas. Mas em geral, conforme Silva (1999), o emprego da violência não se deu de forma tão aberta, mas escondida e legal, monopolizada pelo Estado por meio da promulgação de leis que implementaram os projetos de *“modernização”* na região,

além da atuação de órgãos estatais na usurpação das terras camponesas com aparência de legalidade, como a Ruralminas.

Tabela 4: Área de eucalipto plantado na RGI de Capelinha, em hectares.

Local	RGI Capelinha	Aperam
Hectares	238.258,51	126.127,23
Percentual (%)	100,00	53,00

Fonte: Censo agropecuário do IBGE (2017); Silva (2019). Adaptado por Bruno Pêgo (2025).

Fato é que todo esse contexto de facilidades e benefícios concedidos às empresas, em detrimento das famílias agricultoras, permitiu à Aperam expandir suas atividades e se consolidar como uma grande potência econômica e política a nível regional, estadual, nacional e internacional. A empresa produz cerca de 430 mil toneladas de carvão vegetal por ano através do eucalipto plantado, voltados principalmente para abastecer os fornos da usina de aço em Timóteo, dado fornecido por ela própria. A Tabela 4 aponta que de toda a área de eucalipto plantado da Região Geográfica Imediata de Capelinha¹⁶, composta por dez municípios, mais da metade está sob domínio da Aperam, o que revela um expressivo domínio da empresa no ramo da silvicultura, refletindo na sua influência política e econômica na região.

Efeitos

Passadas cinco décadas desde que a Aperam tomou as chapadas do Alto Jequitinhonha, desmatou o Cerrado e o transformou em eucalipto, os efeitos sociais, ambientais e econômicos desse processo têm sido devastadores para a população local, tanto rural quanto urbana. A partir dos relatos dos agricultores, percebe-se que os impactos sentidos podem ser divididos em dois eixos principais: terra e água, mas não somente.

A estrutura fundiária da região foi bastante alterada. A Tabela 5 aponta que antes da chegada das firmas, em 1970, quase 98% dos estabelecimentos rurais da região possuíam até 100 hectares, ocupando uma área de cerca de 65%, enquanto as grandes extensões eram bastante inexpressivas: somente 0,06% dos estabelecimentos possuíam mais de 1.000 hectares,

¹⁶A Região Geográfica Imediata de Capelinha é composta pelos municípios de Água Boa, Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Chapada do Norte, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina e Veredinha. Essa definição é feita pelo IBGE, agrupando municípios que compartilham de uma rede urbana de referência para satisfação das necessidades imediatas da população, como trabalho, bens e serviços.

equivalente a uma área de 5,35%, indicando uma preponderância da agricultura tradicional sustentada em unidades familiares. A tomada de terras pelo grande capital público-privado rapidamente transformou a estrutura fundiária local, resultando numa grande concentração de terras nas mãos do latifúndio. Em 1995, após a chegada e consolidação das firmas monocultoras de eucalipto, as grandes extensões - acima de 1.000 hectares - ocupavam quase 50% do território regional, apesar de representarem somente 0,21% dos estabelecimentos rurais, enquanto a área ocupada pelas pequenas unidades caiu pela metade. A estrutura fundiária permanece concentrada, como se pode observar:

Tabela 5: Distribuição fundiária no Alto Jequitinhonha (RGI de Capelinha) nos anos de 1970, 1995 e 2017.

Tamanho	1970		1995		2017	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Até 100 hec	97,72	64,95	96,31	31,94	94,14	34,37
100 a 1.000 hec	2,22	29,69	3,48	19,88	4,78	28,37
Acima de 1.000 hec	0,06	5,35	0,21	48,18	0,32	37,26

Fonte: Censo agropecuário do IBGE 2017; Calixto, 2006. Adaptado por Bruno Pêgo (2025).

A privatização das terras se deu principalmente em áreas de chapada, o que impactou duramente o sistema produtivo tradicional que combinava o uso privado das grotas e o uso comum das chapadas. Antes da firma, cercas só eram utilizadas para proteger a lavoura das criações ou para prender uma vaca leiteira, um bezerro ou uma rês doente. No geral, a terra era *livre*, o que permitia ao gado transitar longas distâncias à procura de alimento e água, abundantes na chapada. Tudo isso mudou. Os agricultores entrevistados contam que quando a Aperam chegou, “*todo mundo teve que fechar seu pedaço*”. Antes “*a pessoa da grotinha tinha direito de acessar a chapada pelos fundos, era aberto, só fechou por causa da Aperam*”. A própria concepção de domínio fundiário mudou: com os cercamentos, o uso comum da chapada se perdeu, as cercas se disseminaram, o império da propriedade privada tomou conta e, assim, “*cada um teve que correr atrás de regularizar e cercar sua área da grotinha*”.

Quando a empresa chegou “*metendo arame na beira das grotas, fechando a chapada*”, muitas criações ainda estavam soltas na área que foi cercada. Muitas se perderam. Os que conseguiram recuperar tiveram que vender ou reduzir drasticamente o gado para que pudesse ser criado na área da grotinha, antes destinada à lavoura e pequenos animais. O cercamento da chapada intensificou a exploração da grotinha pelos agricultores, o que culminou na degradação

da mesma, como relatam: “ficou homem, mulher, menino, neto, cachorro, vaca, galinha, tudo na grotta, num espaço pequeno. Esse tanto de pelador¹⁷ que tem aí é por causa disso”.

Imagem 3: Fotografia de um *pelador* em uma unidade familiar, no município de Veredinha/MG.



Fonte: Almeida (2018, p. 126).

Quando indagados sobre o principal impacto do monocultivo de eucalipto na região, os agricultores entrevistados responderam sem hesitar: as águas. Os relatos dos agricultores dão conta da fartura de água que havia na chapada, o que é bastante peculiar se comparado com chapadas de outras regiões. Contam os entrevistados que “a terra da chapada é cinza”, denominação local do chamado organossolo cinza-escuro no Sistema Brasileiro de Classificação do Solos (Silva, 2019). Sendo úmida e rica em matéria orgânica, era nas chapadas, próximo às veredas que os agricultores costumavam “botar arroz”, terreno propício para essa cultura. Assim lembrado:

“Essas veredas aí, moço, você chegava na beiradinha da vereda e fincava o pé, e tirava a camisa, baixava e bebia. Era água pura. Nessa chapada toda tinha água, tinha lugar que você não passava pois atolava. Criação nenhuma atravessava. Ninguém passava fome nem sede na chapada. As casas nossas, nas grotas aqui embaixo, eram tudo abastecidas de água por causa das veredas lá da chapada.”

¹⁷ Segundo Almeida (2018, p. 126), *peladores* são áreas degradadas, “encostas compactadas e com pouquíssima cobertura vegetal, impactando até mesmo o imaginário dos camponeses locais”.

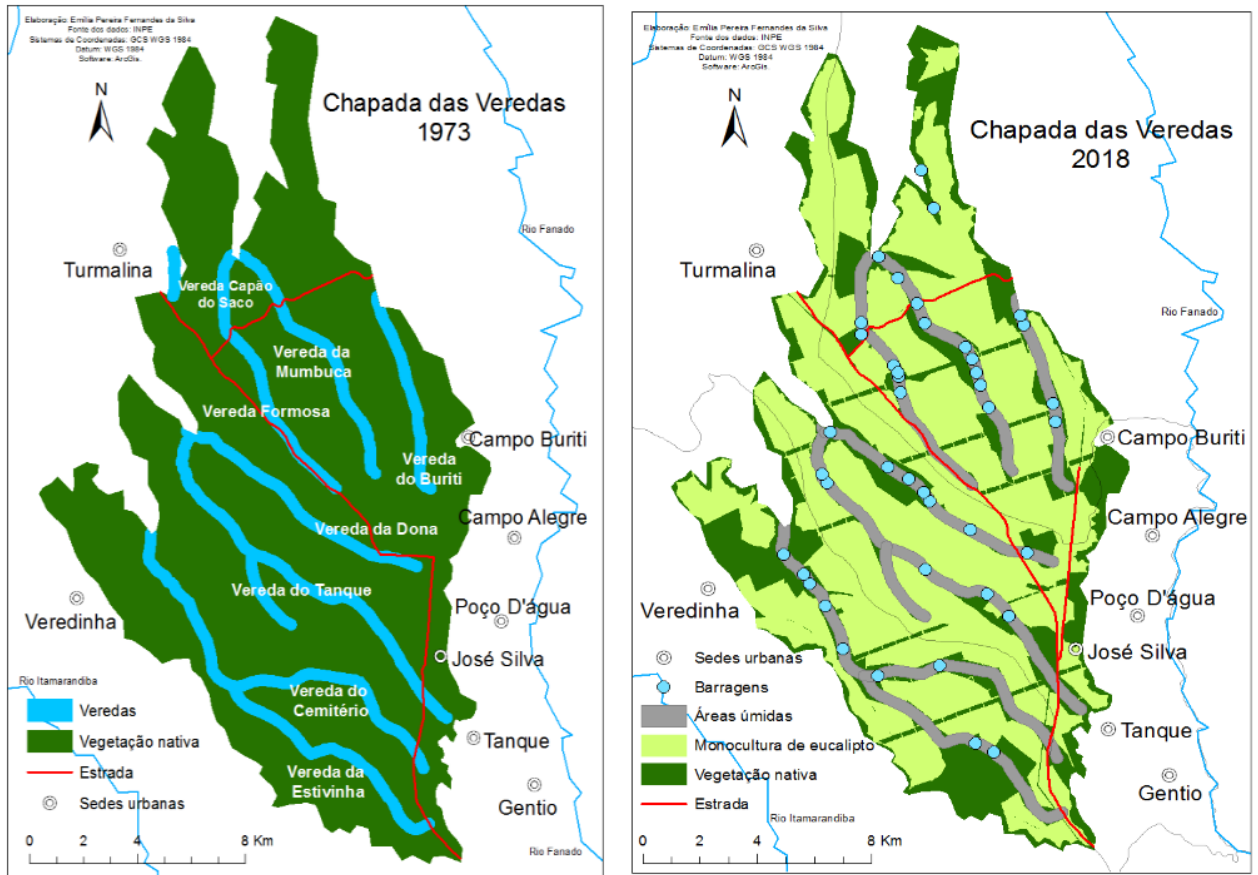
Próximo a nós tinha muita nascente e córregos. Qualquer lugar nessas beiras aqui tinha água correndo. E os brejos? Você não podia nem entrar”.

Em época de secas, recorrentes no Semiárido, as veredas permaneciam cheias, “*funcionando como uma caixa d'água para a região*”. A ausência de cercas, o uso comum da chapada e dos recursos hídricos fez com que as comunidades ao seu redor desenvolvessem sistemas produtivos bastante adaptados ao clima, ao solo e à vegetação local, já que “*todo mundo tinha água, todo mundo tinha espaço*”.

Agora, a abundância de água só resta na memória dos agricultores, que lembram disso com muito “*aperto no coração*”. Ao cercar a chapada, a firma não só privatizou a terra, mas também a água. As lagoas, os riachos e as veredas foram transformadas em barragens e amplamente utilizadas para irrigar eucalipto. Estudo desenvolvido por Lima (2013) sobre a Chapada das Veredas aponta que, desde a substituição do Cerrado pelo monocultivo de eucalipto na Região Imediata de Capelinha houve uma redução drástica de recarga de água subterrânea estimada em 345 milhões de metros cúbicos por ano. Aponta o autor que, dos 1.060mm médios de precipitação anual, as áreas abrangidas pelo Cerrado aproveitavam 49,6% para o abastecimento de suas reservas, enquanto as áreas de eucalipto aproveitam 29,1%. Esses dados evidenciam a magnitude do impacto hídrico causado pelo monocultivo de eucalipto na região.

Silva (2019) constatou que em 1973, antes da efetiva chegada da Acesita, 86% da área da Chapada das Veredas era ocupada pela vegetação nativa, e as veredas ocupavam cerca de 13,6% da área. Já em 2018, quatro décadas depois, cerca de 61,5% da chapada havia se transformado em eucalipto, restando somente 24,6% da vegetação nativa, ou seja, houve uma redução de 71,5% da vegetação. Por sua vez, as veredas foram amplamente exploradas para irrigação e, conseqüentemente, secaram. A Figura 5 demonstra a comparação do uso e ocupação do solo da Chapada das Veredas em 1973 e 2018.

Figura 5: Uso e ocupação do solo na Chapada das Veredas, comparativo entre 1973 e 2018.



Fonte: Silva (2019, p. 69).

A umidade da chapada era essencial para o abastecimento das nascentes e dos córregos que chegavam até as famílias nas grotas. Por isso, contam os entrevistados que quando a empresa “*acabou com a caixa d’água lá de cima*”, as grotas também secaram. Com isso, Simão (2021) constatou que as comunidades passaram a depender cada vez mais de fontes de água “socialmente construídas”, como medidas meramente paliativas ou compensatórias, como cisternas de placa, poços artesianos, barraginhas e caminhões-pipa, majoritariamente fornecidas por programas públicos, não mais diretamente disponíveis na natureza. Dessa forma, “a água percebida como parte da natureza, um bem comum de acesso a todos, um direito, deu lugar para uma nova visão que a resumia a um insumo, H₂O” (Simão, 2021, p. 127).

Imagem 4: Represa em vereda totalmente seca, na Chapada das Veredas, município de Turmalina/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

As águas que não secaram ou estão em vias de secar ou foram contaminadas pelo uso intensivo de agrotóxicos pela empresa, em especial o Aldrin, inseticida altamente tóxico e cancerígeno. Uma família da comunidade de Campo Alegre relatou:

“Os piores danos que a Aperam deixou aqui foram as águas que secaram e o veneno. A empresa fez barragem nas veredas todas para molhar eucalipto, mas já secou praticamente tudo. Aqui a gente não pode plantar nem uma horta, porque não tem água, e eles tão lá molhando esse tanto de eucalipto. Quando eles quebraram a chapada aí moço, você olhava o talhão de eucalipto assim tava tudo branco, de adubo e aldrin. Eles plantavam a muda de eucalipto já com uma mão de adubo e de aldrin. Era um pó branco, ficava parecendo uma fazenda de gado. Toda cabeceira de água que tinha na chapada aí tinha um viveiro. Onde caiu veneno nas águas, os peixes morreram tudo. Aqui na região tinha muita, mas muita abelha, também sumiram tudo por causa do veneno”.

Muitos agricultores relataram que têm notado uma crescente nos casos de adoecimento na região, especialmente por câncer. A causa atribuída pelos agricultores é a contaminação da água, do solo e do ar pelos agrotóxicos utilizados pela Aperam no monocultivo de eucalipto. Para além do adoecimento físico, muitos entrevistados relataram o adoecimento mental das famílias camponesas da região. A chapada também era lazer: era comum toda a família ir para a chapada para coletar frutos e nadar nas veredas, muitas vezes acompanhadas dos vizinhos.

“*Era uma diversão*”, relatam. O cercamento da chapada e o secamento das águas impactou também na saúde mental das pessoas, que guardam memórias afetivas e lembram com muito lamento da natureza, da terra, da água e até da vida comunitária que se perdeu: “*impactou demais o psicológico das pessoas ver a chapada desse jeito, muita gente ficou ruim da cabeça*”.

Uma família entrevistada foi expropriada das suas terras na década de 1980, sem qualquer indenização por parte da Aperam. Os agricultores foram obrigados a viver na cidade, sem sequer ter onde morar. As dificuldades enfrentadas deixaram sérios problemas psicológicos em toda a família:

“A empresa tomou foi tudo de nós. A terra do meu pai ficava próxima a Vereda do Tanque. Nós tinha documento de 30 hectares, mas se fosse olhar, dominava mesmo uns 500 ou mais de área da chapada. O Guinu veio, falou que era da Aperam, ficou pressionando meu pai até que fez um acordo com ele para pagar ele em 30 dias. Nós éramos 10 filhos, fomos tudo pra Capelinha esperando o pagamento, mas a empresa nunca pagou. A gente perdeu a terra toda, a empresa meteu eucalipto e fez uma represa. Moço, a gente passou dificuldade demais. Da família nossa, todo mundo sofre de ansiedade e depressão, e é tudo por causa do que a gente passou, por conta dessa empresa. Ela roubou nós”.

A derrubada da chapada acarretou, também, na perda da biodiversidade e no desequilíbrio completo do ecossistema local. Agricultores relatam que a chapada abrigava uma diversidade enorme de animais, como tatu, ema, veado, cutia e jacu, além de uma centena de plantas medicinais, madeira e árvores frutíferas, que serviam de abrigo e alimento para os bichos. Contam que com o desmatamento, muitos animais foram mortos. Os que não morreram, foram embora: “*se os meninos quiserem conhecer um tatu hoje, é só de livro. A cantiga da perdiz eu tenho ela na cabeça, hoje nem existe mais*”.

A privatização da terra e da água resultou, ainda, em grandes perdas econômicas para os camponeses do Alto Jequitinhonha. O abastecimento e o comércio local de frutos e demais produtos foi duramente impactado. Os relatos apontam que com a perda da solta comum e o ressecamento das grotas, a maioria dos agricultores teve que se desfazer das criações de maior porte. Hoje, precisam comprar uma série de coisas que antes estavam disponíveis na natureza ou eram facilmente produzidas em suas terras. Sem a solta, com a redução da umidade e da fertilidade das grotas, a mortandade dos peixes, o desaparecimento dos animais de caça, a proibição de pegar lenha e a derrubada das frutíferas e das medicinais, surgiram gastos com alimentos, carne, madeira e medicamentos que antes praticamente não existiam.

Os cercamentos promovidos pela Aperam - à época não só com apoio, mas com a face direta do Estado - trouxeram inúmeras consequências negativas para o campesinato do Alto

Jequitinhonha: terra, água, biodiversidade, saúde (física e mental) e economia são só algumas das mais sentidas pelas famílias. É por isso que, para um dos entrevistados, “*a chegada da firma foi a maior tragédia que já ocorreu na região*”.

Estratégias empresariais no conflito maquiado

A todo tempo, a empresa busca se desvincular da vasta bagagem de devastação deixada sobretudo no cerrado e nas águas do Alto Jequitinhonha, mobilizando uma série de discursos e estratégias para se legitimar junto à população local e às instâncias públicas, silenciar as críticas, maquiar os conflitos e, assim, ganhar cada vez mais espaço para expansão do seu negócio.

Segundo a Aperam, suas atividades são baseadas nos três pilares da sustentabilidade: “ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável”. Essas “boas práticas de mercado” a levaram a receber certificações ambientais, como os selos da ISO 14001 e do Forest Stewardship Council - FSC, este considerado um dos principais sistemas de certificação florestal no mercado internacional. Para obtê-lo, a empresa deve obedecer aos princípios e critérios do FSC, que inclui o bom relacionamento com a comunidade, o respeito aos direitos dos povos e o manejo sustentável da floresta.

O discurso da sustentabilidade é central nesse jogo. Com frequência, nas escolas, nas associações comunitárias, nos programas de rádio, nas redes sociais e em vários eventos realizados na região, a Aperam desenvolve palestras e atividades relacionadas à educação ambiental, à proteção dos recursos hídricos, à prevenção de incêndios, reciclagem e uma diversidade de temas atinentes ao meio ambiente. O discurso, por óbvio, é bastante esvaziado: não contempla a verdadeira raiz do problema, atribui o secamento dos cursos d’água à falta de chuva e até ao “manejo incorreto” da população local.

A maquiagem do bom relacionamento com as comunidades também é um trunfo utilizado pela empresa para se legitimar perante a opinião pública e as certificadoras. Em 1994 a empresa criou a Fundação Aperam Acesita, que, nos termos da própria empresa, “tem a missão de promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades onde a Aperam South America e Aperam BioEnergia mantém suas principais atividades”, patrocinando projetos junto às comunidades em quatro grandes áreas: educação, cultura, meio ambiente e promoção social. Em 2024, foram cerca de R\$700.000,00 distribuídos por 30 projetos desenvolvidos no Vale do Jequitinhonha, uma crescente comparada com anos anteriores. São várias as frentes de atuação da empresa de incidência nas comunidades e nos

espaços públicos da região, no intuito de se autopromover e cultivar uma imagem positiva de responsabilidade social e ambiental. Sobre esse *modus operandi*, relatam os agricultores:

“A Aperam não sai de cima do povo. Tem comunidade que já se vendeu pra ela, mas é muito difícil, a vida aqui tá difícil e toda hora ela procura a gente pra fazer uns agradados. É assim, ela chega nas comunidades, reúne com as associações, oferece um pedacinho de terra, adubo, calcário, madeira, mudas, doa lenha para o pessoal do artesanato, patrocina os torneios de futebol da cidade. Vai dando umas mixarias pro povo. Aí onde ela faz esses projetinhos ela coloca a imagem dela”.

É impossível andar pela região de Turmalina, Veredinha, Minas Novas, Itamarandiba e Capelinha e não se deparar diversas vezes com o nome da Aperam, tanto na zona rural, quanto na zona urbana.

Imagem 5: Patrocínio da Aperam no estádio municipal de Turmalina/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Imagem 6: Publicidade da Aperam na placa de indicação da comunidade Campo Buriti, Turmalina/MG.



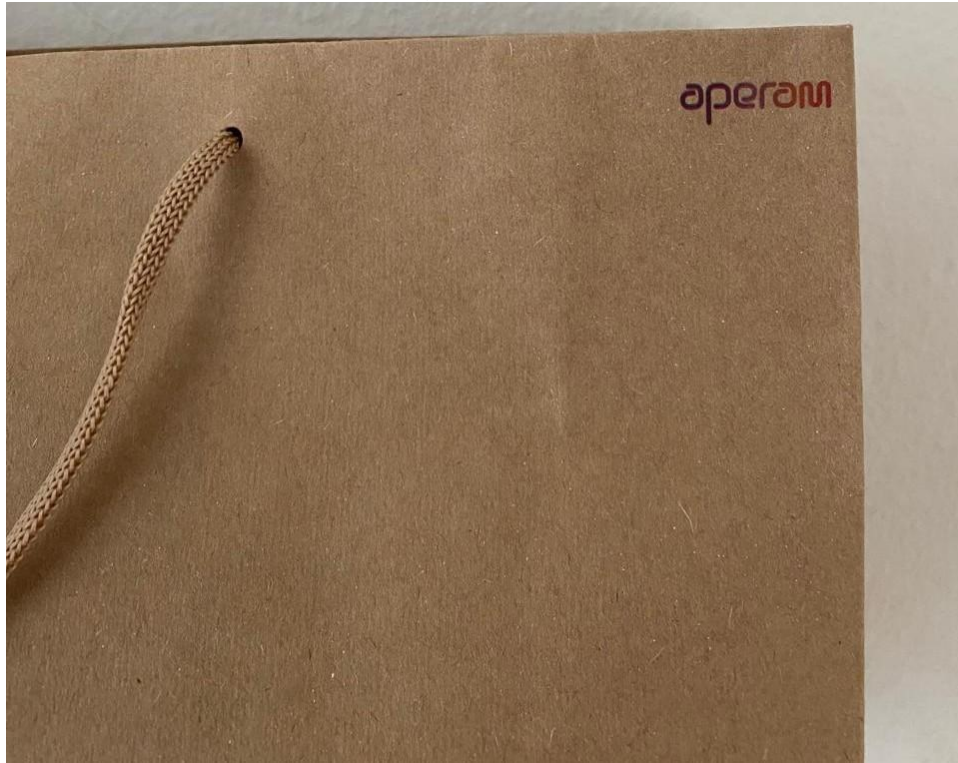
Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Imagem 7: Publicidade da Aperam na placa do salão de festa da comunidade Campo Alegre, Turmalina/MG, construído com apoio da Fundação Aperam Acesita.



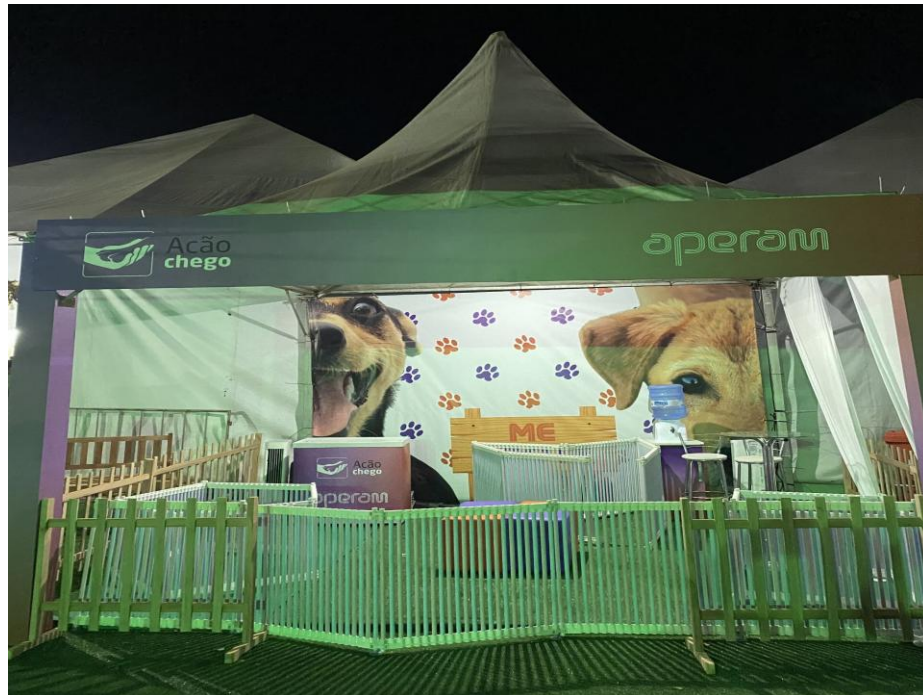
Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Imagem 8: Publicidade da Aperam na sacola de embalagem do tradicional artesanato da comunidade Campo Buriti, Turmalina/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Imagem 9: Stand da Aperam reservado para cachorros, no evento Minas de Negócios, em Turmalina/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Essas ações são ardilosamente utilizadas pela empresa para se desvincular dos efeitos devastadores deixados pela monocultura de eucalipto na região e para maquiagem o intenso cenário de conflito decorrente das tomadas das terras camponesas. Os agricultores bem sabem que todos esses “*agradados*” feitos pela Aperam “*não são de graça*”. Contam que “*cada coisa que eles fazem, pegam a assinatura da associação e mostram lá para fora*”. Ou seja, todas as “ações sociais” da empresa são convertidas em benefícios para a própria empresa, seja em razão da “boa imagem” que fica para a população local, seja para demonstrar sua “responsabilidade social” como requisito para renovação das suas certificações.

O processo de emissão do certificado pelo FSC foi assim observado por Almeida (2018, p. 89):

Ele não emite diretamente certificados, mas credita certificadoras, que por sua vez negociam com as empresas do ramo florestal, realizam os procedimentos para emissão do certificado que garante à empresa contratante a concessão do uso do selo FSC em seus produtos. Vejamos que este é um processo de negociação, cuja análise sobre os procedimentos ambientais é realizada por uma empresa contratada pela interessada no selo.

Assim, todo o rastro de destruição socioambiental que a Aperam tem deixado na região parece ser ignorado pelas certificadoras, o que coloca em xeque a confiabilidade das “encomendadas” certificações obtidas pela empresa. Analisando por esse prisma, o vazio discurso de sustentabilidade, de relação amigável com as comunidades e os selos ambientais obtidos pela Aperam não passam de instrumentos estratégicos para dar legitimidade social e ecológica para a empresa e ainda abrir novos nichos no mercado internacional. Nesse sentido, como explica Löwy (2010, p. 38), “o pretense capitalismo verde não passa de uma manobra publicitária, uma etiqueta buscando vender uma mercadoria, ou, no melhor dos casos, uma iniciativa local equivalente a uma gota d’água sobre o solo árido do deserto capitalista”.

Estratégias camponesas no conflito escancarado

Com a chegada das firmas de eucalipto nos anos 1970, os camponeses do Alto Jequitinhonha se viram obrigados a adotar diversas estratégias de resistência e adaptação à nova realidade imposta. Almeida (2018) lembra a luta pela terra realizada por camponeses das comunidades de Mato Grande e São Miguel, em Turmalina, liderada por Vicente Nica, em 1977, travada contra fazendeiros e intensificada com a chegada das empresas, que culminou na vitória dos posseiros. Silva (2019, p. 66) também conta que a área da comunidade de Campo Buriti, do município de Turmalina, “só não foi totalmente tomada pela empresa porque a

comunidade tinha feito um campo de futebol e tiveram moradores que resistiram e exigiram a não ocupação pela empresa”.

Em 1994, os camponeses organizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, com apoio da Igreja Católica e outras organizações não governamentais - ONG's da época, criam o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV, em resposta aos desafios postos para o campesinato local sobretudo pela privatização das terras e das águas pelo eucalipto. Desde então, o CAV vem desenvolvendo uma série de projetos na região do Alto Jequitinhonha, notadamente ações de captação e armazenamento de água da chuva em parceria com a Articulação Semiárido Brasileiro - ASA, recuperação e conservação de fontes naturais, implementação de hortas agroecológicas, sistemas agroflorestais, organização e incentivo de feiras livres, apoio ao artesanato, à apicultura, dentre várias outras ações.

Desde 2015, as comunidades da região da Chapada das Veredas se organizam na chamada Rede de Parcerias, um movimento que congrega uma diversidade de sujeitos, em especial as seis comunidades que margeiam a chapada (Campo Buriti, José Silva, Gentio, Campo Alegre, Poço d'Água e Cabeceira do Tanque), o CAV e as instituições públicas de ensino (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG). As ações da rede visam apoiar as lutas camponesas da região, seja através da realização de seminários e outros eventos de mobilização social e problematização dos efeitos do monocultivo de eucalipto - como a Semana Chapada das Veredas e o Curso de Formação de Professores em Sociedade e Ambiente no Território do Alto Jequitinhonha - também como forma de fazer frente à manipulação da opinião pública pela empresa, seja através de realização de pesquisas, trabalhos investigativos, denúncias e ações de contraposição para enfrentamento aos expropriadores.

Outra estratégia crescentemente utilizada pelas comunidades é o autorreconhecimento identitário e a certificação enquanto “comunidade tradicional” junto aos órgãos públicos. A obtenção dessa certificação abre para as comunidades a possibilidade de disputar uma série de direitos previstos em lei, com o próprio direito à terra e ao território. Algumas comunidades se reconhecem enquanto “remanescentes de quilombo”, cuja história, identidade étnica e territorialidade remete à história da escravidão e à luta por liberdade dos seus antepassados. Um dos agricultores da comunidade Campo Alegre relatou:

“Pelo que to vendo, o melhor caminho pra gente agora é conseguir certificar como comunidade tradicional e quilombola. Até hoje aqui na comunidade tem uma cerca de pedra, do tempo dos escravos, o povo mais antigo nosso que fez, os antepassados né? Nossa história tem tudo a ver com a história dos quilombolas”.

Aquelas que não se reconhecem enquanto “quilombolas”, buscam a certificação identitária enquanto “groteiras-chapadeiras”, já que, de acordo com uma agricultora da comunidade de Campo Buriti, “*não dá para viver da grota sem a chapada*”. Essa identidade remete ao modo de vida e ao sistema produtivo tradicional da região do Alto Jequitinhonha, combinando o uso privado da grota e o uso comum das chapadas, que foi duramente impactado pelas tomadas de terras.

A relação conflituosa entre a Aperam e a população se expressa de diversas formas, sendo uma delas na via judicial. Moura (1998) e Almeida (2018) destacam que, se antes os processos de negociação ou mesmo de enfrentamento se davam diretamente na porteira da fazenda, com a substituição da figura do fazendeiro pela figura da grande corporação essa arena de conflitos também mudou: “atualmente a rota se direcionou ao fórum da comarca local” (Almeida, 2018, p. 104). A Tabela 6 aponta a existência de pelo menos 180 conflitos envolvendo a Aperam que foram judicializados nas comarcas locais, incluindo ações possessórias, ações de indenização e execuções fiscais¹⁸.

Tabela 6: Processos judiciais envolvendo a Aperam nas comarcas da RGI de Capelinha.

Comarca	Número de processos	Percentual (%)
Minas Novas	57	31,67
Itamarandiba	51	28,33
Turmalina	40	22,22
Capelinha	31	17,22
Montes Claros* ¹⁹	1	0,56
Total	180	100,00

Fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Elaborado por Rodolfo Ribeiro Souza e Bruno Pêgo (2025).

¹⁸ Esses números não são absolutos. Foram pesquisados somente processos virtualizados, de forma que ações judiciais mais antigas que não foram transformadas em processo eletrônico não foram incluídas. Assim, os números tendem a ser maiores.

¹⁹ Optou-se por incluir na tabela um processo judicial da comarca de Montes Claros em que foi questionada a propriedade das terras da Aperam no Alto Jequitinhonha e a legalidade do acordo de compra e venda realizado com o Estado de Minas Gerais.

A Tabela 7, por sua vez, demonstra que grande parte das ações judiciais envolvendo a Aperam foram ajuizadas num período recente, especialmente nos últimos 5 anos, o que aponta para um acirramento dos conflitos, apesar dos esforços da empresa em escondê-los. A Aperam figura como parte ré em cerca de 65% desses processos, ou seja, a empresa tem sido cada vez mais demandada. O conjunto desses dados indica que a via judicial tem sido uma das estratégias utilizadas pelas famílias agricultoras para responsabilizar a empresa pelos danos causados a si e para reaver seus direitos violados.

Tabela 7: Classificação dos processos envolvendo a Aperam nas comarcas da RGI de Capelinha por período/ano de distribuição.

Períodos / Anos	Número de processos	Percentual (%)
2020–2024	78	43,33
2015–2019	40	22,22
2010–2014	40	22,22
2005–2009	16	8,89
2000–2004	3	1,67
1995–1999	1	0,56
1989–1994	2	1,11
Total	180	100,00

Fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Elaborado por Rodolfo Ribeiro Souza e Bruno Pêgo (2025).

Contudo, como lembra Scott (2002), a maior parte das ações de resistência camponesa acontecem de maneira silenciosa, diária e cotidiana. Segundo os relatos dos agricultores entrevistados, desde que a chapada foi tomada por eucaliptais e o uso comum para solta do gado e extrativismo se perdeu, muitas famílias passaram a coletar os resíduos - como galhos e tocos - deixados após o corte do eucalipto para usar como lenha ou para fazer um pouco de carvão: *“essa virou a principal fonte de renda de muita gente aqui da região, foi o que sobrou para fazer depois que eles (a Aperam) tomaram tudo”*.

Contam os entrevistados que por muitos anos a Aperam fez *“vista grossa”* à essa prática, já que o resíduo do eucalipto não tinha valia alguma para a empresa. No entanto, nos últimos 3-4 anos a empresa mudou totalmente seu comportamento, contratou ex-policiais para

compor seu corpo de segurança privada e passou a perseguir e reprimir violentamente os agricultores que, segundo a empresa, estavam “furtando” madeira de sua propriedade. Mas na visão dos agricultores, a coleta dos resíduos é um direito, já que, conforme relataram: “a chapada era nossa e ela roubou de nós. Se tem algum ladrão aqui é a Aperam, a gente só tá pegando o que é nosso por direito”.

Um dos entrevistados denuncia que os seguranças armados da empresa:

“passaram a perseguir o povo só de passar na chapada. Olha isso, nós perdemos até nosso direito de andar na chapada. Se a gente sobe a chapada, já tem uma moto ou um carro atrás da gente, não importa se tá só indo para a cidade ou caçando mangaba, pequi.”

Expropriados de suas terras, sem acesso à água e, agora, sem poder coletar o resíduo, algumas pessoas atingidas pela empresa e muito revoltadas passaram a incendiar os eucaliptos, numa clara contestação às ações da Aperam.

Imagem 10: Eucaliptal da Aperam incendiado, em Turmalina/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Em resposta, a empresa passou a se utilizar da força econômica e política que detém na região para intimidar e criminalizar os agricultores. O maior reflexo disso, até então, é a

megaoperação policial realizada em outubro de 2025, que mobilizou mais de 120 agentes públicos estaduais e federais, dentre policiais civis, militares, e agentes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A operação resultou na prisão de mais de 10 agricultores, enquadrados nos crimes de roubo, incêndio e organização criminosa. A desproporcionalidade entre o tamanho da operação (e a quantidade de recurso público despendida), a gravidade das imputações penais e o perfil dos sujeitos criminalizados revoltou as famílias da região, que atribuem as prisões à Aperam e seu poder de cooptação das instituições do Estado.

Esse processo remete ao que Marx (2017) há muito tempo já denunciava sobre a incorporação do Estado aos interesses privados e o uso do direito burguês para criminalizar práticas camponesas consuetudinárias, por meio das chamadas “leis do furto de madeira”. Essas leis, editadas na Alemanha no século XIX, buscaram punir quem adentrasse nas matas e bosques privados - antes comuns - para coletar galhos e gravetos do chão, uma prática tradicional dos camponeses para cozinhar seus alimentos e se esquentar do frio do inverno. A lei tipificava como roubo o costume da população, punindo severamente com prisão, multa e até prestação de serviços forçados para o “proprietário”. Dessa forma, o autor evidenciava as diferentes concepções de domínio e o uso do direito estatal como instrumento de proteção da propriedade privada, em detrimento do direito consuetudinário dos camponeses. Sobre as tomadas de terras e a criminalização das práticas costumeiras, de maneira bastante similar com o caso das famílias camponesas expropriadas, perseguidas e presas do Alto Jequitinhonha, Marx destacava:

o povo do campo, tendo a sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura (Marx, 1983, p. 358).

Assim, em que pese os vários esforços da Aperam para transparecer uma relação amistosa com a população, a realidade é outra: terras tomadas, concentração fundiária, águas ressecadas e contaminadas, pessoas perseguidas e presas, centenas de processos judiciais nas comarcas locais. Após cinco décadas de expropriações, as comunidades do Alto Jequitinhonha não desapareceram, pelo contrário, permanecem no território em estado contínuo e diário de resistência, se reinventando a todo momento para construir estratégias - seja de enfrentamento, seja de adaptação - a fim de conservar ou recuperar suas práticas e costumes tradicionais.

6.2 A Sambaíba, no Médio São Francisco

O território

A Sambaíba é uma comunidade rural habitada por cerca de 50 famílias, localizada a 22km da sede municipal de Januária, à margem esquerda do Médio rio São Francisco. A comunidade se localiza numa região de “terra mista”, composta por mata e *gerais*, nas proximidades das veredas e dos riachos.

A mata, explicam agricultores da região (Ribeiro, 2010, p. 160), “é uma mancha de terra boa no meio de uma área do cerrado, da terra fraca do cerrado”, uma área onde se encontra árvores de porte maior e onde terra é mais fértil e propícia para lavoura, também chamada de capão.

No *gerais*, as árvores são de menor porte, o solo é menos fértil e a terra não é tão propícia para lavoura. Por outro lado, é uma área muito rica em frutos, como a cagaita, o coquinho azedo, pequi, cajuzinho e o panã. É no *gerais* também que ficam as águas, como o Riacho das Pedras e o Tatá, afluentes do rio dos Cochós, que por sua vez é um subafluente do rio São Francisco, que abasteceu durante anos as famílias da Sambaíba e das comunidades próximas, como explicam:

No cerrado tem a vereda. Por exemplo: o rio dos Cochós, de Sambaíba para cima, é tudo vereda, a vereda é praticamente dominante. Vereda é uma parte baixa do terreno, é como se fosse a vazante. Da Sambaíba para baixo é o mesmo rio; mas aí você já não vê na beira desse rio a mesma coisa que vê lá em cima, a vereda, porque vai virando mata, e o que tem na vereda não tem nessas áreas de terra forte. Então a vereda praticamente indica um tipo de terra: quanto mais cerrado, aí sim, você vai encontrar mais vereda. Na vereda a terra é fraca e ali são as águas que formam aquele baixio. Vereda geralmente tem nascente (Antônio Justiniano & outros, 2010, p. 159).

Relatam os agricultores que no *gerais* havia áreas ou “pontas” que pertenciam a determinadas famílias, normalmente por força de direitos de herança, de “*documento dos antigos*”. O domínio privado de uma família era determinado pela cerca, o que era raro em área de chapada. O senhor José Martinho explicou que “*cercado mesmo era só os quintais e a lavoura, mas acontecia às vezes a pessoa ter um documento de herança, um direito sobre uma área da chapada, mas se não cercava, estava dentro do comum*”. Apesar de não serem cercadas, as áreas de *gerais* eram amplamente dominadas pelos moradores para extrativismo de madeira, lenha, frutos e, sobretudo, para a solta do gado.

Nesse sentido, seu Murilo relatou que:

“Tinha gente que se apossava de algumas áreas, fazia uma roça e fechava, se não tinha dono ninguém criava caso. Onde a terra não era escriturada, era terra devoluta, a pessoa chegava, plantava sua rocinha e ninguém dizia nada, só fechava para o gado não passar. A cerca era o documento”.

Segundo relatos de seu Lourival e dona Juscelina, na região a maioria das pessoas vivia no interior das fazendas, como agregados:

“Antigamente, mesmo antes das empresas, tinha muita briga de terras entre fazendeiros. Quem tinha dinheiro tirava mais terra, porque podia pagar agrimensor e fazer cerca. O pobre, que não tinha dinheiro, ficou tudo de agregado. O patrão dava a terra e a casa para morar, tinha que plantar o que o patrão mandava, “na meia”. Isso acontecia principalmente próximo aos riachos e nos brejos, o patrão dava a semente e a terra, o que era colhido era dividido. Tinha patrão que era melhor, outros eram mais exploradores. Mas o agregado também podia ter plantação e criação própria, não tinha muito problema não.

Explica seu Antônio Justiniano que, no geral, *“a relação do agregado com o fazendeiro era mais tranquila”*:

“A maioria das pessoas morava na terra de uma pessoa que tinha documento, o fazendeiro. Mas a maioria desses fazendeiros tinha a fazenda só pelo documento, mas não tinha tanto controle. A gente lá de casa mesmo vivia de agregado. Tinha quintal, roça, criação, sem precisar dividir. A produção era bem grande”.

A prática de criar gado na solta - de domínio comum - não era restrita aos pequenos agricultores tradicionais, mas se estendia também a grandes fazendeiros. Contam os agricultores que o gado do vaqueiro, do agregado e do fazendeiro era criado tudo junto, na solta. Só prendia o gado quando a vaca ia parir, quando o gado ficava magro ou quando era necessário cuidar de alguma doença. Essa forma de manejo do gado nas áreas de uso comum possibilitou que famílias como a do seu Antônio pudesse ter grandes criações, mesmo vivendo como agregado, como relata: *“meu pai mesmo não tinha um palmo de terra para falar que era dele, mas chegou a ser dono de até 80 cabeças de gado”*.

Segundo seu Murilo: *“não havia regra de quantidade de gado para soltar. O fazendeiro e o agregado soltavam o gado tudo junto. Ninguém precisava consultar ninguém, só soltava”*. O agricultor explica que, segundo as normas costumeiras, as áreas de bebida do gado também eram comuns, insuscetíveis de cercamentos: *“a bebida também era livre, não tinha regra de ‘aqui seu gado não bebe’. Todo mundo tinha acesso à água. Não tinha negócio de ninguém ir pedir água. Nunca ninguém cercou bebida de ninguém, se cercasse ninguém aceitava”*.

Da mesma forma, conta seu Antônio que:

“essa área de gerais aí era tudo aberto, era comum. Qualquer pessoa podia usar. Inclusive, o nome do rio dos Cochos é porque todo lugar próximo ao rio tinha um cocho com sal para o gado que vinha beber. Vinha gado de criador de um monte de comunidade aí da região. O gado do Tejuco mesmo subia aqui pra Sambaíba para beber água direto. Tinha outras bebidas no riacho das Pedras, outra no Tatá, ia por aí afora”.

Quando o criador de gado precisava procurar o seu rebanho no *gerais*, ele já sabia exatamente aonde ir. Cada rebanho tinha o seu *logradouro*, “um território que reunia o mínimo de condições de sobrevivência, como sejam pastagens abundantes, aguada com acesso franco, sombra fresca de arvoredos para o refrigério dos meio-dias queimosos” (Bernardes, 1995, p. 34), onde o gado costumava pastar.

Na região, o manejo do fogo era uma prática recorrente e estratégica para os criadores de gado na solta. As queimadas, conduzidas de maneira controlada e regulada, favoreciam a renovação do pasto e da vegetação nativa. É o que conta seu Lourival:

“Antigamente a gente usava o fogo para renovar o pasto nessa época de agosto, setembro, porque já sabia que a chuva ia chegar e não morria pau nenhum. Tinha uma vegetação chamada “macambira”, que parecia uma folha de abacaxi, botava fogo nela e quando vinha as chuvas ela brotava e o gado comia. Aquilo era muito bom pro gado”.

Durante anos, esse manejo tradicional que combinava usos privados e comuns sustentou a agricultura no *gerais* sanfranciscanos, mas também foi impactado pelas tomadas de terras e águas promovidas pelo capital público e privado nos tempos da “modernização” agrícola.

A expropriação

A chegada das cercas no *gerais* teve início na segunda metade da década de 1970. Plantar S.A, Sobar S.A Reflorestamento e Agrocen AgroFlorestal são algumas das primeiras firmas que chegaram na região, levantando cercas, derrubando o cerrado e plantando eucalipto. No *gerais* utilizados pelas famílias da Sambaíba e comunidades vizinhas foi a HPicchioni Agro Pastoral Ltda. quem conduziu esse processo.

De início, a firma mandou um representante para abordar as famílias e negociar as terras, popularmente chamado de “Zequinha”, vindo da Bahia. Alguns falam que ele era gerente, outros que era um corretor ou mesmo advogado da empresa. A função que ele exercia perante as famílias englobava tudo isso. Era ele quem, em nome da firma, “*ia de casa em casa, desde o Tejuco até a Sambaíba*”, avaliando quem tinha documento de terra, sobretudo na área de *gerais*, e quem tinha interesse em vendê-la. Era a própria firma quem providenciava a medição da terra, dava o preço, fazia o contrato e registrava em cartório. Segundo os entrevistados, muita

gente vendeu terra para a empresa na época. Essa venda, no entanto, não era voluntária, mas carregava uma dose de coação, já que a narrativa era que caso não vendessem, as famílias perderiam as terras, pois se tratava de “terras devolutas”. É como relata seu Murilo:

“Esse rapaz, Zequinha, gerente da empresa, um baiano, vinha sempre na casa do meu pai para comprar a terra nossa. Falava “João, essa firma vai fechar tudo, é melhor vender”. Falava que era terra devoluta e que a empresa já tinha comprado, e que ia cercar, que era melhor vender, senão a gente ia perder. Falava que era coisa boa, era bom para a região, que ia desenvolver”.

A maioria dos moradores que tinha documento na área de interesse da empresa acabou vendendo, mas algumas famílias se recusaram. É o caso da família do próprio seu Murilo, do seu Pedro Afonso e dos “Pacheco”, como é conhecida a família de dona Maria de Lourdes, a dona Lurdinha. Em alguns casos, a firma respeitou a negativa dos agricultores, é por isso que, como diz seu Lourival, o documento da terra ficou cheio de “voltas” e “pontas”, “é de gente que ela não conseguiu comprar, aí ficou assim”. Em outros casos, as terras foram griladas pela empresa, como conta a família do seu Pedro:

“Meu pai não quis vender e acabou tendo muito problema com a empresa. Ele comprou uma área, ainda não tinha passado o documento, aí a empresa ‘comeu’ uma boa parte dela e cercou. Tem uma ação na justiça pra gente ser indenizado, está correndo até hoje e nada ainda. Outro problema foi uma lavoura boa de arroz que a gente tinha que a empresa destruiu com o desmate. Meu pai levou para o sindicato, que mediou uma indenização com a empresa”.

Aliás, os agricultores relatam que a maior parte das terras cercadas pela empresa não foram compradas, mas griladas: “a prática da HPicchioni era assim, comprava aqui e cercava aqui mais ali. Às vezes o cara tinha 30 hectares no documento, a empresa vinha, comprava e cercava 100 hectares, foi fazendo assim. Depois fazia retificação de área e regularizava tudo”. Grande parte das terras “a mais” cercadas pela empresa era o que os moradores locais chamavam de “terras de ausente”, terras que não tinham documento: “as que apareceu dono eles compraram, as que não apareceu eles cercaram”.

Essa área, esse terreno, era tudo terra de ausente. Então os proprietários, as áreas de terra deles iam até uma certa altura, terminavam, e do limite pra lá era tudo terra de ausente. Aí a firma chegou e disse: "Presente!". Aí o que eles fizeram: compraram alguns pedaços de terra na Cabeceira e embrulharam os proprietários, dizendo que iam trazer melhoria pra região, e os proprietários foram na conversa e venderam as áreas de terras para eles.

Com isso eles cercaram a terra de ausente, todinha. Porque as terras de ausente eram terras que não tinham dono, na verdade. Chama retificação de área, burocraticamente falando. Você pega uma área pequenininha, procura o vizinho, você faz retificação: "Você é dono?"; "Não!"; "Então é meu!". Na época tinha famílias que moravam nessa terra de ausente. A firma veio, cercou tudo, e as famílias jogaram o galo de briga nas costas e mudaram para a cidade. E elas tomaram conta de tudo (Antônio Justiniano & outros, em Ribeiro, 2010, p. 187).

O Estado não só foi conivente com o saque das terras e recursos naturais, como foi agente ativo nesse processo. O discurso do desenvolvimento e da geração de emprego para a região foi abraçado pelo poder público local como algo necessário e inevitável: “*o povo achava bonito, porque achava que progresso e desenvolvimento era só na cidade, que não chegava aqui na roça*”. A prefeitura ajudava a patrolar as estradas e a Ruralminas, conta Correia (2008, p. 06), “fez um verdadeiro trabalho de grileiro”: negava os documentos dos agricultores, titulava as terras para as empresas, orientava cartórios a adotarem o discurso e a prática “modernizadora”, afinal, “a modernização chegava aos sitiantes com a face da Ruralminas” (Ribeiro, Galizoni, 2007, p. 121).

Ao final, cerca de 15 mil hectares de terras camponesas foram privatizados pela HPicchioni, dando origem a uma nova designação social para a área: o “*gerais da firma*”. Com as cercas vieram os tratores e os correntões, desmatando vastas áreas de cerrado e substituindo a vegetação nativa por eucalipto, como relata seu Murilo: “*esse gerais tinha muito capão, madeira boa, eles vieram com tratorão, esteira, corrente e quebrou tudo aí. Foi um prejuízo viu, tanta sucupira, aroeira, pequizeiro, muita madeira de obra, madeira de lei, perdeu tudo*”.

No início, muitos postos de trabalho surgiram, pois a maior parte das atividades relacionadas ao plantio do eucalipto eram manuais, o que animou os agricultores, já que “*antigamente, ninguém tinha salário*”. Mas a atividade da empresa durou muito pouco, cerca de 6 ou 7 anos, como dão conta os entrevistados. A HPicchioni cercou, desmatou, fez carvão com a mata nativa e plantou eucalipto, mas sequer veio a colhê-lo. “*O eucalipto não vingou na região*”, relatam, seja em razão do ataque das formigas que consumiam os pés plantados, seja porque “*a terra era muito quente*”: a alta evapotranspiração era incompatível com a quantidade de água que essa cultura demandava.

Rapidamente a empresa abandonou suas atividades de monocultura na região, e muita gente “*puxou carro*” atrás dela, expressão utilizada pela família de seu Pedro, seu Antônio e seu Francisco para se referir ao movimento de migração para as cidades daquelas famílias que venderam terra para trabalhar na empresa, e ao final, ficaram sem terra, sem água e sem emprego.

Frustrado o monocultivo de eucalipto, a HPicchioni desinstalou seu escritório na região e foi sucedida na terra pela empresa Interlagos Siderurgia Ltda., sediada em Sete Lagoas/MG. Posteriormente, o domínio jurídico-legal da terra foi transferido para a Rovimar Agropecuária Ltda., sediada em Belo Horizonte/MG. Por sua vez, a Rovimar alienou a terra para a Calsete

Empreendimentos Ltda, também de Sete Lagoas. Em dezembro de 2006, a Calsete transferiu a terra para dois compradores oriundos do município de Tupaciguara/MG, pelo valor de R\$2.600.000,00. Somente um mês depois, em janeiro de 2007, o mesmo imóvel foi transferido pelos compradores para duas firmas do mesmo grupo econômico, a Usina Frutal Açúcar e Álcool S.A, sediada em Frutal/MG, e Usina Moema Açúcar e Álcool Ltda, sediada em Orindiuva/SP, pelo valor de R\$6.475.750,00. Ou seja, no período de um mês, a dupla de atravessadores obteve um lucro de 149%, sem qualquer trabalho realizado na região.

Aliás, de todas as empresas que sucederam a HPicchioni no domínio jurídico-legal da terra, somente a Interlagos e a Calsete chegaram a desenvolver algum tipo de atividade na área, ainda assim muito tímida, limitada ao carvoejamento de uma parcela do cerrado por curto período, sem novos plantios de eucalipto e sem a criação de postos de trabalho. Essas informações extraídas dos registros imobiliários da terra, em conjugação com os depoimentos dos agricultores, revelam a transformação da terra enquanto meio de produção e reprodução social, dominada por usos tradicionais e regulada por normas costumeiras por anos consolidadas, em um mero ativo patrimonial, uma reserva de valor, passível de compra e venda, cujo valor não mais é definido pelo trabalho nela desenvolvido, mas pela sua capacidade de valorização abrupta ditada pelo mercado financeiro e imobiliário.

A terra, privatizada e transformada em mercadoria, passou a ter outras utilidades para os empresários que não o trabalho. Uma delas foi a transformação de parte da área em reserva legal, como forma de neutralizar passivos ambientais deixados por seus empreendimentos. Outra foi a sua abertura para o mercado especulativo, com foco na valorização e no lucro rápido. E ainda, a sua utilização para integralização do capital social²⁰ das empresas, notadamente da Usina Frutal Açúcar e Álcool S.A e da Usina Moema Açúcar e Álcool Ltda., onde a própria terra é convertida em capital e usada como instrumento para sua reprodução.

Efeitos e mudanças

Os cercamentos das terras comunais deixaram uma série de consequências sociais, econômicas e ambientais para as comunidades rurais do Médio São Francisco. A Tabela 8 aponta que desde os anos 1970 já havia na região uma concentração fundiária. Isso pode ser constatado pelo dado de que mais de 40% da área era dominada por somente 1,56% dos

²⁰ A grosso modo, o capital social de uma empresa diz respeito ao valor que os sócios devem investir para fundação e manutenção da instituição.

estabelecimentos de acima de 1.000 hectares, enquanto 76% dos estabelecimentos rurais, de até 100 hectares, dominavam somente 18% da área.

Tabela 8: Distribuição fundiária no Médio São Francisco (RGI de Januária)²¹ nos anos de 1970, 1995 e 2017.

Tamanho	1970		1995		2017	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Até 100 hec	76,38	17,86	86,2	15,97	90,78	20,00
100 a 1.000 hec	22,10	40,77	12,15	25,81	7,88	23,98
Acima de 1.000 hec	1,56	41,36	1,65	58,22	1,34	56,02

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1995 e 2017. Elaborado por Bruno Pêgo (2025).

Apesar dessa aparente concentração excluir o camponês do domínio jurídico-formal da terra, isso não o impedia necessariamente de acessá-la. Os agricultores entrevistados contam que “*sempre tinha uns maiores e uns menores que outros*”, mas que “*todo mundo, quem tinha terra e quem não tinha, criava gado na solta*”. É o caso do seu Antônio, cuja família vivia de agregado, e mesmo sem ter o domínio jurídico-legal da terra criava até 80 cabeças de gado. Havia contraprestações a serem realizadas por morar nas terras do fazendeiro, como a divisão da colheita “na meia” e a prestação de outros serviços na fazenda. Tinha casos que “*o fazendeiro era mais explorador*”, gerando mais conflitos, mas em geral à família era permitido ter seu próprio quintal produtivo e suas próprias criações, as quais não precisava dividir, o que possibilitava a ela se reproduzir social e economicamente, sem maiores complicações.

Os dados da Tabela 8 apontam que, após os cercamentos, houve um aumento da quantidade de pequenos estabelecimentos, o que não foi acompanhado pela democratização da terra, já que apesar de 90% dos estabelecimentos da região serem até 100 hectares, dominam somente 20% da área, enquanto os 1,34% de latifúndios de mais de 1.000 hectares concentram quase 60% da área. Com os cercamentos, o espaço reduzido e a terra valorizada no mercado, as relações entre fazendeiros e agregados se estremeceram, sendo estes excluídos da terra onde estavam inseridos. No caso da família do seu Antônio: “*com a chegada da firma, o fazendeiro começou a perturbar meu pai para sair da terra, que não tinha mais como a gente morar lá. Ele comprou o ‘direito de posse’ da nossa parte, daí meu pai vendeu o gado e foi comprar uma terra lá na Macaúba*”.

²¹A Região Geográfica Imediata de Januária engloba os municípios de Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Januária, Juvenília, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz e São João das Missões.

O impacto mais sentido inicialmente, conta seu Antônio, foi o “*sequestro da liberdade do povo*”, a imobilização do agricultor em sua terra de cultura e de morada: “*naquela época das empresas foi uma reviravolta danada, aqui ninguém tinha a cultura de viver preso, de viver cercado, todo mundo tinha uma liberdade muito grande*”.

Sem a área de solta, aqueles agricultores que tinham menos criações passaram a criar gado cercado, e aqueles que tinham mais animais se viram obrigados a se desfazer de boa parte, sem espaço, impossibilitados de criar em “terreno próprio”. Com isso, o gado “*que também era livre*” perdeu sua liberdade de pastoreio pelo *gerais* à procura de alimento e água, como relata seu Lourival:

“Depois que a firma cercou e o povo passou a criar nas mangas, o gado aqui da Sambaíba continuou bebendo água no riacho dos Cochos, mas o dono tinha que abrir a cerca e levar o gado, e depois voltar e prender na manga de novo. O gado do povo de fora, lá da Macaúba, Roda d’ Água, do Tejuco, São Bento que antes batia até na bebida aqui não vinha mais, porque o acesso era pela solta. Tiveram que começar a procurar outras áreas de bebida”.

Os agricultores lembram, saudosamente, das práticas e costumes tradicionais que também se perderam com a tomada e a derrubada do *gerais*. Seu Antônio contou que:

“Muita atividade daquela época acabou, por exemplo o costume de tirar casca de angico para curtir couro, que era muito forte aqui, acabou. Também tinha a prática de riscar mangaba, para tirar o látex para fazer borracha. Acabou porque os pés de mangaba ficavam todos dentro dessas terras que eles derrubaram. As plantas medicinais que o povo pegava também, foi muita coisa desmatada”.

A caça, costume tradicional e fonte de alimento dos agricultores, também se perdeu, seja pelo desmatamento que ocasionou a perda do *habitat* natural dos animais, seja pela própria proibição imposta pelas empresas e legislações ambientais. Seu Antônio relata que “*de primeiro tinha muito em abundância, o fruto, a madeira, a água, a caça. Isso mudou muito a vida das pessoas. A caça de uma forma ou de outra estava muito ligada à tradição do povo, da natureza nativa, indígena, e hoje ninguém pode mais fazer nada*”.

Imagem 11: Placa de proibição de caça na Fazenda Pandeiros, denominada socialmente como “*gerais da firma*”, às margens da rodovia LMG-604.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Mas, sem sombra de dúvidas, o principal impacto foi nas águas. Genelísio Marques de Deus, ex-funcionário da Ruralminas, em depoimento (Ribeiro, 2010), contou sobre sua experiência na implementação do Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis - Provárzeas, programa federal focado em ações de drenagem de áreas úmidas e alagadiças para irrigação, e os impactos deixados pelas expropriações de águas da região do São Francisco:

Nós fizemos um trabalho às margens do rio Pandeiros. Eu não sei se você conhece o pântano do rio Pandeiros, que é o único pântano que existe aqui em Minas. Então, tem uma fazenda lá que chama Santa Maria. Nós fizemos umas drenagens lá nas lagoas, foram feitas umas derrubadas muito fortes lá. Tinha muita madeira de lei: sucupira, aroeira. Engraçado que, na época, eles drenaram mais de 100 hectares de área para colocar um pivô central, E tinha tanta sucupira que eles fizeram aquela coivara, aquele monte de madeira, e colocaram fogo. Era cada tora de sucupira! Aquilo foi um desastre violento (Ribeiro, 2010, p. 210).

Depois nós sistematizamos aquela fazenda do Mangai. No córrego do Mangai foram 100 hectares de lagoa drenada e sistematizada para plantio de arroz e depois feijão. Eles tinham uma serraria para aproveitar madeira. Quando nós terminamos de fazer a drenagem jogamos a água para o Mangai. Rapaz! O que tinha de peixe! Toda qualidade de peixe que você pensar, que tinha no São Francisco, tinha nessa lagoa. De surubim, piau, curvina, mantrinxá, curumatã, todo tipo de peixe. Mandim, aqueles mandim-açu que ninguém hoje vê mais, daquele vermelho. Tinha de toda qualidade,

toda espécie de peixe, era um berçário natural. E esses peixes morreram lá (*idem*, p. 211).

Segundo o entrevistado, o maior feito da Ruralminas com o Provárzeas foi na vereda do Pindaibal, no povoado de São Joaquim, em Januária. Foram 1.000 hectares de vereda drenados para irrigação de eucalipto, arroz e outros empreendimentos:

Lá era um pântano, mil hectares de pântano. Aí eles, o que faziam? Na época, o governo injetava dinheiro nessas grandes empresas. [...] Então, lá eles tinham um viveiro muito grande nas margens do Pindaibal, que era um pântano. Viveiro de eucalipto, que também foi um desastre muito grande, porque desmataram, plantaram e o eucalipto não vingou, porque era muita areia (Ribeiro, 2010, p. 212).

O rio dos Cochos, importante fonte de abastecimento das comunidades da região, também foi alvo das ações da Ruralminas, sobretudo de barragens para abastecimento de pivôs centrais para irrigação. O desmatamento maciço na beira das veredas, nascentes, lagoas e córregos pelas empresas agropecuárias resultou no assoreamento de vários cursos d'água, inclusive o Tatá e o próprio rio dos Cochos:

A nascente lá no Tatá além da nascente era uma vereda que tinha muita árvore, de vegetação muito intensa - eles tinham gradeado. Na primeira chuva uma chuva sozinha, de uma noite -, no outro dia você podia montar numa bicicleta na terra da firma, onde eles tinham gradeado, e descer direto pela vereda, enxuto, até chegar embaixo, na Sambaíba. Não ficou absolutamente nada. Não ficou mata, não ficou roça, não ficou cerca, não ficou nada. Você podia vir montado numa bicicleta que ela não ia engancha em nada. Era uma riqueza enorme, tanto de água doce quanto de produção, e acabou com tudo: canavial, lavoura... Era uma empresa: HPicchioni (Ribeiro, 2010, p. 186).

A dimensão do estrago feito pelas empresas e pelo Estado, aliado à ausência de políticas de conservação e recuperação das áreas úmidas degradadas, resultou no ressecamento praticamente generalizado das fontes de água naturais, antes tão abundantes na região. O reflexo hoje é a alta dependência de “fontes socialmente construídas”, sobretudo poços artesianos - particulares e comunitários -, cisternas de placa e caminhões-pipa, em momentos mais críticos, no caso da Sambaíba. A bebida do gado, que “*era livre e comum*”, como disse seu Murilo, passou a ser regrada e virou motivo de discórdia entre aqueles que criam gado e os que não criam, ocupando pauta central nas reuniões de associação da comunidade. O gado bebe água do poço comunitário, inclusive alguns “*extraviados*” de outras comunidades vizinhas, o que acirra ainda mais os conflitos.

Quem possui mais cabeças de gado acaba consumindo mais água do poço artesiano comunitário e, assim, deve contribuir mais com a conta de energia. Essa é a lógica adotada pela comunidade, explicada por seu Antônio:

“O cálculo da conta de energia é a seguinte: quem tem mais de 10 cabeças de gado, paga duas contas. Quem tem mais de 40 cabeças de gado, paga três contas. É proporcional. Pega o valor da conta do mês, é como se de 10 famílias, 3 criam gado, divide a conta por 13 e elas pagam a mais. A pessoa paga uma conta da sua casa e uma conta do gado”.

Segundo os entrevistados, o poço comunitário é consideravelmente raso, o que gera muita preocupação aos usuários. Algumas famílias com mais recursos abriram poços artesanais particulares, e outras, como a de seu Pedro e a de seu Lourival, se desfizeram das criações, especialmente pela dificuldade de acesso à água:

“O que mais dá briga aqui é água. Aqui a gente desfez do gado, não cria mais nenhuma cabeça. Não dá. O poço é raso, não dá para ficar dando água pro gado, já já deve secar. Tem cisterna calçadão aqui que dá água a seca toda, mas é mais pra casa e pras plantas, com gado fica difícil”.

Algumas famílias dispõem de um pouco mais de autonomia de abastecimento, como é o caso do seu Murilo, que tem sido cada vez mais raro. O agricultor conta com três minadouros em suas terras, *“mas já estão fracos”*. Essa área fica restrita à preservação das nascentes: *“ali eu não planto para não desmatar, prefiro perder o terreno do que perder a água”*.

Inclusive, essa é mais uma mudança provocada pelos cercamentos: a necessidade de se fazer escolhas que antes não eram necessárias. Seu Lourival e dona Juscelina escolheram se desfazer totalmente do gado, após décadas de criação, para preservar a água de consumo doméstico. Seu Pedro e sua família optaram por vender parte do gado na época da seca, em razão da dificuldade de água e alimento para os animais. Seu Murilo optou por *“perder o terreno”* para não correr o risco de secar as fontes naturais de água que lhe restam.

Os rearranjos do comum

Ao contrário do Alto Jequitinhonha, o eucalipto não se firmou no *gerais*, seja pela flutuação do mercado do carvão, seja pela dificuldade de adaptação do plantio ao tipo de solo, seja pelo caráter não integrado da produção da empresa grileira. Depois que as terras foram sendo abandonadas, a natureza, em parte, se regenerou. Em alguns casos, com o da Sambaíba, isso possibilitou aos camponeses recuperarem práticas agrícolas tradicionais como a *solta* do gado e o extrativismo, ainda que discretamente.

Os agricultores relatam que, assim que a firma fechou seu escritório na Sambaíba e *“desapossou”* da área ali nos fins da década de 1980 para o início da década de 1990, as pessoas foram gradualmente retomando o uso da chapada para solta do gado. Esse movimento se deu de forma espontânea, sem liderança ou organização coletiva por parte dos agricultores da

comunidade: *“cada um foi abrindo a cerca e colocando o gado por conta própria, o povo precisava”*.

Ao “abandonar” a área, a HPicchioni contratou dois “vigias” para fiscalizar as cercas: o Xavier e o seu Lourival, agricultores locais, com carteira assinada e salário. A incumbência dos vigias era *“rodar toda a área, montado num burro, mais pra ver se tinha cerca quebrada, fogo, gente tirando madeira de capão, na área da reserva”*. A empresa, contudo, *“nunca implicou com o povo soltando o gado na área, não”*. Os próprios vigias soltavam seu gado, *“como também eram agricultores que passavam pela mesma situação, faziam vista grossa”*, de forma que a preocupação maior era com a derrubada de madeira e o fogo, que poderiam trazer consequências legais para a empresa.

Apesar das sucessivas transferências do título jurídico-legal da terra, nada mudou em relação com os “novos proprietários”. Criou-se uma espécie de “acordo” entre as firmas e as comunidades, cujas regras são conhecidas por todos: é permitido usar a área para solta do gado, para extrativismo de frutos e para coleta de lenha caída, sem necessidade de autorização; é vedado às famílias fazer derrubada e retirar madeira de lei, fazer fogo e caçar. Na área de reserva legal instituída pela empresa, também não é permitido fazer a solta do gado. Assim sintetiza seu Lourival, ex-vigia da firma, as normas subentendidas:

“Aqui pode entrar na área para pegar pequi, mangaba, cajú, isso pode, se o gado não comer o povo pega. Pegar madeira seca e lenha não tem problema também. Mas madeira mesmo não pode, mas tem gente que pega escondido, desde a época que eu era vigia sempre tinha uns que pegavam escondido, hoje tem menos, povo respeita mais. Se quiser pegar madeira tem que pedir autorização para o fiscal, que entra em contato com o encarregado da firma. A pessoa chega e fala pro fiscal: “ô seu Lourival, tava precisando pegar aquele pau ali, aquela sucupira, tem como não?” Aí eu pegava e ligava pro encarregado para ver se podia, mas era assim, sempre um ou outro que podia. Caçar também não pode, fogo também não. Volta e meia pega uns caçando e aparece uns fogos aí, mas a maioria hoje respeita”.

A área voltou a ser utilizada, sobretudo para solta e extrativismo de frutos, por várias comunidades do entorno, além da Sambaíba: São Bento, Roda d’Água, Mamede, Macaúba, Ana da Rocha, Várzea da Manga, Palmeira I, Palmeira II, Raizama, Baruzeiro, Riachinho, Tejuco, Pedras de Sambaíba. Ao longo do tempo, os agricultores fizeram “corredores” para levar o gado de suas terras até a *“solta da firma”*, de forma que, segundo os relatos, praticamente todas essas comunidades têm uma entrada própria para a solta.

Imagem 12: Corredor de acesso à “*solta da firma*”, em frente à morada da família de seu Pedro, na Sambaíba.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

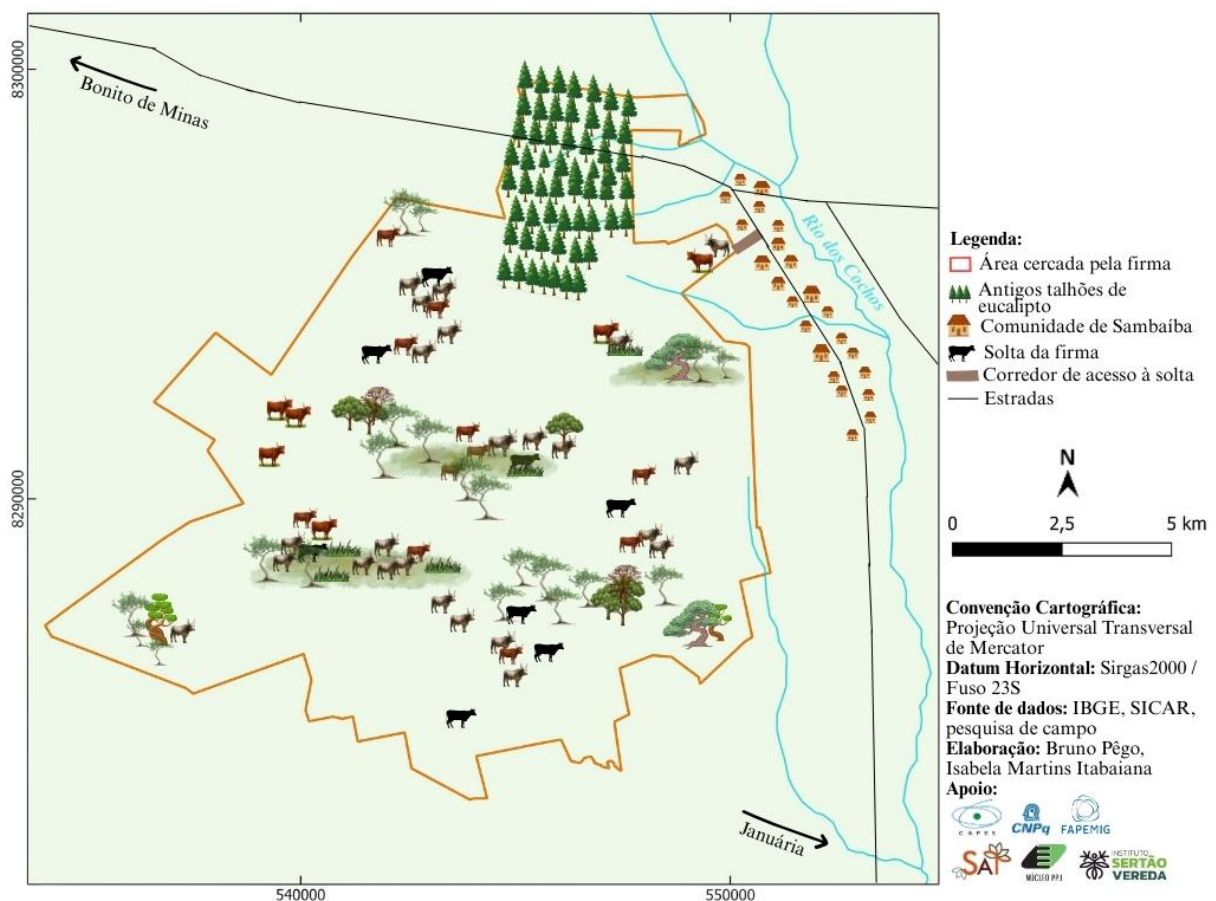
Seu Murilo, dono de 70 cabeças de gado, conta que “*se não tivesse a solta, seria impossível ter essa quantidade de criação*”. A retomada do uso da solta possibilitou àqueles criadores de gado em pequena escala aumentar o seu rebanho, e oportunizou aos que não tinham gado em razão da “*falta de espaço*” começar a criar. Seu Pedro, cuja família foi uma das primeiras a fazer a solta nos “*gerais da firma*” depois das cercas, conta que normalmente as famílias que nunca soltaram o gado “*entram em contato com aqueles ‘mais velhos de solta’ para saber como é, se é tranquilo, uma espécie de respeito, né? Mas na verdade nem precisa não, isso aí é comum de todo mundo*”.

No período da estação seca, normalmente a partir de julho e agosto, o gado fica preso na manga de pasto perto das residências e é solto “*nas águas*”, tempo chuvoso, por volta de outubro e novembro. O gado criado na solta é só para “*manter*”, “*mas lá ele não desenvolve muito não*”, como explica seu Pedro. A solta é importante sobretudo para “*aliviar*” o criador, que economiza em alimento durante o período das chuvas em que o gado é solto, diminuindo o

consumo de silagem e ração, armazenados para enfrentar o período da seca, quando o gado é preso.

O Mapa 4 retrata o “gerais da firma”, como ficou conhecida a área cercada pela HPicchioni. É possível verificar as “voltas” ou “pontas” da área, como relatou seu Lourival, decorrente das ações individuais de agricultores que resistiram aos assédios da empresa para vender suas terras. Denota-se que a área de plantio de eucalipto se limitou a uma pequena parcela da terra cercada pela firma. É possível identificar também a localização de um dos corredores usados pela comunidade de Sambaíba, localizada nas proximidades do rio dos Cochos, subfluente do São Francisco, para solta do gado.

Mapa 4: O “gerais da firma”.



Apesar da parcial retomada do uso comum da terra, o manejo da mesma passou por significativas transformações. Os agricultores relatam a antiga prática consuetudinária de usar o fogo para renovar o pasto, sobretudo na época de agosto e setembro, na seca, pois já sabiam que a chuva havia de chegar e assim “*não morria pau nenhum*”. Fogo é diferente de incêndio. O fogo era regrado, manejado com cuidado, feito para auxiliar na rebrota do *gerais*, que servia

de alimento rico em nutrientes para o gado. É um costume tradicional dos *geralistas* da região sanfranciscana, um saber acumulado entre gerações, “*vem desde os antigos*”.

Segundo seu Lourival, antigamente “o gado era muito mais saudável, comia melhor, no meio do mato encontrava tudo o que ele precisava”. A unha d’anta, por exemplo, “era um santo remédio pro animal”. Seu Antônio explica que eram os criadores de gado na solta quem faziam o fogo, sempre baixo,

“para brotar mato novo para o gado comer. A cinza que queimava era rica em potássio, o gado lambia aquilo, ele vivia mais saudável. Às vezes o gado saía branco e voltava preto, porque ficava sujo da fuligem do fogo, a planta queimava do lado de fora, mas ficava mais forte do lado de dentro”.

Com as proibições, especialmente quanto ao manejo do fogo, “o gado nunca mais foi o que ele era”. Se “naquela época você soltava o gado para ele ficar forte, porque o gerais era cheio de nutriente, hoje é o contrário, você tem que prender o gado para dar ração, porque a depender da época lá ele passa fome”.

Dessa forma, ao longo dos anos a Sambaíba e comunidades vizinhas estabeleceram arranjos informais com a empresa, a HPicchioni e suas sucessoras, que permitiu a retomada gradual dos usos tradicionais do território, como a solta do gado e o extrativismo de lenha e frutos, condicionada às limitações impostas, reinventando ou reorganizando o comum para garantir a sua conservação. Esse “acordo” funcionou por anos como uma forma precária de mediação do conflito, garantindo certo grau de acesso comunitário sem o estabelecimento de domínio direto pelos agricultores.

Contudo, ao longo das entrevistas muitos agricultores relataram que esses arranjos tendem a se enfraquecer, pois alguns representantes da empresa que detém o título formal da terra avisaram que os corredores de acesso à solta seriam fechados, porque a firma estaria interessada em fazer um plantio de soja no local. A preocupação em perder o acesso à solta é latente, mas o que preocupa mais os agricultores é o esgotamento das fontes de água, com conta dona Juscelina e seu Lourival:

“O encarregado dessa firma atual aí já disse que vai ter que fechar o corredor, que não vai deixar o gado entrar mais não. A preocupação nossa maior é porque com certeza a firma vai ter que abrir poços aí né, se for plantar soja de onde ela vai tirar água? Vai ter que abrir muito poço. Aí corre o risco de secar aqui pra nós. Da última vez que o poço comunitário secou, foi um sofrimento, foi meses dependendo de caminhão-pipa”.

Dessa forma, apesar dos arranjos estratégicos realizados pela comunidade, quando as condições de acumulação do capital se alteram, os usos comunitários e as práticas sociais

historicamente construídas tornam-se novamente descartáveis. Reside aí a natureza precária desse arranjo, sujeito à desfazimento a qualquer momento. Assim, outras estratégias de resistência, adaptação e contestação despontam nesse contexto.

Outras estratégias camponesas

Os cercamentos, o desmatamento, a imobilização espacial e, principalmente, a falta de água impuseram diversas dificuldades produtivas ao campesinato local. Nos anos 1990, com o assoreamento do rio dos Cochos e o secamento dos cursos d'água, uma iniciativa comunitária ganhou destaque por sua capacidade de organização e mobilização, com ações voltadas sobretudo para adaptação produtiva e fortalecimento da agricultura familiar, conservação e recuperação de nascentes e do Cerrado e a luta por direitos territoriais: a Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos - Assusbac, cuja sede está localizada na Sambaíba.

A historização da associação foi feita por Oliveira (2020). Fundada oficialmente em 2003 por agricultores familiares das comunidades rurais da bacia do rio dos Cochos, Sambaíba, São Bento, Mamede, Cabeceira dos Cochos, Sumidouro e Roda d'Água, a Assusbac contou com apoio de entidades como a Cáritas Diocesana de Januária e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater para o desenvolvimento de diversas iniciativas de revitalização e conservação de fontes naturais de água, inclusive com suporte financeiro internacional pela Misereor, da Alemanha, como barraginhas, preservação de mata ciliar e plantação de mudas de árvores nativas.

Simultaneamente, a associação buscou incentivar a adaptação produtiva dos agricultores da região à realidade dos cercamentos e da escassez hídrica, sem abandonar as práticas tradicionais, como a criação de animais de menor porte e a captação de água da chuva, com apoio especialmente da Cáritas, “*um braço direito das comunidades*”, como relatado. Com a Assusbac, formou-se uma consolidada rede de agricultores agroextrativistas e apicultores, que beneficiam uma diversidade de frutos do Cerrado e escoam para novos mercados, garantindo renda para as famílias associadas. Boa parte dos produtos beneficiados são comercializados com a Cooperativa Grande Sertão, apoiada pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais - CAA. A associação ainda integra o Núcleo do Pequi, uma rede de associações, cooperativas e instituições que buscam fortalecer agricultores agroextrativistas, sobretudo da cadeia do pequi.

Para além dos objetivos produtivos e conservacionistas, da Assusbac saiu o “*grupo articulador*”, um grupo de agricultores das comunidades locais responsáveis por articular parcerias, participar de eventos, representar as comunidades junto aos órgãos públicos e formalizar denúncias e reivindicações, muitas delas subsidiadas por trabalhos científicos e relatórios técnicos produzidos por grupos de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, instituições parceiras das comunidades.

No âmbito dos direitos territoriais, esse “*grupo articulador*” chegou a formalizar denúncias junto ao Ministério Público para pleitear a responsabilização das firmas pelos danos causados ao cerrado e à natureza local. O grupo de agricultores também foi responsável por articular, junto à Cáritas e ao Instituto Estadual de Florestas - IEF, uma proposta de transformação da área do “*gerais da firma*” em unidade de conservação que combinasse a manutenção das práticas tradicionais das comunidades com a conservação dos recursos naturais. Ambas as iniciativas não tiveram o resultado esperado, “*muito pela força das empresas nesses órgãos*”, acreditam os entrevistados. Mas o trabalho de mobilização, discussão, problematização e conscientização do direito tradicional de acesso ao território já foi um relevante ganho político para as comunidades.

Assim como no Jequitinhonha, a Sambaíba e outras comunidades da região também vêm buscando o autorreconhecimento de sua tradicionalidade e a respectiva certificação junto aos órgãos públicos. A conquista da certificação abre à comunidade a possibilidade de reivindicar uma série de direitos previstos legalmente, no âmbito da educação, saúde, cultura e, sobretudo, do território. No caso da Sambaíba, desde o ano de 2024 a comunidade é certificada como “remanescente de quilombos”, cuja história remete à resistência e ancestralidade negra. Segundo os relatos de seu Lourival e dona Juscelina:

“o povo daqui realmente é quilombola. Tem muita gente daqui que é descendente de índio e dos escravos. Aqui tem um curral de pedras que é daquele tempo, as tradições aqui da comunidade, os festejos de Santa Cruz, isso é coisa que tem mais de 200 anos”.

Todo esse trabalho até a obtenção da certificação durou três anos, conduzido pela associação local da comunidade. É também o espaço da associação onde é feita a gestão do poço artesiano comunitário e a mediação dos conflitos pelo uso dos bens comuns. Assim, a associação desponta como uma importante estratégia de mobilização e organização coletiva interna da comunidade, não somente como uma instância formal ou administrativa, mas como um espaço de tomada de decisões coletivas que devem ser respeitadas por todos.

Histórias como a da Sambaíba e das comunidades da bacia do rio dos Cochos são comuns na região do Médio São Francisco. Com apoio político e financeiro do Estado, empresas chegaram de repente, levantaram cercas, desmataram o Cerrado, assorearam rios e, tão rápido quanto chegaram, abandonaram suas atividades, mas mantiveram o domínio formal sobre a terra tomada. Contudo, as estratégias adotadas pelas comunidades locais chamam atenção. A retomada parcial do acesso às chapadas, seja para solta do gado, seja para extrativismo de frutos, sem estabelecimento de domínio, reabriu novas possibilidades produtivas para os agricultores, apesar do ressecamento das águas, efeito de maior impacto na região. Simultaneamente, as diversas iniciativas comunitárias, especialmente através da Assusbac, apresentam grande relevância não somente pelas ações práticas de conservação dos cursos d'água e adaptação produtiva, mas também na formação e conscientização de agricultores na luta pelo direito ao território tradicionalmente ocupado.

6.3 A Vila São João, no Alto Rio Pardo

O território

Vila São João é uma comunidade quilombola composta por cerca de 120 famílias, em sua maioria com vínculos de parentesco entre si, localizada a 12 quilômetros da sede do município de Berizal, território do Alto Rio Pardo.

A formação do povoado está historicamente ligada ao regime de agrego e às relações entre latifundiários e agregados. Contam os entrevistados que naquela época, mesmo antes da chegada das firmas, já havia muitos conflitos entre agregados e fazendeiros, mas também muitos conflitos entre os próprios fazendeiros pela hegemonia na política local, antes vinculada ao município de Taiobeiras. Segundo os relatos, existia na região um grande fazendeiro chamado Joaquim Machado, que tinha em suas terras de 10 a 15 famílias de agregados. Nos anos 1970, em disputa pela prefeitura de Taiobeiras, o fazendeiro teria cedido uma “*faixa de terras ruins*” da sua fazenda para os agregados e moradores da região construírem casas com suas famílias; da mesma forma, o fazendeiro vizinho João Conrado, seu rival político, cedeu outra faixa de terras para agregados e moradores de suas fazendas. A área doada pelo Joaquim Machado se tornou o povoado Barreiros, também chamado localmente como Serra do Anastácio, e da área cedida por João Conrado se formou o povoado de Vila São João.

A história da comunidade também tem ligação direta com a resistência à violência escravista. Muitos dos camponeses que se tornaram agregados no interior das fazendas são

descendentes de indígenas e pessoas escravizadas por colonos advindos da Bahia no século XIX. Com o tempo, o povoado de Vila São João se tornou um destino recorrente para essas famílias que deixavam a vida de agregados das fazendas, conforme relato de dona Áurea, ou Mãe Áurea, considerada a matriarca da comunidade:

“Minha mãe falava que minha bisavó veio da África. Minha avó foi pega no laço, naquele tempo dos escravos. Aqui a gente vivia assim, de um lado pro outro, trabalhava aqui, depois ali, tudo pro patrão né? Meu pai era vaqueiro no Veredão, onde hoje é fazenda de Newton Cardoso. Naquele tempo tinha que fazer tudo o que o patrão pedia, dividia tudo na meia. Era um farturão de alimento, mas mesmo assim a gente passava fome. Era sofrimento demais. A gente ficava assim, trabalhava num lugar pra um patrão, aí não dava certo depois ia procurar outra terra pra trabalhar. Antes de ir lá pra Vila (São João), a gente morava na fazenda de Zé Pequeno. Depois ele deu um pedaço de terra para nós morar, era 4 pratos de terra. Era um homem bom, Deus o tenha. Mas depois a gente saiu e foi morar lá na Vila (São João), o brejo secou aí ficou difícil de plantar”.

É também como conta dona Valmira:

“Eu nasci e criei na fazenda Olhos d’Água, ali perto da Vila. Eu sei que minha bisavó foi pega de cachorro. Ela era cabocla, vivia nua. Morava na mata, numa cabana de pindoba. É tipo índio, tinha medo de gente, alguém chegava e ela escondia. Meu pai era vaqueiro na fazenda do Tarciliano, tirava leite e roçava manga. Plantava na meia também, aí tinha que dividir a colheita e o leite. Dava bastante leite, a gente fazia requeijão e queijo para vender na feira lá do Curral (referência ao Curral de Varas, antiga denominação de Berizal). Eram 13 filhos morando na fazenda. Até que pequenas criações, como galinha e porco, não precisava dividir. Só que meu pai adoeceu, aí a gente resolveu sair da fazenda, aí o fazendeiro deu pra nós uma casa na Vila (São João), a gente tem até hoje”.

Imagem 13: Trecho de antiga cerca de pedras do “tempo dos escravos”, como relataram os moradores locais, em Berizal/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Na região, conforme relato, *“quem mandava mesmo era fazendeiro. Às vezes o fazendeiro não tinha nem documento, mas documento de terra naquela época era arame, cerca, e quem tinha dinheiro para fazer cerca era só o rico”*.

No interior das fazendas se encontravam vários vaqueiros e famílias de agregados. Explica seu Delmani e sua família que normalmente o fazendeiro entregava a *“terra bruta”*, a semente, ferramentas de trabalho e, quando existia, a casa. Era ele quem dava a ordem sobre o quê, onde, quando e quanto plantar. Cabia ao agregado fazer a derrubada, o roçado, o cultivo e a colheita, e, ao fim, dividir *“na meia”* com o fazendeiro. A *“meia”* representava tanto uma remuneração para o lavrador por seu trabalho, quanto uma contraprestação por morar e usufruir da terra do fazendeiro. Contam os entrevistados que era comum, *“na precisão”*, o agregado *“vender na palha”*: vendia para o fazendeiro sua parte *“da meia”* de forma antecipada, antes mesmo de fazer a colheita, quando havia alguma necessidade, em troca de dinheiro ou outros mantimentos. Quando isso acontecia, o que era com frequência, *“antes mesmo de se fazer a colheita o agregado já estava devendo pro fazendeiro, colhia mas não ficava com nada”*. É por isso que, na visão de seu Volmar, popularmente conhecido como *“Doutor”*, *“trabalhar de a meia era como sustentar duas famílias”*.

Para além da lavoura e o cuidado com as pequenas criações, o agregado ainda era incumbido de outras tarefas na fazenda, são os *“dias de serviço”*, como o conserto de cercas e currais, as quais eram pagas em mantimentos (toucinho, arroz, feijão). Normalmente, à mulher da família de agregados recaía as tarefas domésticas diárias: cozinhar, lavar roupa, cuidar da casa e dos filhos do fazendeiro, além das tarefas de *“pisar café e arroz pro fazendeiro”*, sendo também retribuídas em mantimentos. Muitas vezes, o fazendeiro utilizava da sua parte da colheita que o próprio agregado havia feito para remunerá-lo.

O vaqueiro, com a função específica de cuidar do gado, recebia moradia e mantimentos como pagamento por seus serviços, além de uma parte dos bezerros por ano. A ausência de cercas e o uso comum das áreas de chapada e carrasco possibilitava ao vaqueiro criar o seu próprio gado solto com o do fazendeiro, e possibilitava ao agregado a caça, a pesca e o extrativismo de frutos, práticas fundamentais para o sustento de sua família. Como relata seu Volmar: *“os agregados viviam principalmente do que caçavam e dos frutos que pegavam no mato, era o que garantia a vida das famílias”*.

Imagem 14: Antigo cemitério de agregado em uma fazenda de gado, em Berizal/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Grande parte do comércio local se dava no interior das fazendas. Como contam: *“tinha fazenda que tinha 10 famílias de agregados, então eram 10 meeiros, quer dizer que a produção era muito grande, era uma variedade grande de arroz nos brejos, feijão, mandioca, farinha, milho, muita coisa”*. Famílias de agregados e fazendeiros comercializam entre si produtos de acordo com suas necessidades. Somente aquilo que não era possível produzir na fazenda - como sal e querosene - era adquirido nas feiras e comércios externos. Assim, relata seu Eurico que:

“Antigamente, as fazendas só cercavam as roças e as mangas, o resto era tudo solto, sem cerca, em comum. E tinha os agregados né? Na antiga fazenda de João Machado tinha cerca de 10 famílias de agregados; todos trabalhavam “de a meia”: o povo trabalhava nas lavouras e no dia de serviço, e recebia em alimento, era o costume da época, ninguém mexia com dinheiro não; o agregado podia ter uma rocinha própria, galinha, porco, não precisava dividir, mas tinha lugar que não deixava mesmo não, era tudo dividido; o forte das fazendas daqui era o gado e a farinha”.

Os casos de agrego relatados eram diversificados, com mais ou menos permissões: em alguns, era permitido ao agregado ter sua própria roça, criações e colher os frutos do pomar; em outros, *“até o cacho de banana do quintal tinha que ser dividido”*. Em alguns casos, o agregado poderia fazer “dia de serviço” em outras fazendas; em outros isso não era permitido.

Em alguns, os laços de reciprocidade e solidariedade vertical entre agregados, posseiros e fazendeiros eram bastante sólidos, lembrados com medida dose de carinho por alguns entrevistados. Mas na maioria dos casos, principalmente onde o poder de mando e a subordinação eram mais fortes, as lembranças são carregadas de revolta: *“se a pessoa quiser brigar comigo, é só me chamar de fazendeiro. Eu odeio fazendeiro, eles sempre foram contra nós, pobres”*.

Expropriações

A comunidade de Vila São João foi formada por camponeses expropriados pela fazenda e pelo eucalipto. Ao fim dos anos 1970 começaram a chegar as firmas agropecuárias na região. As primeiras empresas que dão conta os agricultores foram a Paraibuna, a Italmagnésio Nordeste S.A., a Ironbrás Indústria e Comércio S.A. e a Planta 7 S.A. Empreendimentos rurais. Foi esta última a mais citada pelos entrevistados.

Conforme relata seu Eurico, agricultor e antigo morador da região do Caldeirão, antes de chegar com as cercas, o correntão e os tratores, a empresa enviou um advogado chamado “Doutor Carlúcio” e um corretor chamado “Zé Dimar” para negociar e medir as terras da região. Eles falavam que boa parte daquelas terras eram “*devolutas*”, “*não eram escrituradas*”, e que a empresa havia adquirido aquelas terras do Estado. O discurso era que a empresa chegava para desenvolver a região e trazer oportunidade de emprego para a população. Conta que as chapadas eram áreas de solta, eram comuns, e foi justamente nessas áreas que as firmas se apossaram e instalaram os eucaliptais:

“Na fazenda Caldeirão, dos Machado, a empresa quis sentar o trator em tudo, falando que não tinha documento, mas eles mostraram a escritura e conseguiram barrar, mas ficaram só com a área cercada, a solta mesmo perdeu, que não era cercado e não tava no documento. Na época nós ficamos assustados sem saber o que era direito esse eucalipto, a gente tinha ouvido falar que podia secar tudo, mas o povo achava que era obra do governo, não entendia muito”.

O Estado foi fundamental nesse processo. Somente no ano de 1976, cerca de 340.000 hectares de terras consideradas “*devolutas*” foram destinados para empresas monocultoras de eucalipto no Alto Rio Pardo, inclusive para a Planta 7. Segundo relatos de seu Delmani e dona Clebia, “*a Ruralminas vivia na região, era ela quem media as terras e legalizava os documentos para as empresas e pros fazendeiros que negociavam com elas. Era como se ela fosse o próprio cartório, se a Ruralminas medisse já tava concretizado, ninguém questionava*”. A atuação do órgão estatal enquanto um “*auxiliar*” das empresas monocultoras foi tão presente na região ao ponto de ser confundida como uma empresa de eucalipto da época. Quando indagadas se

lembravam de uma tal de Ruralminas, dona Elídia e dona Lurdes prontamente responderam: *“Ruralminas que eu lembro era uma dessas firmas também, né?”*.

Segundo relatos dos agricultores, *“essas empresas compravam terra na mão de alguns, mas cercavam era muito mais do que compravam”*. Ao analisar a ação de reintegração de posse ajuizada pela Coagro Indústria e Comércio de Produtos Agroindustriais e Florestais Ltda., do mesmo grupo econômico que sucedeu a Planta 7 no domínio jurídico-legal de parte do território reivindicado pela comunidade, a empresa alega ser proprietária de aproximadamente 3.179,2 hectares, sendo 135,5 hectares adquiridos por compra e venda de uma área à época registrada em cartório, em 1978, e outros 3.043,7 hectares adquiridos *“com força de direitos de posse”*. Contudo, a somatória da área dos contratos de cessão de direitos de posse juntados pela empresa no processo totaliza 332 hectares, ou seja, cerca de 85% da área reivindicada pela empresa segue sem origem comprovada. Chama atenção também a informação constante na certidão de registro emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Taiobeiras, em 2002, de que o imóvel em questão possui *“uma área documental de 135,52 hectares e a área real de 3.179,20 hectares”*.

Dentro da *“legalidade”* ou não, fato é que milhares de hectares de terras foram cercadas pela Planta 7 e várias outras empresas agropecuárias que *“chegaram desmatando tudo, principalmente o carrasco grosso, onde a área de mata era mais fechada”*. Contam os agricultores que *“o correntão ficava até vermelho de tanto sangue”* de animais que foram mortos no desmatamento.

Conforme relatos, inicialmente muitos postos de trabalho foram gerados no monocultivo de eucalipto, haja vista que *“a maioria do trabalho naquela época era de foice, no braço”*, especialmente nos viveiros e na *“limpa”* dos terrenos para plantio. Com o passar do tempo, as empresas foram se mecanizando e incorporando tecnologias que demandavam cada vez menos o trabalho humano, e assim foram minguando os postos de trabalho. As firmas o tempo todo mudavam de nome, a denominação social e o CNPJ, mas o trabalho e os funcionários eram os mesmos:

“A gente era contratado pela Planta 7, daí mudava pra outra firma, vamos supor a Italmagnésio, depois a Coagro, por exemplo, aí era assim a gente era contratado por uma, usava o uniforme de outra, e depois na hora de acertar já tava registrado em nome de outra. Às vezes a pessoa não sabia nem de quem cobrar”.

Esse relato revela uma estratégia empresarial há tempos notada pelos camponeses proletarizados pelas empresas. A Planta 7 pertence aos Trincanato, uma família de empresários

italianos detentores de uma série de empresas no ramo da silvicultura, da siderurgia, da pecuária e da indústria. Além da Planta 7, são várias outras monocultoras de eucalipto e produtoras de carvão vegetal da família com atuação na região: Carvovale, Coagro, Italmagnésio, Rotavi Industrial, GT Agro Carbo, Get S.A. A multiplicação de empresas e CNPJs sem mudanças substantivas no processo produtivo indica uma forma de agir estratégica dos empresários, especialmente com o fim de dificultar a responsabilização por dívidas trabalhistas e fiscais e ampliar o acesso a crédito.

Gradativamente, as atividades de monocultura de eucalipto e carvoejamento foram perdendo força, e a terra ganhou outra finalidade para o grupo empresarial. Inserida na lógica do mercado financeiro, a terra passou a ser importante “moeda de troca” para garantir aos empresários linhas de créditos bancários que não viriam a ser reinvestidos na silvicultura e na produção de carvão, teoricamente a principal atividade da suposta “proprietária”. A título de exemplo, no ano de 2010 a terra foi hipotecada para que a Italspeed Automotive Ltda., empresa do grupo econômico da família Trincanato do ramo de fabricação de peças automotivas, sediada na cidade de São Paulo, pudesse acessar um crédito bancário no valor de até R\$8.000.000,00.

Assim, os usos tradicionais da terra, regulados por códigos costumeiros historicamente construídos, deram lugar à instrumentalização da terra a serviço da reprodução do capital. As expropriações vêm sistematicamente redefinindo as práticas tradicionais e reordenando as relações sociais no campo na região, como será aprofundado a seguir.

Efeitos

A fazenda era integrada à lógica dos usos costumeiros que combinavam a apropriação privada de áreas de cultivo e o uso comum das chapadas para solta do gado e extrativismo. Com a chegada das firmas e das cercas às áreas comuns, a fazenda se viu ameaçada pelas empresas, que deslocaram dos fazendeiros o poder econômico e político que detinham na região. Dessa forma, em processo similar àquele analisado por Moura (1998, p. 4), “a fazenda precisa da aliança com a empresa reflorestadora para sobreviver. Caso contrário, ela também estará ameaçada pelo grande poder econômico daquela”.

Assim, as fazendas também vieram a aderir à racionalidade modernizante, através da intensificação das pastagens, do aumento da produtividade, da mecanização, do uso de insumos agrícolas, aquisição (e grilagem) de novas terras e especulação imobiliária. Nesse novo modelo de fazenda já não cabia mais a figura típica do agregado que detinha sua posse, sua roça, sua

casa e suas criações, que garantiam o sustento da família. As relações havidas entre fazendeiros e agregados, antes reguladas por códigos costumeiros, são diluídas em relações trabalhistas tipicamente capitalistas, de forma que o agregado, o posseiro e o vaqueiro se transformam em trabalhadores rurais, cujas relações de trocas passam a ser mediadas pelo dinheiro e reguladas por códigos estatais cristalizados. As imposições aumentaram e as permissões antes conferidas aos agregados, como morar na fazenda, fazer sua própria roça, tirar seu leite e ter sua criação ficaram cada vez mais limitadas, proibidas ou condicionadas ao desconto no salário como contraprestação ao “patrão”.

Nessas condições, com os cercamentos, grande parte dos que viviam de agregados no interior das fazendas ou foram expulsos pelos fazendeiros ou resolveram sair das fazendas para trabalhar nas firmas de eucalipto. Relatam os agricultores que *“compensava mais trabalhar na firma, que era fichado e recebia salário, do que continuar nas fazendas”*. Contudo, para trabalhar nas empresas o camponês necessariamente devia deixar de ser agregado, porque *“os fazendeiros não deixavam trabalhar na fazenda e também trabalhar no eucalipto”*, e assim, nas palavras de dona Clebia, *“o povo resolveu deixar de ser escravo de fazendeiro para ser escravo de firma”*.

Os lavradores se tornaram ex-agregados, na medida que passaram a ser expulsos das fazendas e foram trabalhar nas firmas agropecuárias; ex-funcionários, na medida que minguaram os postos de trabalho e, por fim, ex-camponeses, na medida que foram completamente afastados do acesso à terra e das práticas camponesas, obrigados a migrar para os grandes centros urbanos, em um processo de descampesinização. Vila São João se tornou uma *“comunidade quilombola sem-terra”*, no dizer de seu Volmar. São 120 famílias *“encurraladas”* em uma pequena área de 3 hectares, cercadas por empresas de eucalipto, fazendas de gado e de café. Os moradores que não migraram passaram a trabalhar em atividades não relacionadas com o campo: cabeleireiros, pedreiros, diaristas, motoristas, eletricitistas e outras. Os serviços agrícolas que restaram ou são sazonais - como a colheita do café e a poda do eucalipto - ou são nas fazendas de gado, mas sem as permissões de agrego que antes existiam: o quintal produtivo, a lavoura, o gado e a casa são do fazendeiro, o “trabalhador” somente faz o manejo e recebe seu salário.

Imagem 15: Sede da associação da comunidade Vila São João, em Berizal/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O desmatamento em larga escala, a supressão da vegetação nativa das chapadas, a monocultura de eucalipto e o uso intensivo de agrotóxicos - não só pelas monocultoras, mas também pelas firmas e fazendas de café e fruticultura irrigada - deixaram sérios problemas hídricos em uma região que, segundo relatos, nunca sofreu de falta de água. Conta seu Delmani que *“antigamente, tinha era muita água aqui na região, tinha muito córrego, muito brejo, a chuva era mais constante, o rio Pardo ficava cheio o ano todo”*. Segundo o agricultor, a chuva era *“certa”* de setembro a janeiro, e de fevereiro até junho *“ainda caía muita neblina, garoava, fazia frio, só aquecia mesmo em agosto e setembro”*.

Lembrando dos tempos passados, seu Eurico relatou que *“tanto fazia chover mais ou chover menos, água aqui nunca faltava. Era um farturão de água”*. A chuva era constante, e a seca previsível. Era muitos os sinais da natureza utilizados pelos agricultores para se preparar para os períodos chuvosos ou de estiagem, que acabaram se perdendo em razão das mudanças no clima:

“Aqui a gente tinha as manias de prever a chuva né. E dava certo, não tinha erro. Botava fogo na fogueira no dia 23 de junho, um dia antes do São João, se o vento puxasse para baixo era que ia ser bom de chuva. O ipê também quando florava bastante era que ia chover bem; a aroeira quando florava a gente já sabia que a colheita do feijão seria boa. Tinha outros também, pessoal usava muito. Não tinha erro, todo mundo tinha confiança que ia dar certo, plantava até no pó que sabia que a chuva vinha. Hoje não dá certo mais, tanto que o povo nem usa. O tempo mudou, a terra mudou, tá tudo diferente”.

Segundo o entrevistado, *“as águas começaram a faltar por causa das carvoeiras”*. Relata seu Delmani que os brejos e os riachos secaram, e até o rio Pardo *“que não cortava, hoje tá cortando”*, além de estar contaminado por agrotóxicos:

“As águas estão secando não é por causa da seca, porque a chuva tá pouca não viu, é essas firmas aí, e nem só as de eucalipto. A gente tirava água do rio era só pra consumir, hoje tem barragem, tem COPASA, tem eucalipto, tem café, tem banana, tem gado, só tirando água do rio o ano todo. A água do rio tá só o veneno, a gente vê direto aí o tanto de peixe que aparece morto. Tem umas firmas aí que mexe com café, banana, que plantam na beira do rio e bate agrotóxico. Agora a gente não consegue usar a água do rio, é perigoso até de nadar”.

Os efeitos também foram sentidos na fertilidade da terra. Contam os entrevistados que *“antigamente, a terra era mais úmida, forte, nem precisava de adubo nem ficar molhando. O povo respeitava mais a terra, deixava descansar, ficava 3, 5 até 10 anos descansando”*. O plantio *“era feito na época certa, nas chuvas, agora esse povo aí é o ano todo plantando, botando bomba no rio”*. Com a perda de espaço, as mudanças no regime de chuvas - agora concentrada de outubro a janeiro - e o secamento das águas, *“o povo teve que ficar plantando na mesma terra o tempo todo, todo ano, não tem mais onde descansar. A terra piorou muito, ressecou”*.

Com as cercas também vieram as proibições, tanto dos fazendeiros, quanto das firmas, que impactaram os costumes tradicionais das comunidades da região, como a pesca e o extrativismo: *“pra todo lado só via essas placas ‘propriedade privada, proibido entrar, proibido pescar, proibido caçar, proibido não sei o que’*. *Coisa que a gente fez a vida inteira não podia mais. Foram cercando, cercando, nem chegar no rio mais a gente podia”*. O artesanato de barro era uma tradição muito forte na comunidade, especialmente panelas, vasos e potes, mas praticamente se perdeu, já que as áreas usualmente utilizadas para retirada de barro foram cercadas. Muitas famílias também tinham a tradição de coletar frutos *“no mato”* para fazer doces e geleias, como o maracujá do mato e a cagaita, práticas bastante reduzidas em razão dos cercamentos e do desmatamento.

Sem terra, sem água e sem emprego, famílias quilombolas de Vila São João mobilizaram uma série de estratégias para enfrentar a realidade insustentável imposta pelo latifúndio.

Retomada

Por volta de 2013 a comunidade começou a refletir e dialogar coletivamente sobre a sua história e identidade quilombola, contando com apoio da Emater para obter a certificação de sua tradicionalidade junto aos órgãos públicos, o que viria acontecer no ano de 2018, com a emissão da certidão pela Fundação Cultural Palmares. A partir daí, a discussão passou a ser não só a identidade, mas o próprio “território quilombola”, já que para eles “*não podia existir a comunidade quilombola sem território*”.

As famílias do povoado, há muito descampesinizadas, ainda “*ansiavam muito por um pedaço de terra. Tinha gente que chorava quando via a chuva cair com vontade de ter terra para trabalhar*”. Uma alternativa apontou como única via capaz de superar a árdua realidade que viviam: a retomada da terra expropriada. Após anos de discussão e amadurecimento da ideia nas reuniões de associação, tomou-se a decisão, ainda que não unânime. No dia 20 de novembro de 2021, no Dia da Consciência Negra, com apoio estratégico da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, 60 famílias quilombolas retomaram uma parcela do território tradicional que havia sido usurpado por fazendeiros e, posteriormente, pela Planta 7.

Relatam os agricultores que a área da “Fazenda Vista Bela”, denominação cartorial da fazenda sobreposta ao território comum, “*estava abandonada, não tinha nada há muitos anos, coisa de 20 anos ou mais*”. A terra para trabalho já não tinha valor para a empresa, que a mantinha como ativo financeiro para especulação imobiliária e acesso a linhas de créditos bancários. A área de cerca de 3.000 hectares era “mantida” por um caseiro, que tinha como única função vigiar a extensão da fazenda. Com a retomada, o vigilante foi embora, e as famílias passaram a exercer o domínio sobre toda área.

Imagem 16: Antiga casa sede retomada pelas famílias quilombolas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A área da retomada, ou o “*acampamento quilombola*” como também é chamado, fica a cerca de 6km da sede de Berizal e 12km do povoado Vila São João. Em 2025 viviam por lá de 20 a 30 famílias. Foram estabelecidas uma série de normas, definidas coletivamente pelas famílias que fizeram a retomada, sobre a organização do “acampamento” e os usos do território.

As moradias são construídas na “*rua principal*”, uma “*reta*” próxima à casa sede, onde se instalaram os barracos de lona quando da entrada na área, convertidos em casas mais estruturadas ao longo do tempo. É uma área “*mais trabalhada*”, que aglutina a maior parte das moradias. O objetivo de estabelecer as casas reunidas na “*rua principal*” seria prezar pela segurança dos moradores e “*manter as pessoas em comunidade, todo mundo junto, se vendo todo dia e trabalhando junto*”. Às famílias que participaram do ato de ocupação da terra e “*que já estão mais consolidadas*” é garantida a prioridade de se instalar e permanecer na “*rua principal*”, e “*os que chegam depois*” vão se instalando nas redondezas do local. Esse privilégio é visto como uma forma de respeito pelas famílias que “*passaram pela luta, enfrentaram polícia, vigilante armado, frio e xingamentos*”.

Imagem 17: A “*rua principal*” da área de retomada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Quando uma nova família busca ingressar e residir no território, deve passar por uma espécie de “sabatina” da associação, sobretudo das famílias mais antigas da retomada. A prioridade é dada a famílias e moradores que residem ou têm laços históricos com a comunidade quilombola. Se aprovada, a associação decide onde será seu “*espaço de morada*” dentro do território, na “*rua principal*” ou seus arredores. Quando se trata de alguém “*estranho*” à região, que não guarda origens (de parentesco ou residência passada) com a comunidade, a avaliação da associação tende a ser mais rígida, dependendo de indicação prévia de alguém de confiança do próprio território, de maneira que quando o “*candidato*” é aprovado, fica “*sob responsabilidade*” do morador que o indicou pelo período de 6 meses, como um “estágio probatório”.

A retomada possibilitou o retorno de antigos moradores expropriados, que nas décadas de 1980 e 1990 se viram obrigados a se submeter às relações de exploração nas fazendas ou a migrar para os grandes centros urbanos à procura de trabalho, e que, pela primeira vez em muitos anos, estão tendo acesso à terra, como é o caso da dona Lourdes:

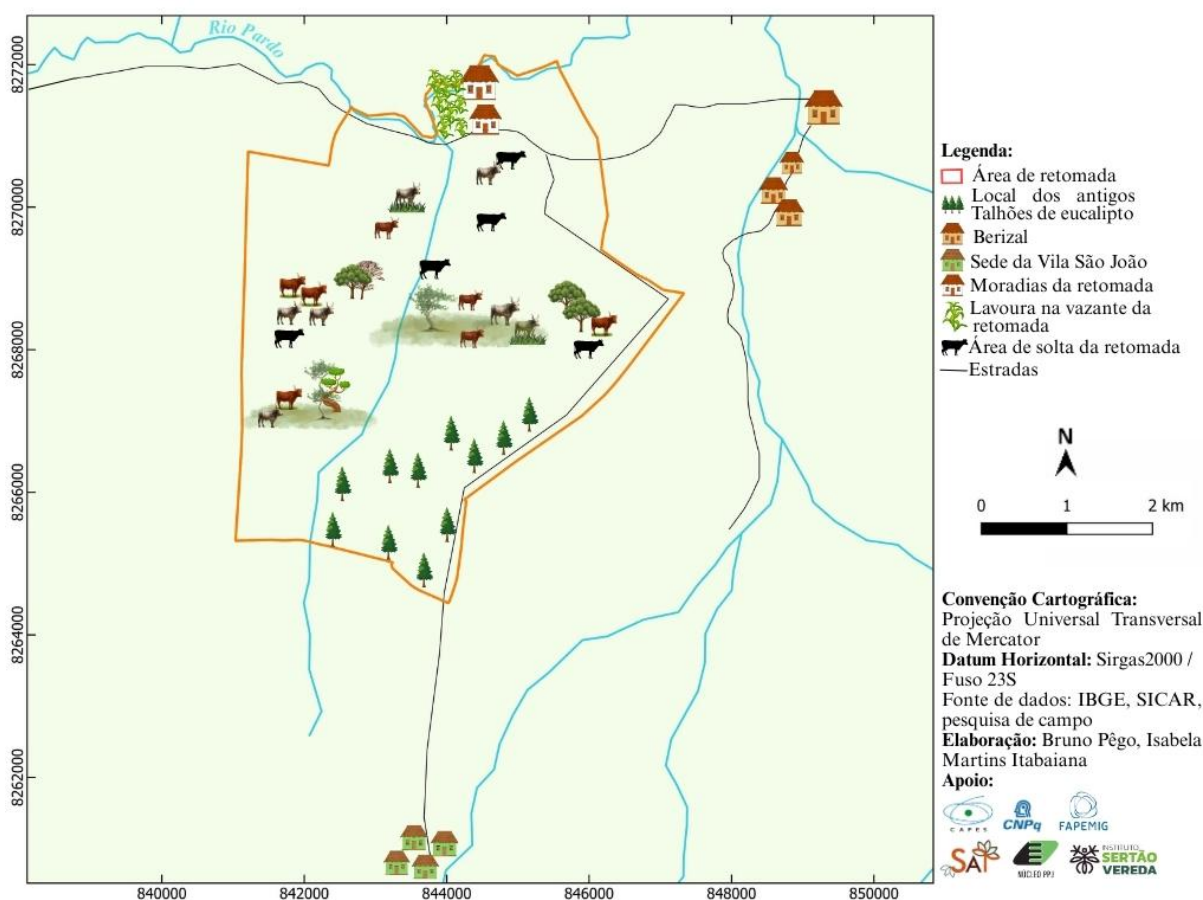
“Minha família sempre morou de agregado nessas fazendas daqui, nunca tivemos terra nossa não. Eu desde que era criança lembro de ter morado em 3 fazendas, tudo de a meia. Quando fiz 18 anos eu saí pra São Paulo, pra procurar emprego, porque

aqui era difícil, a gente não tinha terra, tinha que ficar sendo explorado de patrão. Lá em São Paulo fui trabalhar como doméstica, foi difícil também, era muita humilhação; daí depois conheci meu marido e viemos aqui para Salinas, ficamos mais 30 anos “de a meia” numa fazenda. Depois com a retomada daqui do território, eu procurei o pessoal e vim. Eu sou quilombola daqui né? Tenho sangue de índio, de gente escravizada. Pela primeira vez na minha vida que eu tenho meu pedaço de terra sem precisar trabalhar pros outros e dividir com ninguém. Depois que voltei para cá engordei, mas engordei de saúde, não dá para ter saúde e viver com medo de patrão”.

Os usos do território também são altamente regulados. Primeiramente, todos devem morar na área da retomada. Muitos, se não todos, possuem casa no povoado de Vila São João ou na cidade de Berizal. Contudo, a regra determinada pela comunidade é que as famílias estabeleçam de fato domínio contínuo sobre a área, nela firmando residência. Em segundo lugar, não existe divisão ou limite de área para cada morador: *“limite aqui é o braço”*. Cada um pode plantar de acordo com suas condições, *“mas tem que ter bom senso, respeitar o trabalho do outro e a área de carrasco também que é reserva”*. Outra norma estabelecida é que o gado, via de regra, deve ser criado na solta, em comum. A entrada para a solta fica próxima às moradias, dando acesso a uma ampla área de chapada e carrasco. Quando necessário o manejo, pode ser utilizado o curral da antiga fazenda, também em comum. Não existem cercas levantadas pela comunidade, somente as que já existiam na fazenda. A caça é vedada, e a retirada de madeira de lei é restrita: só pode retirar o mínimo necessário e exclusivamente para consumo interno da comunidade, *“pra fora não pode”*. Em área de reserva não é permitido.

O Mapa 5 faz referência à área retomada da “Fazenda Vista Bela”, usurpada pela Planta 7, sucedida pela Coagro, sobreposta a parte do território tradicional reivindicado pela comunidade. Percebe-se que a área é “cortada” por cursos d’água e faz divisa com o rio Pardo. O plantio de eucalipto ficou restrito a uma pequena parcela da terra. Os pés que restaram estão espaçados, ou *“pingados”* como dizem, reflexo do estado de abandono deixado pela firma.

Mapa 5: Área da retomada nos limites da “Fazenda Vista Bela”.



As normas de uso do território revelam uma capacidade organizativa da comunidade e uma preocupação em manter essa parcela do território sob domínio comum. Aliás, o espírito comunitário é muito marcante na comunidade. As casas, os plantios, as colheitas, os festejos, as confraternizações, tudo é feito de forma coletiva, com formação de mutirões e “trocas de dia”²². Outro ponto que chama atenção é como após tantos anos de descampesinização, expropriados e afastados do acesso à terra, as pessoas ainda guardam profundos conhecimentos sobre a natureza e o lugar. Reflexo disso são as apuradas técnicas utilizadas na construção das casas, boa parte de adobe, “pau a pique” ou “enchimento”, com uso de uma diversidade de madeiras e cipós resistentes coletados “*no mato*”, propícios para esse tipo de construção.

²² Prática tradicional em que os agricultores se ajudam mutuamente em atividades mais intensas, como silagem e colheitas.

Imagem 18: Casa de adobe e enchimento na área da retomada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Como se verifica no Mapa 5, a “*rua principal*” e arredores, onde a comunidade estabeleceu as moradias, se situa nas proximidades do rio Pardo. Nos quintais das casas ficam as criações menores, como galinhas e porcos. É na “*baixa*”, nas margens do rio, onde a terra é mais úmida e fértil, que os agricultores plantam uma diversidade de alimentos: café, milho, mandioca, quiabo, feijão, abóbora, cana, amendoim, cenoura, maxixe, cebola, tomate, batata-doce, beterraba, couve, alface, maracujá, mamão, banana e várias outras hortaliças e frutíferas.

Imagem 19: Lavoura na baixa, próximo ao rio Pardo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Imagem 20: Lavoura na baixa, próximo ao rio Pardo. Ao centro, SEU Volmar, agricultor quilombola.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Imagem 21: Cafezal plantado pelo seu Volmar na “baixa”.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A maior parte da produção de alimentos é voltada para consumo próprio das famílias. Aqueles que conseguem produzir mais, comercializam o excedente por meio de entregas encomendadas ao longo da semana e na feira de Berizal, que acontece aos sábados, especialmente produtos como café, abóbora, milho, mandioca e hortaliças. A comercialização de alimentos se constitui como uma das principais fontes de renda das famílias, além de benefícios previdenciários e assistenciais (aposentadorias, bolsa-família e outros). Aqueles que não conseguem produzir o suficiente para comercializar, dizem que *“só de não precisar ficar comprando, gastando tudo em supermercado, já é um alívio. Aqui muita coisa que a gente consome a gente mesmo planta”*.

A retomada possibilitou que agricultores expulsos das terras pelas fazendas e pelo eucalipto retomassem as práticas agrícolas e a condição de “camponês” que se perderam ao longo do processo de expropriação, resgatando saberes tradicionais e usos costumeiros adaptados à nova realidade material que se encontram, num movimento de recampesinização. Por outro lado, muitos ali *“ainda estão aprendendo com a própria retomada a plantar”*, como relata dona Valmira. Ela se refere a pessoas que nunca estiveram propriamente na condição de “camponês”, mas sempre afastadas do acesso à terra e, agora, estão desenvolvendo práticas

agrícolas, aprendendo com os mais experientes, “se tornando camponeses”, num processo de campesinização. É o caso do seu Arnaldo: “*eu nunca toquei lavoura própria não, to aprendendo só agora. Foi só aqui que eu fui ter terra, com quase 60 anos de idade*”.

Imagem 22: Alimentos preparados para ser comercializados na feira de Berizal/MG.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Imagem 23: Feira de Berizal/MG.

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A escolha de estabelecer as moradias e lavouras próximas ao rio foi estratégica. No período das secas, normalmente de março a setembro, é a água do rio que garante a produção de alimentos para o sustento e geração de renda das famílias. No caso, retomar a terra foi, também, retomar o acesso à água, especialmente no contexto de cercamentos de terras e secamentos das fontes naturais, em que a maioria da população depende exclusivamente de águas “socialmente construídas”. Apesar disso, o abastecimento de água da comunidade não deixa de ser um desafio. A água do rio é usada para lavoura, limpeza da casa e para as criações, mas segundo os agricultores, é imprópria para consumo humano. A água utilizada para consumo, preparo de comidas e banho chega para as famílias por meio de caminhão-pipa, enviado pela prefeitura duas vezes na semana, considerada insuficiente pelas famílias.

O principal desafio enfrentado pelos agricultores é a insegurança jurídica. A comunidade busca a titulação coletiva do território tradicional junto aos órgãos públicos competentes, notadamente o Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária - INCRA, contudo, o processo é excessivamente formalizado e demorado. A ausência da titulação traz instabilidade às famílias e as impede de expandir suas atividades sobre a área, sobretudo na

constituição de novas áreas de lavoura e melhorias estruturais nas moradias, com receio de um dia vir a perder a posse da terra e, com ela, o investimento em dinheiro e o trabalho realizado.

A precariedade da posse é, ainda, a origem de diversos outros desafios colocados pela comunidade, como a insuficiência de energia elétrica, dificuldade de acesso à crédito e a políticas públicas. Os agricultores são impedidos de acessar o seguro-safra, os benefícios do Pronaf e programas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Como resumiu dona Valmira: *“a falta de regularização ‘freia’ o agricultor”*.

Outro ponto desafiador é o preconceito que sofrem da população local. Desde o ato da retomada, são frequentemente taxados como *“esfomeados”*, *“ladrões de terra”* e *“invasores”*. No entanto, com o passar do tempo, *“o povo foi vendo que tá dando certo”*, e que *“nós estamos aqui pegando o que é nosso por direito, não é roubando nada não, quem roubou foi os fazendeiros e as firmas de nós”*, como relata seu Volmar. Quando alguém se refere aos moradores da retomada de *“os sem-terra”*, dona Clebia prontamente corrige: *“não somos sem terra não, nós éramos sem terra, hoje somos os com terra”*.

O senhor Volmar conta que, após quase cinco anos de retomada, *“aprendi muito o que é direito”*. Enquanto presidente da associação, foi ele quem mais esteve à frente das articulações políticas, desenvolveu parcerias com universidades e movimentos sociais, participou de reuniões com entes públicos e de seminários formativos. A luta pelo território demandou da comunidade saber absorver a linguagem do direito, interpretar normas, produzir documentos e acionar instituições, articulando os saberes tradicionais, as experiências concretas e o conhecimento jurídico enquanto instrumento de luta.

A Imagem 24 ilustra uma das placas colocadas pela comunidade na entrada da área da retomada, à frente das antigas placas da firma, já tomadas pelo mato. A placa faz referência ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT e ao Decreto nº 4.887, principais legislações que tratam dos direitos quilombolas, inclusive do direito ao território.

Imagem 24: Placa da comunidade na área da retomada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Quando indagados sobre o que a retomada representa em suas vidas, a palavra que mais apareceu, explícita ou implicitamente, foi “liberdade”: para dona Edinalva, “*a retomada foi libertador, nós estávamos encurralado e sendo escravizados, aqui é livre, ninguém é dono de ninguém*”; segundo dona Áurea, “*a gente veio para cá para ser livre, livre de tudo*”; para dona Valmira, “*a retomada melhorou demais minha vida, nossa, na minha vida eu nunca tinha colhido oito pratos de feijão para falar que é meu. Aqui eu vivo feliz*”; dona Lourdes disse que “*depois que voltei para cá engordei, mas engordei de saúde, não dá para ter saúde e viver com medo de patrão*”; o senhor Volmar se indaga, “*às vezes eu fico pensando, se eu não fosse aposentado e não tivesse essa terra aqui, será se eu ainda seria escravo de fazendeiro?*”. Para ele, “*a retomada trouxe coragem, liberdade, alegria*”.

A luta da comunidade, no entanto, não se encerra na conquista definitiva do território, para além disso, “*hoje queremos ver nossos jovens com a oportunidade de estudar e sentar na mesa com o filho do rico, queremos ter advogado quilombola, médico, engenheiro. Ninguém pode tirar nosso sonho*”, relata seu Volmar.

6.4 Padrões e peculiaridades: um balanço comparativo

As experiências das comunidades da Chapada das Veredas, no Alto Jequitinhonha, da Sambaíba, no *gerais sanfranciscano* e de Vila São João, no Alto Rio Pardo, ao mesmo tempo que revelam padrões, também evidenciam peculiaridades nas formas de expropriação realizadas pelas empresas agropecuárias, nos efeitos e nas estratégias de camponeses de diferentes regiões do Semiárido mineiro.

i) Expropriações

Em todos os casos estudados, as empresas expropriadoras “filhas” da “modernização” agrícola adotaram um repertório comum. Incentivadas pelas facilidades e benefícios públicos, a chegada das firmas com as cercas, correntes e tratores foi precedida pelo envio de “representantes”, locais ou externos, para abordar as famílias e negociar as terras. As negociações, contudo, eram assimétricas. Em grande parte, os agricultores se viram obrigados ou ameaçados a vender suas terras, pois, caso contrário, iriam perdê-las, sem qualquer indenização. As expropriações eram legitimadas pelas promessas de pleno emprego e pelos discursos ideológicos de progresso e desenvolvimento, numa estratégia de produzir o consenso de que aquilo seria o melhor para a região.

A maior parte das terras comuns, historicamente dominadas por sociedades camponesas e reguladas por códigos costumeiros consolidados, não passavam pela formalização cartorial de “propriedade” exigida pelo direito burguês e, assim, foram transformadas em “terras devolutas”, saindo do âmbito da posse camponesa e passando a compor o patrimônio do Estado, que prontamente as repassou para a propriedade privada. As firmas se apossaram de extensões de terras centenas de vezes maior do que aquelas que haviam de fato adquirido, usando e abusando das “retificações de áreas”, um ardil jurídico muito utilizado para grilagem de terras, posteriormente legitimadas pelo Estado por meio da Ruralminas.

Percebe-se que, em todos os casos, a articulação de sucesso entre o Estado e o capital privado ocupou papel central nas estratégias de usurpação das terras camponesas. Esse “passo a passo” revela que o *modus operandi* das expropriações, ao menos inicialmente, foi bastante similar nas regiões estudadas. Um elemento diferenciador do caso do Alto Jequitinhonha, particularmente das comunidades da Chapada das Veredas, é que ali a expropriação chegou com a face direta e escancarada do Estado. Diferentemente dos outros territórios, em que a expropriação foi mediada por empresas privadas com auxílio financeiro e político do Estado,

ali a protagonista das tomadas das terras foi a Acesita, empresa estatal durante 20 anos, o que contribuiu para legitimar a expropriação perante a população expropriada, já que aquilo “era obra do governo”, algo “inevitável”.

A integração ou não da produção ao consumo de carvão, ou o caráter produtivo ou especulativo das empresas expropriadoras se revelou elemento decisivo para compreender os distintos rumos que as expropriações tomaram. Ao longo desses cinquenta anos, a monocultura do eucalipto se expandiu pelo Alto Jequitinhonha, solidificando a Aperam - antiga Acesita - como potência econômica nacional e internacional na silvicultura e na siderurgia. O caráter integrado do carvão vegetal foi importante para a permanência da empresa na região, uma vez que a plantação maciça do eucalipto servia à produção siderúrgica da própria empresa. A terra, assim, não era mero ativo patrimonial, mas condição material da produção industrial e da reprodução contínua do capital. Dessa forma, “a firma se firmou” e desenvolveu uma série de estratégias para consolidar a continuidade da expropriação, como a realização de ações sociais no campo e na cidade, a manipulação da opinião pública, a busca por certificações e expansão de mercados, a criminalização de agricultores e a cooptação das comunidades e do poder público local, estadual e nacional, criando-se uma densa rede de influência política em prol dos interesses privados.

Ao contrário do Alto Jequitinhonha, o eucalipto não se enraizou no gerais *sanfranciscano*. Tanto ali, como no caso da comunidade de Vila São João, no Alto Rio Pardo, a dinâmica assumiu outro caráter. A ausência de integração do carvão vegetal a um circuito de produção industrial fez com que a terra perdesse centralidade produtiva e, com o tempo, as atividades nela desenvolvidas fossem gradualmente abandonadas. Daí, a terra foi inserida no mercado imobiliário e se tornou um ativo financeiro para reprodução e acumulação do capital especulativo, sem trabalho.

Outro aspecto que aparece como diferenciador nos territórios é a própria concepção de fazenda e o lugar que essa figura ocupa na história e na memória dos agricultores. Em Vila São João, ela se associa a um mando mais duro, a relações mais exploradoras, marcadas por hierarquias rígidas e pouca margem para negociação. Ali, a figura da fazenda assume uma tonalidade mais negativa do que a empresa expropriadora. Na Sambaíba, essas relações eram mais horizontais, flexíveis e negociadas, até lembrada com carinho pelos agricultores. Já no caso das comunidades da Chapada das Veredas, a fazenda era praticamente inexistente quando

comparada com os demais territórios, de maneira que os flagelos das expropriações são associados quase exclusivamente à chegada das firmas agropecuárias.

ii) Efeitos

As políticas de “modernização” da agricultura produziram um conjunto catastrófico de efeitos sociais, ambientais, territoriais e econômicos no Semiárido mineiro, que recaíram de forma desigual sobretudo às sociedades camponesas. Em todos os casos, os efeitos identificados pelas comunidades foram bastante similares, mas variam em grau, alcançando maior intensidade no Jequitinhonha, onde as condições de superexploração da terra e dos recursos naturais se consolidou mais precocemente e de forma prolongada.

No plano ambiental, o desmatamento massivo das chapadas sentenciou inúmeras espécies nativas e animais à morte, impactando duramente na biodiversidade antes existente. O plantio de eucalipto próximo aos cursos d’água assoreou e contaminou veredas, brejos, lagoas e riachos, causando uma situação aguda de dificuldade hídrica na região. Hoje, a maioria dos agricultores depende de fontes de água “socialmente construídas”, não mais encontradas na natureza, como poços artesianos, cisternas de placa e caminhões-pipa. A escassez hídrica e a limitação de acesso aos recursos têm gerado disputas e conflitos entre famílias da mesma comunidade, o que pôde ser observado na Sambaíba.

No âmbito fundiário e territorial, os cercamentos das terras comunais promoveram uma acentuada concentração fundiária e a expulsão de agricultores. No caso específico da comunidade estudada no Alto Rio Pardo, as tomadas de terras resultaram na descampesinização generalizada dos lavradores que, apesar de historicamente inseridos em relações subjugadas, ainda mantinham certo acesso à terra e a condição de “camponês”. Esse quadro foi alterado com a chegada das firmas e a reconfiguração das relações entre fazendeiros e agregados, culminando em seu afastamento da posse da terra. É uma dinâmica relativamente diferente da observada nas comunidades do Alto Jequitinhonha e do Médio São Francisco, onde apesar de também terem ocorrido expulsões e deslocamentos, boa parte dos agricultores permaneceu em suas terras de cultura e morada, ainda que imobilizados no espaço e impedidos ou limitados de acessar o que antes era comum.

Os efeitos sociais e culturais manifestaram-se na perda da autonomia produtiva e na desestruturação de práticas tradicionais. Com a derrubada e a privatização das chapadas e do

gerais, muitos agricultores precisaram se desfazer parcial ou totalmente das suas criações, o que representou uma significativa perda econômica, já que o gado sempre foi uma importante reserva de recurso e fonte de alimento para as famílias camponesas. Aqueles que conseguiram manter parte das criações, tiveram que mantê-las cercadas e não “livres”, como tradicionalmente eram criadas. A falta de “espaço” levou à compressão das atividades produtivas nas áreas remanescentes, de domínio particular, o que implicou na intensificação do uso da terra e, conseqüentemente, na perda da sua fertilidade.

No caso do Jequitinhonha, a abrupta transformação do ambiente, as pressões e violências promovidas pela empresa e a contaminação dos cursos d’água impactaram na saúde mental e física das pessoas, com a disseminação de doenças (principalmente câncer) e quadros de ansiedade e depressão na população, conforme relatos dos próprios agricultores.

iii) Estratégias camponesas

A chegada das firmas e a transformação do mando fazendeiro no mando empresarial reconfigurou as estratégias de resistência e as próprias referências simbólicas das comunidades. O fazendeiro era localizado, era visto, conhecido por todos e mantinha relações pessoais com os agricultores. A firma, por outro lado, opera de maneira impessoal, difusa, muitas vezes administrada por empresários de outros lugares, sem vínculos locais, articulando advogados, gestores, certificadoras, forças de segurança. Ou seja, a resistência deixa de se dirigir a uma pessoa e passa a enfrentar todo um complexo, exigindo das comunidades outras linguagens, articulação em rede, mobilização de instrumentos jurídicos, incidência política.

Os casos analisados evidenciam a criatividade política do campesinato em construir diferentes estratégias de resistência. O caráter das empresas expropriadoras (integradas ou especulativas) e as condições materiais de cada território são fatores decisivos na definição das respostas adotadas pelas comunidades.

Algumas dessas estratégias são comuns, identificadas em todos os casos. A primeira delas é a capacidade de se adaptar aos efeitos dos cercamentos e dos secamentos. Com pouca disponibilidade de terra, água e recursos, os agricultores precisaram se reorganizar e reinventar formas de produzir nessa nova realidade. O desfazimento de grandes criações, a opção por culturas menos exigentes e mais resistentes, a implementação de poços comunitários, a busca por tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva - como cisternas de placas e barraginhas - são algumas das estratégias de adaptação acionadas.

Outro mecanismo comum identificado nos casos é a articulação em rede com organizações não governamentais, movimentos sociais, agentes políticos e universidades. Essa articulação tem dado suporte às comunidades na construção de espaços formativos, elaboração de denúncias, formalização de reivindicações, realização de pesquisas e levantamento de dados que subsidiam as ações junto a órgãos públicos. A atuação em rede tem contribuído para o fortalecimento de diversas frentes de resistência das comunidades.

Uma das principais estratégias adotadas, de forma geral, é o autorreconhecimento identitário. Aqui é interessante notar como a mobilização dos agricultores na luta por direitos redefine suas posições jurídicas e políticas, sobretudo no contexto de expropriações. Se antes os sujeitos figuravam como agregados, sitiantes e posseiros, numa teia de relações complexas com a terra e o “fazendeiro” reguladas por normas costumeiras e locais, de repente passaram para a condição de “trabalhadores rurais”, “arrendatários”, “comodatários”, “meeiros”, cujas relações são reguladas por códigos estatais.

Com a intensificação dos conflitos, as comunidades têm se mobilizado para obter certificações junto aos órgãos públicos enquanto povos e comunidades tradicionais, sejam elas *quilombolas*, *geraizeiras*, *vazanteiras* ou *groteiras-chapadeiras*. São categorias fluidas e móveis no tempo e no espaço: um mesmo grupo pode, de maneira simultânea, se classificar enquanto camponês, depois como posseiro, em outro momento enquanto sem-terra, e em outra ocasião como quilombola ou geraizeiro, a depender das estratégias políticas e dos marcos jurídicos e institucionais disponíveis.

A identidade é mobilizada enquanto um instrumento político de enfrentamento às tomadas de terras comuns, abrindo a possibilidade de se reivindicar uma série de direitos previstos legalmente, inclusive territoriais. Desloca-se a narrativa para a esfera dos direitos coletivos: são comunidades na luta por um território comum, e não agricultores individuais em disputa por terra. Ou seja, a reivindicação dessas comunidades vai muito além de um espaço físico, uma mera questão fundiária, mas envolve territórios específicos, enraizados, nos quais as águas, a terra, a natureza e a cultura se entrelaçam de forma indissociável e compõem modos de vida historicamente construídos.

Observa-se, contudo, que essa afirmação identitária assume intensidades distintas conforme o território ou o tipo de expropriação enfrentada. Em Vila São João e nas comunidades da Chapada das Veredas, onde o enfrentamento se deu ou se dá de maneira mais direta e profunda, há um movimento mais afirmativo de construção da identidade de sujeitos

coletivos de direitos, com reivindicações de reconhecimento e reapropriação territorial. Já na Sambaíba essa mobilização é mais cautelosa, visto que a comunidade conseguiu se manter no uso comum da terra, operando mais na via da negociação dos usos do que propriamente na contestação aberta. Assim, as comunidades transitam entre posições e estatutos jurídicos, apropriando-se da linguagem dos direitos e adaptando-a às suas experiências concretas.

Em todos os casos apareceram as proibições: proibido a caça, a pesca, a retirada de madeira, o manejo do fogo. As práticas tradicionais camponesas precisaram ser reorganizadas para se adequar à realidade imposta pelo latifúndio, mas não de forma homogênea. Cada comunidade apresentou respostas diferentes a esse cenário. No caso das comunidades da Chapada das Veredas, no Alto Jequitinhonha, os agricultores articulados em rede vêm organizando uma série de ações no campo e na cidade em contraposição à manipulação da opinião pública desenvolvida pela Aperam, por meio de seminários, cursos e formas de publicização dos impactos socioambientais que a empresa causa à região.

Ademais, há um movimento crescente de ações judiciais ajuizadas por agricultores em face da empresa, sendo a via judicial uma estratégia utilizada para responsabilizar a empresa pelos danos causados a si e para reaver seus direitos violados. Paralelamente a isso, são práticas de resistência cotidiana a retirada de madeira e coleta de resíduos de eucalipto da empresa, interpretadas pelos agricultores não como furto, mas como um direito de se apropriar de algo que lhe foi tomado: a chapada. Criminalizadas, muitas pessoas revoltadas incendiam os eucaliptais como forma de contestação aberta à empresa.

Já na Sambaíba e outras comunidades vizinhas, no Médio São Francisco, a saída encontrada foi a retomada gradual e restrita dos usos da área privatizada, sem estabelecer de fato o domínio sobre ela, adequando as práticas tradicionais às normas impostas pelo Estado e pela empresa. Ali, foi feito um “rearranjo do comum”, no qual práticas como a retirada de madeira, o manejo do fogo e a caça foram limitadas ou abandonadas. Trata-se de uma escolha estratégica para preservar o acesso comum à área, especialmente para solta do gado e extrativismo de frutos, evitando partir para o confronto direto que poderia levar à expulsão das famílias do local.

Além disso, os agricultores da sub-bacia do rio dos Cochos, organizados sobretudo por meio da Assusbac, desenvolveram uma série de iniciativas coletivas voltadas para a recuperação e conservação das águas naturais, elemento central para a permanência das comunidades nos territórios. A organização comunitária tem ainda contribuído de maneira

significativa para o escoamento da produção agroextrativista e, conseqüentemente, para a geração de renda dos agricultores.

No caso de Vila São João, localizada no Alto Rio Pardo, diante da perda generalizada do acesso à terra e da ruptura das bases de reprodução social camponesa, a comunidade teve como eixo principal de enfrentamento a retomada de parte do território expropriado, antes pelos fazendeiros, depois pelas firmas. Diferentemente do caso da Sambaíba, em Vila São João a reapropriação se deu de forma plena em toda a área, constituindo domínio de fato sobre o território, com moradias, lavouras e criações. Nesse processo, a comunidade construiu normas rigorosas de usos e organização do território, costurando regras que regulam práticas agrícolas tradicionais com regras voltadas para a defesa da retomada.

A síntese do balanço das tomadas de terras camponesas nos três casos estudados dentro do recorte do Semiárido mineiro, identificando similaridades e peculiaridades, pode ser visualizada no Quadro 2.

Quadro 2: Síntese comparativa das estratégias de expropriação, dos efeitos das tomadas de terras e das estratégias camponesas nos casos analisados.

Dimensão	Elementos comuns	Chapada das Veredas	Sambaíba	Vila São João
Estratégias de expropriação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envio prévio de “representantes” para negociação (forçada) das terras; 2. Articulação entre Estado e capital privado; 3. Discurso do pleno emprego e do desenvolvimento; 4. Transformação de terras camponesas em “terras devolutas”; 5. Grilagem de terras com uso do instrumento jurídico das “retificações de áreas”, com legitimação pela Ruralminas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expropriação promovida com a face direta do Estado por empresa estatal; 2. Empresa cuja produção industrial é integrada ao consumo de carvão; 3. Continuidade e expansão das tomadas de terras ao longo dos anos; 4. A expropriadora busca maquiagem o conflito, realizando de ações sociais para manipular a 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Empresa produtora de carvão não integrado à planta industrial; 2. Sucessão de empresas diversas no domínio jurídico-legal da terra, sem alteração da realidade fática; 3. Manutenção de funcionário para vigiar a área; 4. Terra utilizada como área de reserva e para fins especulativos, como ativo financeiro. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Empresa produtora de carvão não integrado à planta industrial; 2. Sucessão de empresas do mesmo grupo econômico, sem alteração da realidade fática; 3. Terra utilizada para especulação e como ativo financeiro, sobretudo como garantia para acesso à créditos bancários.

		<p>opinião pública e expandir seu mercado;</p> <p>5. Cooptação do Estado e do Direito a seu favor para criminalização e perseguição dos agricultores.</p>		
Efeitos	<p>1. Desmatamento massivo da vegetação nativa;</p> <p>2. Contaminação e secamento de nascentes, veredas, lagoas, rios;</p> <p>3. Dependência de fontes de água “socialmente construídas”;</p> <p>4. Concentração fundiária;</p> <p>5. Redução ou desfazimento de criações;</p> <p>6. Intensificação do uso do solo e perda da sua fertilidade;</p> <p>7. Desestruturação e reorganização de práticas tradicionais: solta, extrativismo, caça, manejo do fogo.</p>	<p>1. Permanência nas áreas de cultura e morada, mas sem acesso ao comum, imobilização espacial;</p> <p>2. Impactos na saúde física e mental (casos de câncer, depressão, ansiedade);</p> <p>3. Disseminação da cultura das cercas.</p>	<p>1. Desfazimento das relações consuetudinárias entre agregados e fazendas;</p> <p>2. Disputas e conflitos internos da comunidade por acesso à água;</p> <p>3. Permanência nas terras de morada e cultura, com limitação dos usos da terra comum;</p> <p>4. Tensões internas sobre a possibilidade da perda integral do comum.</p>	<p>1. Descampesinização generalizada, perda de acesso às terras de morada e cultura.</p>
Estratégias camponesas	<p>1. Adaptação produtiva: redução de criações, culturas mais resistentes, poços artesanais, implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água;</p> <p>2. Articulação em rede com ONG’s, movimentos sociais, instituições públicas de ensino e agentes políticos;</p>	<p>1. Organização de eventos e espaços formativos para disputar e contrapor as narrativas da empresa;</p> <p>2. Acionamento do Judiciário para responsabilização da empresa;</p> <p>3. Coleta de resíduos de</p>	<p>1. Rearranjo estratégico do comum, adaptando seus usos às limitações impostas pelas empresas, sem estabelecer domínio;</p> <p>2. Forte organização comunitária com iniciativas para conservação e recuperação de fontes de água,</p>	<p>1. Retomada parcial do território expropriado, estabelecendo domínio de fato sobre a área;</p> <p>2. Definição de rígidas normas internas para acesso e uso da área da retomada;</p> <p>3. Articulação com órgãos públicos e agentes políticos para</p>

	3. Realização de denúncias e incidência política em órgãos públicos; 4. Autorreconhecimento identitário.	eucalipto e incêndios.	além do fortalecimento da produção agroextrativista.	garantir a titulação coletiva do território.
--	---	------------------------	--	--

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Bruno Pêgo (2025).

Essa síntese evidencia que, embora as expropriações tenham seguido um repertório comum articulado entre capital privado e Estado, seus desdobramentos apresentaram variações diversas, desde o caráter dos expropriadores até as formas de organização social das comunidades expropriadas.

7. NOTAS FINAIS

Bem disse seu Volmar: *“aqui, cada comunidade viveu seu próprio dilema”*.

Sinteticamente, esse trabalho buscou compreender os impactos da chamada “modernização agrícola” em diferentes territórios do Semiárido mineiro, cinquenta anos após a sua ocorrência, fazendo um balanço das semelhanças e as peculiaridades dos processos de expropriação, dos efeitos causados e das estratégias de resistência camponesa.

Evidentemente, muitas transformações de ordem política, econômica, social e institucional aconteceram nesse intervalo, impactando no destino de cada caso. Não foi possível, e não era a intenção deste trabalho, fazer análise histórica e aprofundada dessas alterações, de forma que a análise se concentrou no recorte da chegada efetiva das empresas expropriadoras e o atual estado das coisas, meio século depois.

O principal saqueador de terras comunais no Semiárido mineiro não foi a Aperam, nem a HPicchioni e nem a Planta 7. Foi o Estado, por meio da SUDENE, do crédito rural, dos incentivos fiscais, dos projetos desenvolvimentistas e inúmeros outros benefícios que financiou o avanço da burguesia agroindustrial no campo. Foi o Estado, por meio do direito, das leis, da Ruralminas, dos seus programas e sua política de regularização fundiária que transformou terras camponesas em “terras devolutas” e as repassou para o domínio de fazendeiros e empresas agropecuárias, legitimando o roubo de milhares de hectares de terras comuns pelo capital

privado. A posse camponesa, historicamente regulada por sólidos códigos costumeiros, virou alvo frágil quando confrontada pelo direito da Ruralminas, dos fazendeiros e das firmas.

Por outro lado, admira a criatividade política do campesinato e a sua capacidade de organização e construção de estratégias de adaptação e de enfrentamento. Cada lugar apresenta respostas territorialmente diferenciadas às expropriações, variando de acordo com as condições históricas e materiais de cada território.

No contexto do Semiárido, a expropriação das terras foi, também, a expropriação das águas. As cercas privatizaram, contaminaram e secaram fontes naturais, antes abundantes e comuns. Nesse cenário, os efeitos das secas - normais na região semiárida - passam a ser muito mais intensos do que eram. Assim, retomar a terra no Semiárido é também retomar o acesso às águas, das nascentes, dos córregos, das veredas, dos brejos e dos rios, condição fundamental para a reprodução social camponesa.

Apesar de tudo, o campesinato não desapareceu, e nem os comuns. A ideologia liberal da propriedade privada está tão inserida no meio social que, por vezes é até difícil imaginar outras formas de uso e apropriação da terra que não aquela consagrada pelo direito burguês. Ao longo dos anos, comunidades camponesas de diferentes lugares desenvolveram formas de manter ou recuperar práticas de uso comum da terra e dos recursos naturais, ainda que remodeladas e adaptadas à nova realidade.

O cenário de devastação fruto do processo “modernizador” revela que, ao contrário do que apontava Hardin (1968), é a propriedade privada, ou a propriedade do Estado com interesses privados, a grande responsável pela superexploração e destruição das florestas, das terras e das águas. A posse comunal, por outro lado, sempre esteve inserida na lógica de conservação da natureza, respeitando seus limites.

Por fim, nota-se que o discurso do desenvolvimento, do progresso, da geração de emprego e renda, amplamente utilizado para legitimar as expropriações nos anos de 1970 e 1980, permanece em voga. No Semiárido mineiro, empresas do ramo da mineração, da usina solar e agropecuárias em geral seguem se apropriando dessa estratégia para expansão e acumulação do capital às custas da superexploração da natureza, da expulsão de comunidades de seus territórios e da espoliação dos bens comuns.

É dizer: a “modernização” agrícola não é um evento isolado da história agrária brasileira, mas um movimento contínuo da expansão do capital sobre terras camponesas,

assumindo diferentes formas. Se cada comunidade viveu seu próprio dilema, todas elas, no entanto, compartilham do mesmo horizonte: a luta pela permanência na terra e pelo direito de manter vivas as formas coletivas de uso e reprodução da vida, e, assim, os comuns resistem, não como vestígio do passado, mas como possibilidade concreta de futuro.

8. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. In: **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução Social** – v.2. Organização Emília P. G.; Marilda A. M.; Rosa A. M. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, 6(1), 9. 2004.
- ALMEIDA, C. S. A. **Território da água, território da vida: comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 155p., 2018.
- ALMEIDA, R. **A criação de gado na solta entre os Geraizeiros de Berizal, Alto Rio Pardo, Norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- BECKER, H. **Métodos de Pesquisa nas Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BERNARDES, C. O gado e as larguezas dos Gerais. **Estudos Avançados**, 9(23), 33-58, 1995.
- BLOCH, M. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- BRANDÃO, C. R. **Saber de classe e educação popular**. In: O ardil da ordem. Campinas, Papyrus, 1986.
- BRASIL. Senado Federal. Resolução nº 1, de 1976. **Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a alienar à empresa Companhia de Aços Especiais Itabira – Acesita – área de 143.200 ha (cento e quarenta e três mil e duzentos hectares) de terras públicas**. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 1976.
- BRITO, I. C. B. **Ecologismo dos Gerais: comunidades tradicionais e conflitos socioambientais no Norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado - UnB. Brasília-DF, 2013.
- CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no alto Jequitinhonha**, MG. Lavras: UFLA, 2006

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; MACEDO, R. L. G. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamento no alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.47, n.2, p.519-538, abr.-jun., 2009.

CARDOSO, J. M. A. A Região Norte de Minas Gerais: Um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, M. F. M. RODRIGUES, L. (Org). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2000.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses mortos, torturados e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CASTRO, S. P. Sesmaria como terra da parentalha: direito de fato *versus* direito legal. In: **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução Social – v.2**. Organização Emília P. G.; Marilda A. M.; Rosa A. M. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

CHAVES, E. R. **Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CHAVES, L. A. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. In: **Revista Verde Grande 1**, p. 98-107, 2006.

CHEVEZ POZO, O. V. C. **Regimes de propriedade e recursos naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no norte de Minas Gerais**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – PPGDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002.

CORREIA, A. I. **História da Peleja do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Januária contra os Grileiros e as Grandes Empresas**. Projeto de revitalização dos Rio dos Cochos. 2008.

COSTA, J. B. A. Sertão e a revelia do mundo: Expropriação, enlouquecimento, migração forçada e concentração de terra durante a modernização conservadora no Brasil. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 27, n. 1, p. 245-268, 2021.

CRUZ, C.G. **A Seca no Cotidiano: Estudo dos efeitos da estiagem sobre as famílias de comunidades rurais de Januária, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. 118p. 2021.

CUNHA, E. **Os sertões**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo LTDA., 1968.

DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra: ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios do *agrobusiness*. IN LUZ, C. & DAYRELL, C.A. **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, CAA/Rede Cerrado, 2000.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Dissertação (Mestrado), Universidade Internacional de Andaluzia, Huelva, 1998.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

- DIEGUES, A. C. S. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB, 2001.
- DINIZ, C. C. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1978.
- DOMINGUES, J. M. **A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil**. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 3, p. 459–482, 2002.
- FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos**. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- FERRARO JÚNIOR, L. A.; BURSZTYN, M. **Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto**. Caderno CRH (UFBA), Salvador, v. 23, n. 59, p. 40-59, 2010.
- GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais** – Tese (doutorado). IFCH/Unicamp. Campinas, SP: 2005.
- GALIZONI, F. M. **A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.
- GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; JÚNIOR, E. C. L.; *et al.* Agricultura familiar, água e estratégias produtivas no rio dos Cochos, campos gerais de Minas. In: **Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco, AC: 2008.
- GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E.M. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, p. 77-94, 2011.
- GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, 1983.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.
- LIMA, V. M. P. **Secas e s'águas: alterações na dinâmica da água no alto Jequitinhonha**. In: GALIZONI, F. M. (org). Lavradores, águas e lavouras. Estudo de gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- LINHARES, M. Y. L. **Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)**. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, v. 34, Lisboa, dez., 1995.
- LÖWY, M. **Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista**. Margem Esquerda, São Paulo, n. 14, p. 36-42, 2010.
- MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização**. São Paulo: Caetés, p. 19-39, 1987.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARX, K.; BENSAID, D. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

MATA-MACHADO, B. N. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MELLO, F. P. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: A Girafa. 2013.

MONÇÃO, K. M. G. **As sementes da luta: o conflito agrário de Cachoeirinha - um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. PPGDS - Unimontes, 2009.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

NEVES, A. S. **A sêcca de 1919: nordeste, a Bahia e o norte de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1919. 88 p.

NEVES, A. S. **Chorographia do Municipio do Rio Pardo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.13, 1908, p. 355-486.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado) UnB, Brasília – DF. 2009.

NUNES, A. M. B. Latifúndio pecuarista e sesmarial: o mito original dos sertões nordestinos e seus limites. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 1–24, 2021.

OLIVEIRA, C. L. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, W. M. **Entre as novas ordens alimentares e os sistemas agroalimentares localizados: um estudo sobre a atuação da Assusbac e Cooperuaçu na região imediata de Januária/MG**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. 170p. 2020.

POUPART, J.; DESLAURIERS, J-P.; GROULX, L-H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; Pires, Á. P. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo: uma interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. **Variação sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

- RIBEIRO, E. M. **Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18(2), 393-433, 2010.
- RIBEIRO, E. M. **As estradas da vida: terra, fazenda e trabalho no Jequitinhonha e Mucuri**. Minas Gerais. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1997.
- RIBEIRO, E. M. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.
- RIBEIRO, E. M. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
- RIBEIRO, E. M., GALIZONI, F. M., CALIXTO, J. S., ASSIS, T. de P., AYRES, E. B., & SILVESTRE, L. H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, 7(2), 77, 2005.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Quatro histórias de Terras Perdidas: Modernização Agrária e Privatização de Campos Comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 2, p.115-119, 2007.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. 2ª ed. São Paulo: Senac-SP, 2006.
- SAES, L. D. Coletivismo agrário e tendências individualistas na França pré-revolucionária. **Revista de História**, São Paulo, n. 161, p. 275–299, 2009.
- SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**. Campina Grande (PB). <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>, 2002.
- SILVA, E. P. F. **Metamorfose da Chapada: monocultura de eucalipto e monopólio da água em tomadas de terras no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. 114p, 2019.
- SILVA, K. A. **População e Água nos “gerais” Sanfranciscanos: um Estudo Etnográfico em Cabeceirinha, Januária, Mg**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. 115p, 2020.
- SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 1999.
- SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.
- SIMÃO, E. J. P. **Energia da água: comunidades rurais e sistemas de abastecimento na Chapada das Veredas, Alto Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. 149p, 2021.
- SOUZA, R. R.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CORREIA, P. O. **Análise das secas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais com base em registros de viajantes e memorialistas dos séculos XIX e XX**. Campo-Território: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 20, n. 59, p. 25-49, maio/ago. 2025.

STRALEN, C. J. V. **A capitalização do campo e as políticas de saúde: o caso do Norte de Minas**. Belo Horizonte: Fundação de desenvolvimento da pesquisa/centro regional de saúde de Montes Claros, 1980.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 52, p. 25-44, 2015.

WOORTMANN, E. F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**. Universidade de Brasília (UNB): Brasília, v. 6, n. 1, p. 164-203, 1982.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia - O campesinato como ordem moral. In **Anuário Antropológico/87**. Editora Universitária de Brasília. Tempo Brasileiro, 1990.

ZANGELMI, A. J. **História, identidade e memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2007.